



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AMBIENTAL
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



IN/SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A
UNIVERSIDADE NA TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA DA MODERNIDADE.
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO EMBARGO ÀS OBRAS DO CAMPUS CARREIROS –
FURG/PROGRAMA REUNI 2013

DANIELA DA SILVA PIEPER

Rio Grande
2021

Daniela Da Silva Pieper

**IN/SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A
UNIVERSIDADE NA TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA DA MODERNIDADE.
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO EMBARGO ÀS OBRAS DO CAMPUS CARREIROS –
FURG/PROGRAMA REUNI 2013**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação Ambiental, no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

Rio Grande

2021

Ficha Catalográfica

P614i Pieper, Daniela da Silva.

In/sustentabilidade, desenvolvimento, Educação Ambiental e a Universidade na transição paradigmática da modernidade: uma análise crítica do embargo às obras do Campus Carreiros – FURG/Programa REUNI 2013 / Daniela da Silva Pieper. – 2021. 123 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2021.

Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

1. Educação Ambiental 2. Sustentabilidade 3. Desenvolvimento 4. Universidade Pública 5. Modernidade I. Machado, Carlos Roberto da Silva II. Título.

CDU 504:37

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

Daniela da Silva Pieper

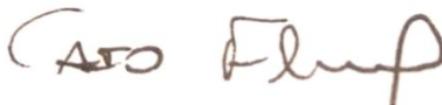
"(In) Sustentabilidade, Desenvolvimento, Educação Ambiental e a Universidade na Transição Paradigmática da Modernidade. Uma Análise Crítica do Embargo às Obras do Campus Carreiros – FURG/PROGRAMA REUNI 2013"

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(PPGEA/FURG)

Prof.^a Dr.^a Dione Iara Silveira Kitzmann
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Caio Floriano dos Santos
(PPGEA/FURG)



Prof.^a Dr.^a Maria de Fatima Cossio
(FAE/UFPEL)



Prof. Dr. Humberto Tommasino
(UDELAR)



Prof.^a Dr.^a Luciana Netto Dolci
(PPGEA/FURG)

*Aos meus pais, Nely e Albino Gustavo.
À Gabriella e ao Otaviano, filha e genro.
Ao Augusto e a Eulália, meus netos.
À Noely e ao Renato, meus padrinhos.*

*Ao José Antônio, companheiro e amigo de vida, pelos momentos inesquecíveis que
compartilhamos.*

*Passar pelo processo de doutoramento, entrando na terceira idade e durante o caos
da pandemia COVID-19, não foi fácil. Mas, enfim, sobrevivi, e ao concluir mais esse
desafio a que me propus, dedico a vocês cada palavra escrita e compartilho o
sentimento de gratidão pelo aprendizado e trabalho concluído.*

*Permitam-se sonhar e imaginar um “outro” mundo possível, na perspectiva de que a
ação é sempre indispensável para transformar a realidade.*

AGRADECIMENTOS

Ao Universo e a todos os Orixás, minha gratidão sempre;

À minha família e amigas(os), meus *pets*, pelo apoio incondicional;

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG, a Universidade Federal de Pelotas – UFPel e à Universidade Federal do Rio Grande – FURG, pela oportunidade de conviver, estudar e trabalhar no ambiente universitário de uma Universidade Pública;

Aos meus colegas de trabalho desde a Pró-Reitora de Ensino e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel;

Aos integrantes da banca de defesa, pelas valiosas contribuições e ensinamentos;

Ao Carlos Machado, professor orientador, companheiro de jornada, pela onipresença e pela oportunidade de conhecer outra perspectiva e visão da vida, e por sua capacidade de conduzir o processo de orientação democraticamente, de modo que as minhas reflexões pudessem emergir. À Gladis (companheira do Carlos), porque ao lado de um grande homem, sempre existe uma grande mulher;

A todas e todos que, de alguma forma, participaram do processo de doutoramento.

Meu reconhecimento e abraço virtual carinhoso em tempos de pandemia.



FURG 2015. Fonte: RBS Noticias



...porque en realidad nuestro norte es el Sur
No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur
Esta rectificación era necesaria; por esto ahora sabemos donde estamos.

Joaquín Torres García

RESUMO

Esta pesquisa apresenta as reflexões e a análise acerca da sustentabilidade, do desenvolvimento e do papel da universidade na sua relação sociedade/natureza, com base no processo administrativo ambiental movido pela Procuradoria da República no Município de Rio Grande, Rio Grande do Sul (PRM/RG/RS), através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis do Rio Grande do Sul (IBAMA/RS) e da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, Rio Grande do Sul (FEPAM/RS), contra a Universidade Federal do Rio Grande, que gerou o embargo das obras de expansão do Campus Carreiros financiadas pelo Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), em junho de 2013, pela ausência de licenciamento ambiental (Licença de Instalação - LI – e Licença de Operação - LO). A questão central do estudo emerge apoiada na vocação, missão e visão institucional assumida pela universidade de pautar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao Ecossistema Costeiro. No entanto, teria se contraposto a essa perspectiva ao não solicitar o devido licenciamento. Também, após vistoria do órgão competente, algumas das obras foram notificadas por causarem impactos ambientais em Áreas de Preservação Permanentes. Portanto, tiveram seus projetos readequados. Em razão disso, o presente estudo parte da seguinte hipótese: O discurso hegemônico da sustentabilidade e do desenvolvimento na sociedade capitalista neoliberal adquire o sentido de manutenção do sistema, no qual a natureza é compreendida como recurso a ser explorado para alimentar o mercado. Tal visão, num contexto de crise de paradigma, tende a provocar manifestações e comportamentos contraditórios e conflitivos quanto ao lugar/papel da universidade na sua relação sociedade/natureza em suas gestões administrativas. A pesquisa situa-se dentro da linha de Fundamentos de Educação Ambiental do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, no âmbito da pesquisa social, de natureza qualitativa, na qual se desenvolve a metodologia da análise do discurso e o estudo de caso, tendo por objetivo: Identificar o sentido/significado da sustentabilidade no discurso da Universidade Federal do Rio Grande, problematizando os posicionamentos (dos gestores e documentos institucionais) frente ao embargo. O referencial teórico utilizado ampara-se nas visões de sustentabilidade Tecnocentrista, Ecocentrista e Humanista, segundo Guillermo Foladori e Naina Pierrri; bem como as macrotendências político-pedagógicas de Educação Ambiental Conservacionista, Pragmática e Crítica, conforme Phillippe Layrargues e Gustavo Lima. Outrossim, apresenta o pensamento de Boaventura de Santos no âmbito da crise do paradigma da modernidade e sua proposta alternativa de uma Epistemologia do Sul, através da Ecologia dos Saberes, para pensar uma “outra universidade” no século XXI, construída com alicerces na valorização da pluralidade de saberes por meio das ações de seus próprios atores, considerando o contexto socioambiental e as experiências locais comunitárias. Após a sistematização e análise dos discursos nos documentos eleitos como instrumentos de pesquisa, emergiu uma visão Tecnocentrista de Sustentabilidade aliada à macrotendência conceitual Pragmática de Educação Ambiental, que reproduzidas no modelo hegemônico neoliberal manifestam-se no contexto da crise da modernidade, provocando comportamentos contraditórios pelos quais a regulação se sobrepõe a emancipação.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Desenvolvimento. Universidade Pública. Modernidade.

ABSTRACT

This report presents a discussion and analysis on Sustainability, Development, and the Role of the University in its relationship to Society and Nature, based on the environmental administrative procedure filed by the Procuradoria da República [Attorney General's Office], in the city of Rio Grande, Rio Grande do Sul (PRM/RG/RS) through the Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [Brazilian Institute of the Environment and Renewable Natural Resources], Rio Grande do Sul (IBAMA/RS) and the Fundação Estadual de Proteção Ambiental [State Environmental Protection Foundation], Rio Grande do Sul (FEPAM/RS) against Universidade Federal de Rio Grande [Federal University of Rio Grande]. The procedure interrupted the construction work aimed at expanding Campus Carreiros funded by the Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação das Universidades Federais [Program to Support the Restructuring and Expansion Plans of the Brazilian Federal Universities] (REUNI). This occurred in June 2013 due to the lack of environmental licensing (Installation License - LI - and Operation License -LO). The central issue of the study emerges supported by the vocation, mission and institutional vision assumed by the University to guide its teaching, research and other activities centering the coastal ecosystem. However, it would have opposed this prospect by not applying for proper licensing. Also, after inspection by the competent body, some of the construction work received a notice for environmentally impacting Permanent Preservation Areas. Therefore, they had their projects readjusted. For this reason, the present study starts from the following hypothesis: the hegemonic discourse of Sustainability and Development in neoliberal capitalist society acquires the sense of system maintenance, in which nature is understood as a resource to be exploited to feed the market. Such a view, in a context of paradigm crisis, tends to provoke contradictory and conflicting manifestations and behavior as to the place/role of the University in its relationship to Society/Nature when it comes to its administrative management. The study is part of the Fundamentos de Educação Ambiental do Programa [Foundations of Environmental Education] research line in the Post-graduate Program in Environmental Education from the Universidade Federal do Rio Grande, in the context of social research, of a qualitative nature, which builds on the methodology of discourse analysis and case study. The aim of the study is to identify the sense and the meaning of Sustainability in the Universidade Federal de Rio Grande's discourse, problematizing the stances taken by the University (by administrators and by institutional documents) in relation to the embargo. The theoretical framework used is based on the visions of Technocentric, Ecocentric and Humanist Sustainability, according to Guillermo Foladori and Naina Pierri; as well as the political-pedagogical macro-trends of Conservationist, Pragmatic and Critical Environmental Education, according to Phillipe Layrargues and Gustavo Lima. Furthermore, it presents the thinking of Boaventura de Santos in the context of the crisis of the paradigm of modernity and his alternative proposal for an Epistemology of the South, through the Ecology of Knowledge, to think of "another university" in the twenty-first century, built on a foundation of appreciation of the diversity of knowledge by means of its own actors, considering the socio-environmental context and the experiences of the local community. After the systematization and analysis of the discourses in the documents elected as research instruments, a Technocentric vision of sustainability allied to the pragmatic conceptual macro-trend of Environmental Education has emerged. These characteristics, reproduced in the neoliberal

hegemonic model, manifest themselves in the context of the crisis of modernity, provoking contradictory behaviors by which regulation overlaps emancipation.

Keywords: Environmental Education; Sustainability; Development; Public University; Modernity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Análise do Discurso
API	Áreas de Preservação Integral
APP	Área de Preservação Permanente
CENTECO	Centro de Tecnologia Costeira e Oceânica
CGTA	Comissão Temporária de Gestão Ambiental
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COVID-19	CORONAVÍRUS SARS-COV-2
EA	Educação Ambiental
EDEA	Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental
EpS	Epistemologias do Sul
ES	Ecologia dos Saberes
ESREG	Escritório Regional
EUA	Estados Unidos da América
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GATS	Acordo Geral Sobre o Comércio e Serviços
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IFES	Universidade Federal de Ensino Superior
LI	Licença de Instalação
LIA	Licença de Implantação e Ampliação
LO	Licença de Operação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUCOF/IBAMA	Núcleo de Controle e Fiscalização
OCEANTEC	Parque Científico e Tecnológico da FURG
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Política Ambiental

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PGR	Procuradoria Geral da Republica
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PRM	Procuradoria Republica Municipal
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROINFRA	Pró-Reitoria de Infraestrutura
REUNI	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação das Universidades Federais
RISU	Rede de Indicadores de Sustentabilidade nas Universidades
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
TCA	Termo de Compromisso Ambiental
UDELAR	Universidad de la Republica
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UP	Universidade Pública

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planejamento do Campus Carreiros 1973	72
Figura 2 – Foto aérea do Campus Carreiros, mostrando o prédio da Base Oceanográfica Atlântica do Campus Carreiros no início da década de 1980	73
Figura 3 – Vista aérea destinada ao Campus Carreiros, ainda dominada pelas areias	73
Figura 4 – Planejamento Estratégico da FURG	77
Figura 5 – Representação da filosofia e vocação da FURG	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Período: 20/03 a 20/05 de 2013 – Ofícios da PRM/ RG/RS ao IBAMA e FURG, dando início ao processo	87
Quadro 2 – Período: 12/06 a 19/06 de 2013 – Ofício de defesa da FURG; Notificação de embargo das obras; Relatório de fiscalização.....	87
Quadro 3 – Período: 19 a 27/06 de 2013 – Solicitações de reavaliação e reconsideração do embargo; juntada de requerimento de abertura de licenciamento; auto de infração de 16/05/2013.....	91
Quadro 4 – Período: 01/07 a 05/07 de 2013 – Comunicação de vistorias realizadas nas obras; resposta a solicitação de desembargo parcial.....	92
Quadro 5 – Período: 12/07 a 29/07/2013 – Solicitação de assinatura do Termo de Compromisso Ambiental (TCA); visita técnica realizada pelo órgão ambiental; solicitação de desembargo FURG/IBAMA; Solicitação de verificação de documentos IBAMA/FEPAM; Requerimento de juntada de três itens: Minuta do TCA, Mapa de estágio das obras e apresentação de medidas propostas	94
Quadro 6 – Período: 27/08 a 19/09/2013 – Solicitação de informações sobre o andamento do processo, entre as partes envolvidas; Comunicação do desembargo das obras.....	96

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
CAPÍTULO I – SOCIEDADE X NATUREZA, IN/SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DISCUTINDO RELAÇÕES E FUNDAMENTOS	28
1.1 A RELAÇÃO DA SOCIEDADE: NATUREZA EM DISCUSSÃO	28
1.2 A SOCIEDADE DO DESENVOLVIMENTO IN/SUSTENTÁVEL	34
1.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS IMPLICAÇÕES NA E DA IN/SUSTENTABILIDADE	46
1.4 IN/SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ASSOCIANDO VISÕES E CONCEITOS	50
CAPÍTULO 2 – A UNIVERSIDADE NA CRISE DA MODERNIDADE: CONTRIBUIÇÕES DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS À TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA	54
2.1 O PARADIGMA DA MODERNIDADE: ENTRE A REGULAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO.....	55
2.2 COLONIALIDADE: SOBRE O PENSAMENTO ABISSAL CONSTITUÍDO SOBRE AS COLÔNIAS LATINAS	59
2.3 EPISTEMOLOGIAS DO SUL: A ECOLOGIA DOS SABERES COMO ALTERNATIVA.....	63
CAPÍTULO 3 – A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE/FURG: CONTEXTO DO ESTUDO	68
3.1 A UNIVERSIDADE E O CONTEXTO: A CIDADE DO RIO GRANDE	68
3.2 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA FURG	76
3.3 A DIMENSÃO AMBIENTAL NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI 2011-2014.....	80
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA FURG ..	81
CAPÍTULO 4 – O CASO DO EMBARGO DAS OBRAS DO CAMPUS CARREIROS/FURG: CONTEXTO HISTÓRICO E AMBIENTAL	85
4.1 O EMBARGO DAS OBRAS DO CAMPUS CARREIROS: PROCESSO ADMINISTRATIVO PRM/RG/RS Nº 1.29.006.000078/2013-23.....	85
4.2 DESCREVENDO O ANDAMENTO DO PROCESSO E O DISCURSO DA DEFESA	86

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EMBARGO DAS OBRAS DO CAMPUS CARREIROS.....	97
4.4 POLÍTICA AMBIENTAL DA FURG: UMA PERSPECTIVA DE AVANÇO.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	113

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A democratização do acesso de estudantes provenientes das classes trabalhadoras às universidades públicas (UP), como resultado da luta de diferentes organizações e de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas, historicamente, gerou resistências na sociedade. Diz-se que tal fenômeno não é novo, uma vez que, no final de 1800, apenas 5% da população era alfabetizada e as primeiras faculdades e universidades surgiram nos anos 1920 e 1930, respectivamente, o que demonstra a falta de interesse das elites com a educação pública. (MACHADO, 2013).

Um estudo de Spósito demonstrou, em pesquisa, por exemplo, a contrariedade da (...) “elite paulistana ao projeto de ampliação da escolarização básica nos anos 1950, na capital daquele estado” (...), assim como (...) “uma posição bastante crítica ao avanço da escolarização, principalmente na etapa do ensino médio e no ensino superior.” (SPÓSITO, 1984 *apud* GIROTTO, 2017, p. 233).

Esses registros evidenciam que até os anos 1960, aos mais pobres era destinado somente o ensino fundamental, voltado, sobretudo, à formação para o trabalho. A escola secundária e a superior destinavam-se às elites intelectuais, com a “missão” de dirigir o desenvolvimento do país. No passado mais recente, em 2013, um relatório da Academia de Ciência de São Paulo sobre o sistema de cotas sociais e raciais nas universidades públicas apontava o risco de perda de qualidade dos cursos mais concorridos com a adoção dos referidos sistemas. (GIROTTO, 2017).

Atualmente, depois de pequenos avanços na ampliação das universidades públicas¹ e das privadas, ocorre novamente o desmonte das Universidades Federais de Ensino Superior (IFES) por falta de aporte financeiro, além de uma abertura de espaço para o mercado, como empresas de ensino superior, que mesclam perspectivas neoliberais com o conservadorismo mais reacionário, como na gestão do Ministério da Educação e nas políticas do atual governo.

É o que ocorre pelos discursos e medidas adotadas desde 2017, buscando desqualificar as universidades públicas e asfixiá-las financeiramente, via contingenciamentos, cortando verbas de pesquisadores e desconsiderando a

¹ Em 2016, eram 973 instituições de ensino superior, em 1988, foram ampliadas para 2.407; já as matrículas totais, em 1988, eram 1.467.888 e passaram para 8.052.25 mil em 2016. (INEP, 1999, 2016).

importância da produção científica-acadêmica, das quais, 95% são realizadas nas universidades e institutos públicos. (REZENDE, 2019).

Soma-se a isso a contribuição do Banco Mundial, investindo de uma maneira fortemente ideológica na área da educação, visando inserir, em seu interior, relações mercantis, tanto no que se refere aos fins de sua produção científica, como ao tencionar os espaços (de formação, capacitação e serviços), subordinando-os aos interesses privados e empresariais, cujo objetivo é sempre a qualidade para a produtividade e o lucro. Para sustentar tais proposições, servem-se de análises direcionadas contra a educação pública, buscando levar para uma visão de que ela é potencialmente uma mercadoria igual a qualquer outra. (SANTOS, 2008a).

Assim, “essas são as ideias mestras que propõe o projeto de reforma educacional do Banco Mundial e que estruturam o Acordo Geral Sobre o Comércio e Serviços (GATS) na área da Educação da Organização Mundial da Saúde” (SANTOS, 2008a, p. 20), mais recentemente configurado na versão do Projeto do Programa Future-se², que se assenta em três eixos: Gestão, Governança e Empreendedorismo, proposto pelo ex-Ministro Abraham Weintraub (08 de março a 19 de junho de 2021) e que, talvez, com a “queda” do ministro, encontra-se adormecido.

O atual Ministro, Milton Ribeiro, mantém a ótica elitista, ao afirmar que a universidade “seja para poucos”, e desenvolvimentista na formação de mão de obra, fazendo apologia aos Institutos Federais como “vedetes” do futuro à formação de técnicos (UNIVERSIDADE, 2021).

O cenário acima expõe a problemática, inegavelmente insustentável, e cada vez mais atual na e da universidade pública, que induz e promove a formação de técnicos e especialistas, mestres e doutores para a produção sem fim. Essa visão desenvolvimentista das diretrizes governamentais, aliadas às pressões do sistema hegemônico, submetem os processos de gestão das IFES, gerando a crise de hegemonia, legitimidade e institucional (SANTOS, 1989). E é a partir desse contexto que se desenvolve a temática da presente tese.

Nessa pesquisa, a sustentabilidade e o desenvolvimento estão em análise na conjuntura da universidade pública, da Educação Ambiental (EA) e da Transição Paradigmática da Modernidade, através do discurso dos sujeitos envolvidos nos

² O Future-se busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das Universidades e Institutos Federais. Essas ações serão desenvolvidas por meio de parcerias com organizações sociais. (BRASIL, 2019).

instrumentos selecionados. Tais discursos, por vezes contraditórios entre o pensar, dizer e agir, foram considerados, conforme Santos (2008a, p. 19), como ações políticas voltadas para a mercadorização da educação e do ensino superior, no qual “a gestão, a qualidade e a velocidade da informação são essenciais à competitividade econômica”.

Entende-se que a análise crítica dos fundamentos da ação discursiva assume relevância estratégica como contribuição ao estudo na área da Educação Ambiental, e, portanto, os termos *Sustentabilidade* e *Desenvolvimento Sustentável* foram considerados em sua relação com a universidade (formadora de sujeitos e produtora de ciência e conhecimentos), não se restringindo à mera definição de conceitos e noções acerca do tema. Partiu-se da materialidade das relações sociais no momento conflitivo da qual emergiram – no caso, em 2013 – no enquadramento de um Governo Federal e gestão universitária identificados com os ideais progressistas para responder aos objetivos do estudo.

Os termos *Sustentabilidade* e *Desenvolvimento*, atualmente, são utilizados como sinônimos de algo bom, positivo para o planeta e seus habitantes e, em razão disso, ao serem significados como tal, se impõem como verdadeiros sobre todas as atividades humanas, inclusive às relações sociais dos seres humanos entre si, na sociedade e com a natureza/meio ambiente. Esse foi o foco do relatório dessa tese, ou seja, problematizá-los no momento do conflito/questão ambiental em torno ao embargo das obras de ampliação do Campus Carreiros/Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Inserido no espaço sócio-histórico do presente estudo, Sáenz (2014), no artigo sobre o estado da arte *La sustentabilidad en las Universidades de América Latina y el Caribe*, menciona que pesquisadores da área (há 35 anos, data da publicação) utilizam a expressão “*incorporación de la temática ambiental en la educación superior*” (CIFCA, 1978)³ para se referirem às práticas universitárias que se dizem respeito ao meio ambiente.

Nesse sentido, observa também que:

³ En 1977, el Centro Internacional de Formación en Ciencias Ambientales (CIFCA) realizó un estudio para conocer el Panorama de los Estudios Superiores Medioambientales en América Latina, con el que se pretendía identificar las “tendencias generales de la incorporación del tema del medio ambiente en la educación superior de algunos países latinoamericanos de lengua española” (SÁENZ, 2014, p. 23).

Desde la década del noventa, el concepto de ambiente se viene asociando con el concepto de sustentabilidad (...) Así se hace también, desde 2007, en la Alianza de Redes Iberoamericanas por la Sustentabilidad y el Ambiente (ARIUSA), como su propio nombre lo expresa. Esto demuestra que la gran mayoría de los universitarios que trabajamos por 'la incorporación de la temática ambiental y de la sustentabilidad socioambiental en las instituciones de enseñanza superior' tenemos básicamente la misma idea sobre los términos o conceptos que utilizamos. (SÁENZ, 2014, p. 24).

Entretanto, afirma que o que importa, de fato, quanto à ambientalização ou à sustentabilidade das/nas instituições de ensino superior é o que está se fazendo na prática; quais são as ações concretas realizadas nas universidades referente a esses conceitos utilizados nos discursos.

Ambientalizar, no contexto de uma Instituição de Ensino Superior, segundo Kitzmann:

significa inserir a dimensão socioambiental onde ela não existe ou está tratada de forma inadequada. Assim, através de (...) processos, conteúdos e práticas conforme os objetivos e princípios da Educação Ambiental (...) de acordo a realidade do contexto educacional onde está inserido; (...) definir políticas de gestão ambiental como referenciais que orientem as pretendidas modificações curriculares e institucionais (...). (KITZMANN, 2007, p. 554).

Para a qual Sáenz considera que “*el panorama general*” do processo de ambientalização:

En la gran mayoría de los países latinoamericanos son cada vez más numerosas las universidades con algún grado de ambientalización pero no se tiene certeza sobre el nivel de desarrollo cuantitativo que se ha alcanzado; además, se sabe con seguridad que el grado de avance cualitativo es bastante más limitado. (SÁENZ, 2014, p. 35).

No Brasil, a ambientalização como política pública tem, na Agenda Ambiental na Administração Pública, desde 2005, seu mote de implementação. No presente estudo, no entanto, não é a ambientalização o foco, mas a ideia de (in)sustentabilidade das/nas relações socioambientais e suas consequências no cenário da gestão institucional de uma Universidade Federal de Ensino Superior (IFES), no caso a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2013, como momento do estudo. A referência à ambientalização se apresenta como evidência de marco histórico dos/nos

estudos sobre a temática ambiental de forma ampla nas Instituições de Ensino Superior na América Latina.

Diante disso, pensando no termo “sustentar”, etimologicamente, concerne à intenção de “evitar a queda”, “manter o equilíbrio de”; “suster-se”, “apoiar-se”, “manter a resistência a”, “resistir”, “aguentar-se”, entre outros sinônimos encontrados em dicionários da língua portuguesa (DICIO, 2020; PRIBERAM, 2021). Para o estudo do caso em questão, o “sustentar” dirige-se aos sentidos que a in/sustentabilidade da/na relação sociedade e natureza se configuram no ser humano, de acordo com o propósito, a partir de sua visão e ação no mundo.

Desse modo, usa-se o prefixo **in** antes de sustentabilidade para destacar que há uma relação de conflito na própria definição do termo. E, dependendo da visão e ação do sujeito, ela será sustentável para assegurar o *status quo* de um grupo hegemônico específico, contudo, insustentável para outros. Insustentável quando se impõem, especialmente, sobre os menos favorecidos de forma injusta nos processos de desenvolvimento, em seus impactos de transformar a natureza em bens e mercadorias, alijando-os do processo nesse sistema social.

O caso da Universidade Federal do Rio Grande, objeto da pesquisa, ocorreu no período do embargo das obras de expansão do Campus Carreiro, em junho de 2013, pela ausência de licenciamento ambiental (Licença de Instalação – LI e Licença de Operação – LO). As obras iniciaram em 2007, quando a universidade aderiu ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI).

Com base nas considerações acima, precipuamente às que tangem à Educação, Universidade e Sustentabilidade, emergiu a seguinte **Questão/Problema**: Como a FURG⁴ se posicionou relativamente ao embargo das obras de ampliação da infraestrutura do Campus Carreiros, em 2013, tendo em vista a sustentabilidade, o desenvolvimento e o lugar/papel da universidade na sua relação sociedade/natureza, considerando estar sob a gestão institucional identificada aos ideais progressistas e num contexto de crise de paradigma da modernidade?

⁴ No texto, usa-se a sigla FURG para representar os sujeitos da pesquisa que foram analisados. No caso, os representantes da gestão administrativa (o Reitor(a) e sua equipe assessora), que a partir da assinatura do PROGRAMA REUNI agiram ou se omitiram, durante dado período, ocasionando a intervenção dos órgãos fiscalizadores ambientais até o levantamento do embargo.

Inserida nesse ambiente, a **Hipótese** formulada foi: O discurso hegemônico da sustentabilidade e do desenvolvimento na sociedade capitalista neoliberal adquire o sentido de manutenção do sistema, no qual a natureza é compreendida como recurso a ser explorado para alimentar o mercado. Tal visão, num contexto de crise de paradigma, tende a provocar manifestações e comportamentos contraditórios e conflitivos quanto ao lugar/papel da universidade na sua relação sociedade/natureza, em suas gestões administrativas.

Para dar conta, tanto da **Questão/Problema** quanto da **Hipótese**, o **Objetivo Geral** foi: Identificar o sentido/significado da sustentabilidade no discurso da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), problematizando os posicionamentos (dos gestores e documentos institucionais) frente ao embargo das obras do Campus Carreiros, tendo como foco a relação da universidade com a natureza/meio ambiente e de seu papel/lugar neste contexto conflitivo.

Os **Objetivos Específicos** que direcionaram a reflexão da presente tese foram:

- Investigar e sistematizar os documentos oficiais que orientaram as decisões e pareceres institucionais da FURG, relacionados ao tema investigado;
- Sistematizar o discurso sobre a sustentabilidade, desenvolvimento e papel da universidade, estabelecido pelos documentos oficiais e processo estudado;
- Analisar os posicionamentos dos gestores e seus documentos em relação ao conflito/problema foco do estudo, ocorridos na IES, na perspectiva das visões de sustentabilidade (Ecocentrista, Tecnocentrista e Humanista), bem como das macrotendências político pedagógicas de Educação Ambiental (Conservacionista Pragmática e Crítica);
- Inserir a sistematização global das perspectivas dos gestores e seus documentos sobre os temas foco do estudo, no contexto da crise do paradigma da modernidade.

O estudo acerca do significado da in/sustentabilidade na gestão de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) situou-se no âmbito da pesquisa social, consoante Minayo (2002), dado que possui um objeto histórico, num determinado espaço, cuja formação social e configuração são específicas e no qual as crises têm reflexo tanto no desenvolvimento como na transição de teorias sociais.

A respeito do termo sustentabilidade, especificamente a referência, deu-se no contexto e relações em que a mesma foi expressa: Qual sustentabilidade? Para quem essa sustentabilidade? Em que momento e qual sustentabilidade está expressa no discurso e/ou no documento x, y ou z? Referente a que, contra o que, ou por que foi proferido? Tais questionamentos se justificam? Porque, para além da relação e do

conceito com a materialidade conflitiva em que emergiu, podem identificar diferentes visões e valores sociais, éticos e políticos daquelas ou daqueles que foram externados e/ou alcançados e/ou pretendidos.

A **Metodologia** escolhida, dessa maneira, conforme Minayo (2002), para além das técnicas, que são os instrumentos de operacionalização do estudo na produção do conhecimento, inclui uma forma de abordagem que considera a criatividade da pesquisadora (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade), articulando teoria, realidade empírica e os pensamentos sobre a realidade.

Como abordagem qualitativa, os aspectos da realidade não são quantificados, posto buscarem compreender os fenômenos humanos através da narrativa nos discursos dos documentos institucionais e processo administrativo analisados, a partir das relações sociais e sua dinâmica no momento do conflito – do embargo – no estudo realizado. Da mesma forma, o determinado processo histórico (MINAYO, 2002) traz, naquele que produz a reflexão, seu ponto de partida, e nos referenciais teóricos o apoio ao diálogo com os dados empíricos, sistematizados, sobre o fenômeno estudado.

Um Estudo de Caso, em concordância com Lüdke e André (1986), é o estudo bem definido, independentemente de sua complexidade, relacionado ao fato de que “queremos estudar algo singular, que tenha o valor em si.” (LÜDKE; ANDRE, 1986, p. 16). O estudo de caso como abordagem pode representar diferentes pontos de vista, inclusive conflitantes, presentes em uma determinada situação social, devendo o pesquisador trazer essas reflexões como enriquecedoras para o estudo. Sendo assim, procurou-se, nessa pesquisa, apresentar, discutir e relacionar diferentes visões e opiniões sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, ademais de concepções de EA; dialogando, no contexto da temática e da materialidade do caso, em uma Instituição de Ensino Superior e em um determinado momento histórico.

Cabe destacar que as reflexões da pesquisadora partem do ponto de vista dos Fundamentos da Educação Ambiental no prisma das concepções escolhidas como categorias, tanto para a compreensão de sustentabilidade, como de EA, que emergem dos discursos. Entende-se, também, que tais categorias não estão representadas de modo restrito, estrito e/ou estanque nos fenômenos discursivos e ações analisadas, pois as visões de sustentabilidade e as concepções de EA podem se apresentar interagindo nas relações sociais.

Isso significa que as visões de sustentabilidade e as concepções de EA utilizadas na análise dos discursos e ações constituem instrumentos para a reflexão do caso em questão (embargo das obras por falta de licenciamento ambiental), num contexto socioambiental, econômico e político específico, tendo por base a perspectiva de Sustentabilidade Humanista e os fundamentos da Educação Ambiental Crítica e Emancipatória.

Não houve, nem há intenção, nesta tese, em julgar a instituição FURG, nem sua gestão administrativa, visto que os órgãos fiscalizadores competentes para tal já atuaram devidamente, cumprindo suas atribuições e finalidades, porquanto a Universidade reconheceu e firmou o Termo de Compromisso Ambiental (TCA). Nesse sentido, os dados utilizados para análise do fenômeno fazem parte de um caso concreto e analisados/interpretados à luz das teorias apresentadas em harmonia com os autores referenciados oportunamente. Logo, ousa-se afirmar que este trabalho se insere num contexto sócio-histórico, político e ambiental da universidade pública brasileira e latina.

O processo da pesquisa ocorreu de forma descritiva, sem a intenção de intervir na situação, objetivando compreender todo o contexto e sentido do caso. Para tanto, as reflexões decorrentes da análise implicaram a pesquisadora nas considerações finais a partir do envolvimento enquanto objetivo e meta de pesquisa.

Os documentos selecionados para análise foram o Projeto Político Institucional (2011-2022) (FURG, 2011a), o Plano de Desenvolvimento Institucional (2011 – 2014) (FURG, 2011b) e o Processo de Embargo (2013).

A análise dos documentos inspirou-se na **Análise do Discurso** (AD), de Eni Orlandi, pela qual os conceitos e reflexões dos autores que embasaram todo o processo de estudo direcionaram a um olhar em diversas direções, sem perder o foco na historicidade do aporte teórico. Procurou-se considerar como conceitos articuladores o sujeito, o sentido e a ideologia, desde a relação entre o político e o teórico, tornando consistente a interlocução entre teoria, metodologia, análise e objeto.

O discurso foi interpretado como a “palavra em movimento” (ORLANDI, 2009, p. 15), a contar do discurso teórico do/no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), até as manifestações dentro do processo de embargo e as contradições neles estabelecidas. Nesse viés, de acordo com a autora, a palavra “discurso”, referida na

AD, “etimologicamente traz em si a ideia de curso, percurso, correr por” (ORLANDI, 2009, p. 15). Assim, é a palavra em movimento, prática de linguagem.

Com o estudo do discurso, observa-se o sujeito falando e busca-se compreender a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do sujeito e da sua história. É a linguagem como mediação necessária entre o sujeito e a realidade natural e social a fim de tornar possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e a realidade em que ele vive.

Como trabalho simbólico produzido pelo sujeito, a AD age por meio da interpretação dos modos e das dinâmicas do texto e do discurso, por ocasião da produção dos sentidos ao longo da história, “refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2009, p. 16). Destarte, a formação discursiva corresponde à projeção da ideologia no dizer, na qual palavras iguais podem ter significação diferente, em consonância com aquele que a profere: Por exemplo: “a palavra ‘terra’ não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem-terra e para um grande proprietário rural.” (ORLANDI, 2009, p. 44-45).

Por conseguinte, através da compreensão do texto (discurso) pode-se entender a relação com o interdiscurso, a relação com os sentidos que o texto guarda. Quer dizer, a AD “visa à compreensão de como o objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 26), expressos a partir do caso em estudo, como justificativa da ação realizada ou aos órgãos fiscalizadores das ações a serem realizadas em compensação, diante da intimação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul (FEPAM/RS) e do TCA na FURG/RS.

Nessa pesquisa, os conceitos/expressões *Sustentabilidade*, *Desenvolvimento*, *Educação Ambiental* e *Universidade/Sociedade* constituem as palavras-chave do objeto simbólico a ser estudado no processo de Embargo das Obras de Qualificação e Reestruturação do Campus Carreiros – FURG.

Buscou-se a sistematização dos discursos e sua análise contextualizada no momento em que foram produzidos, sempre considerando o mote gerador do mesmo. E, daí, relacioná-los com as visões de Sustentabilidade Tecnocentrista, Ecocentrista e Humanista; bem como as macrotendências político-pedagógicas de Educação Ambiental Conservacionista, Pragmática e Crítica. Na sequência, considerando a

crise do paradigma da modernidade numa sociedade capitalista, ampliar a discussão na busca de alternativas epistemológicas para o papel da Educação na/da universidade pública da América Latina, universidade periférica no extremo Sul do Brasil.

No primeiro momento, o estudo direcionou-se para o embasamento teórico do tema, resultando em dois artigos que, posteriormente, foram publicados em revistas científicas e já deram conta de alguns dos requisitos formais do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA). Os textos, no momento da escrita da tese, foram revistos e ampliados, passando a compor os seus dois primeiros capítulos.

Como primeira referência, um contato com a professora Dione Kitzmann, em abril de 2018, levando em conta sua atuação junto ao processo de construção da gestão ambiental da FURG, que iniciara em 2011 e se desenvolvia no mesmo período, além de ser autora de vários artigos na área.

Para obter os autos do processo de embargo, enviou-se *e-mail* à Procuradoria da República no Município, do estado do Rio Grande do Sul (PRM/RG) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em agosto de 2019. A resposta veio através do IBAMA, informando que seria necessário o encaminhamento/solicitação via um formulário de vistas ao processo, que deveria ser encaminhado pela Reitoria da FURG. Em contato com a Reitoria e depois com a Vice-Reitoria, através do Prof. Danilo Giroldo, então Vice-Reitor (17 de dezembro de 2019), que se colocou à disposição para o encaminhamento junto ao IBAMA.

Na oportunidade, foram esclarecidos para o Vice-Reitor os objetivos da pesquisa, ao mesmo tempo em que obtidas algumas informações verbais⁵ sobre o Processo de Embargo e o seu entendimento acerca da importância da temática, pelo resgate histórico que constituiria a pesquisa, uma vez que fazia parte da história da instituição. Finalmente, em 15 de janeiro, a pesquisadora recebeu o *CD-ROM* com os autos do processo na Vice-Reitoria.

Dando seguimento ao processo, e com o suporte do aporte teórico, intentou-se responder à questão/problema através dos objetivos geral e específicos formulados.

⁵ Informação verbal, de que esse o evento, apesar do atraso em alguns meses no andamento do projeto financiado pelo REUNI, teria servido para acelerar o processo de gestão ambiental que estava em processo de construção.

As fontes da pesquisa foram os documentos institucionais⁶ que compõem o Planejamento Estratégico da Universidade e o Processo Administrativo de Embargo PRG/IBAMA/FEPAM. Os documentos institucionais são disponibilizados pela universidade na sua página da *internet*, assim como informações sobre a sua história. O Projeto Pedagógico Institucional (PPI, 2011-2022), articulado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2011-2014), consolida o Planejamento Estratégico da Universidade. Também pode ser acessada através da página institucional da FURG a Política Ambiental/FURG (instituída em 2014).

Infelizmente, devido a pandemia do Corona Vírus/COVID 19, desde março de 2020, o projeto de tese teve que ser alterado quanto ao contexto da pesquisa, que ficou restrito ao estudo de caso da FURG⁷. O mundo “fechou suas portas”, a vida presencial passou a ser virtual e/ou intermediada por máscaras e álcool em gel. O medo do vírus, o desconhecimento sobre as formas de contaminação e prevenção começaram a interferir avassaladoramente na vida das pessoas em todo o mundo, o que ainda ocorre atualmente, com um saldo em torno de 600 mil óbitos (SÃO PAULO, 2021) no Brasil e 5 milhões no mundo. Como em todas as áreas e momentos do cotidiano no planeta, houve a necessidade de reprogramar o desenvolvimento da vida e da tese.

No que cabe ao andamento da presente pesquisa e tese, as instituições de ensino e outros possíveis locais para obter dados para consulta também foram fechados. Encontrar pessoas, só virtualmente e, à vista disso, muitos direcionamentos ficaram inacessíveis. Por esse motivo, o estudo se apoiou apenas nos documentos institucionais da universidade e no processo administrativo ambiental como peças chave para análise. Embora considerando (e lamentando) que as entrevistas com os sujeitos fariam um diferencial no contexto global da pesquisa, não houve condições de utilizar este instrumento.

Segundo a metodologia da Análise do Discurso, os estudos dos documentos foram direcionados à compreensão do discurso na relação com o interdiscurso; no sentido que o texto guarda referente à sustentabilidade, desenvolvimento e Educação

⁶ 1º objetivo específico: investigar e sistematizar os documentos oficiais que orientaram as decisões e pareceres institucionais da FURG relacionados ao tema investigado.

⁷ O projeto de qualificação aprovado em set. 2019 estava previsto um estudo de caso também na Universidad de la República Uruguay – UDELAR/UY.

Ambiental nos discursos da FURG, num diálogo crítico com os referenciais teóricos que fundamentam a tese.

Com relação aos autos do embargo, após a leitura e releitura, para entender o andamento do processo, foram utilizados quadros para sistematizá-lo de forma cronológica, colocando de um lado a identificação dos documentos dos órgãos IBAMA, PRM, FEPAM e de outro os da FURG na sua defesa e contestação entre março e setembro de 2013.

Os documentos referentes ao embargo estão compostos por dois autos, os quais se complementam, posto que um deles (23 de agosto de 2019 fls. 33 doc. A) foi migrado para o Sistema Eletrônico de Informações do IBAMA – SEI.IBAMA⁸. Por essa razão, na apresentação dos quadros, identificaram-se quais documentos estão num ou noutro, ou nos dois, consoante disposto nos capítulos 3 e 4.

Diante disso, **o capítulo 1** apresenta os fundamentos teóricos que embasaram as reflexões para pensar a in/sustentabilidade e o desenvolvimento na/da universidade. Nessa linha, primeiramente, destaca a discussão e as ideias de autores, professores e pesquisadores reconhecidos na área, como contribuição para o debate sobre a relação da sociedade com a natureza. No segundo momento, traz o debate e as ideias sobre o Meio Ambiente/Natureza; Sustentabilidade/Educação Ambiental e Desenvolvimento.

O **capítulo 2** desenvolve alguns conceitos-chave do pensamento de Boaventura Santos quanto à Crise da Modernidade e seus Pilares (Regulação e Emancipação), a Colonialidade e a Epistemologia do Sul como meio de refletir e compreender as visões de in/sustentabilidade e Educação Ambiental no atual modelo hegemônico socioeconômico, tal qual propor alternativas para uma outra perspectiva de universidade.

O **capítulo 3** apresenta a instituição FURG, seu contexto histórico e geográfico, descreve o planejamento estratégico da instituição para, após, analisar e tecer considerações sobre o discurso institucional, conforme a questão problema da pesquisa.

O **capítulo 4** disserta acerca do caso prático que motivou a problemática e os objetivos do estudo. É composto, ainda, pela análise e considerações do tema, que buscam responder as questões formuladas pela pesquisa.

⁸ Despacho nº5779792/2019-DIAFI-RD/SUPES-RS no Processo 02023.000646/2013-87. Assunto: Migração de processo.

Por fim, as **considerações finais** sistematizam o desenvolvimento da pesquisa, tensionando responder à sua questão problema, discorrem brevemente em relação aos resultados encontrados a partir dos objetivos do estudo, apresentam seus argumentos e afirmam a tese.

CAPÍTULO I – SOCIEDADE X NATUREZA, IN/SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DISCUTINDO RELAÇÕES E FUNDAMENTOS

Este capítulo apresenta os panoramas gerais que fundamentam a presente tese: a relação da sociedade com a natureza, as visões de sustentabilidade e desenvolvimento relacionando-as com as principais correntes da Educação Ambiental (macrotendências político-pedagógicas) inseridas no sistema social, econômico e ambiental dominante no mundo moderno. Em 2018, uma versão desse texto foi publicada (PIEPER; MACHADO, 2018), fazendo parte dos estudos iniciais da tese e servindo como base para problematizar o objeto de análise do estudo no que tange o discurso prescrito nos documentos institucionais da universidade e o posicionamento da gestão da FURG perante o Processo de Embargo das obras do Campus Carreiros, em 2013, por falta de licenciamento ambiental.

1.1 A RELAÇÃO DA SOCIEDADE: NATUREZA EM DISCUSSÃO

A relação dos seres humanos com a natureza sempre foi cercada de contradições, desde tempos remotos, fosse por conta da luta pela sobrevivência que os humanos estabeleciam em diferentes sociedades e realidades, depois, quando se estabeleceram em comunidades, ao ampliarem entendimento sobre fenômenos naturais e irem diferenciando-se uns com/dos outros/as, em guerras entre si por “recursos naturais” ou localizações estratégicas.

Tais processos e relações com a natureza constituíram diferentes sociedades e realidades pela busca de qualidade de vida, o domínio e a exploração de outras e/ou na manutenção do *status quo* hegemônico em cada período e sociedade, na medida em que se diferenciava também o acesso aos recursos e meios de vida e de domínio.

A instabilidade e a incerteza sobre as condições e impactos, nesses primórdios da vida humana, era o que predominava, não como descrevem alguns discursos do campo da História e da Educação Ambiental, tentando retratar uma relação de equilíbrio e harmonia existente (FOLADORI; TAKS, 2004). Relativo a isso, tem-se os registros através da arte rupestre, reproduzindo a ação de caçadores e coletores, a fragmentação do *habitat* pela devastação de bosques, a erosão causada pela alimentação de cabras, a introdução de outras espécies exóticas predadoras, como

exemplos deixados por grupos humanos em sua movimentação pelos continentes, desde 12000 anos atrás. Em seus escritos, os autores citados objetivam:

(...) desmistificar os preconceitos sobre a relação das sociedades com seus ambientes naturais — preconceitos tais como os mitos da existência de um vínculo harmonioso entre sociedade e natureza nos tempos pré-industriais, o da tecnologia moderna como causa última da crise ecológica, ou o do papel sacrossanto da ciência como guia em direção à sustentabilidade. (FOLADORI; TAKS, 2004, p. 1).

Os eventos decorrentes da ação humana sobre a natureza, para Tommasino, Foladori e Taks (2005), não constituem causas que possam se diferenciar qualitativamente daquelas que, na contemporaneidade, se identificam como responsáveis pela degradação do meio ambiente. O que distingue a ação do ser humano contemporâneo dos grupos primitivos não é o efeito degradante sobre o meio ambiente, nem a sua modificação com os fins de sobrevivência, todavia, o que distingue é o metabolismo (ou seja, o grau qualitativo desta relação pendendo para os humanos e sua capacidade destrutiva) entre seres humanos e a natureza. Foladori e Taks entendem que:

(...) a natureza não pode ser considerada como algo externo, a que a sociedade humana se adapta, mas sim em um entorno de coevolução, no qual cada atividade humana implica a emergência de dinâmicas próprias e independentes na natureza externa, ao mesmo tempo em que, em um efeito bumerangue, produz impactos na natureza social e na biologia das populações humanas. (FOLADORI; TAKS, 2004, p. 4).

Na atualidade, esses impactos degradantes se ampliaram, com a utilização de instrumentos que permitem a acumulação, geração a geração, devido à apropriação e ao monopólio e, conseqüentemente, sua divisão em grupos e classes sociais, de acordo com a relação de propriedade e domínio dos meios de produção para acumulação.

Considerando a história ambiental mundial e a ocorrência de efeitos diretos ou indiretos de eventos climáticos dos últimos 200 anos, que se ampliou nos últimos 40 anos, reafirma-se que a ação humana sempre esteve presente como agente das crises ambientais. Segundo Santos, "... é este o modelo (de sociedade) que está hoje a conduzir a humanidade a uma situação de catástrofe ecológica" (SANTOS, 2020, p. 23). E alude a pandemia do Coronavírus como exemplo da exploração que, "está a

violar de maneira fatal o lugar da humanidade no planeta Terra.” Ele avalia, porém, que as pandemias discriminam, em grau menor, às outras violências cometidas contra os grupos menos favorecidos, como os trabalhadores pobres, idosos, negros, indígenas, imigrantes, refugiados, camponeses, pessoas em situação de rua etc. Entretanto, como estes grupos não se encontram em condições de seguir as recomendações da OMS quanto à sua prevenção, porque precisam trabalhar, suas moradias são pequenas e precárias, também não têm acesso à água potável, material de limpeza, entre outros insumos, e são discriminados quanto à prevenção, expansão e mitigação, isto os coloca em situação potencial de risco.

Nos últimos dois séculos, devido à busca incessante de controle e exploração da natureza, chegou-se ao limite, haja vista o modo de produzir industrial, do consumismo e da exploração, da contaminação dos ambientes naturais. A utilização sem fim dos recursos naturais, sem preocupação com sua possível extinção, além da produção para um consumismo orientado ao lucro, são as causas da catástrofe ambiental e climática atual. (MACHADO *et al.*, 2020; SANTOS, 2020).

No campo da Educação Ambiental, no espaço universitário brasileiro, predomina o uso do termo *Meio Ambiente* e não do termo *Natureza*, o que já representa um universo de significação amplo e ambíguo, que inclui, tanto os aspectos naturais, como aqueles resultantes das atividades humanas. Ao não os diferenciar, exclui-se a relação entre sociedade com a natureza, como ver-se-á a seguir.

Reigota (2004) diz não existir consenso sobre o significado do termo *Meio Ambiente*, assentado em uma pesquisa junto à comunidade acadêmica, seja pelo caráter difuso e variado, definindo-o como:

Lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas interações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. (REIGOTA, 2004, p. 14).

Brügger (2004, p. 55) interpreta “a representação social dominante” de meio ambiente como sendo “um sinônimo, ou quase, de natureza”, que “quando se reduz ao estudo dos ecossistemas, é confundido com a ecologia natural”. No entanto, apesar de haver um entendimento de que o meio ambiente deva abranger uma totalidade relacional (o ambiente natural e o construído) “resultante da interação de fatores biológicos, sociais, físicos, econômicos e culturais”, afirma a autora que, em

diferentes textos de artigos científicos e projetos técnicos e político-pedagógicos concernentes à questão ambiental, são apresentadas contradições no uso do termo/conceito (BRÜGGER, 2004, p. 54). Nesses, comumente, a expressão *Meio Ambiente* é retratada como “algo concreto, tangível e que pode ser solucionado desde que se adotem as medidas certas” (BRÜGGER, 2004, p. 55), portanto, o humano que pensa e age de forma racional e regulatória sobre aquela “coisa” que está lá fora, planeja e age para mantê-la sustentável. Consoante a autora:

Embora a expressão “meio ambiente” seja amplamente confundida com a natureza, mesmo nos meios acadêmicos, a questão ambiental diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza – qualquer natureza – e isso inclui também as relações dos seres humanos entre si. (BRÜGGER, 2004, p. 56).

Por outro lado, Porto-Gonçalves (2006, p. 9), focando na maneira de vida e tradição do ser humano, nos diz que toda cultura elabora os seus conceitos, inclusive o de natureza, simultaneamente em que institui suas relações sociais. “Homem e Natureza são concebidos como parte de um mesmo processo de constituição de diferenças. O homem é a natureza que toma consciência de si própria(...).” O autor considera essa *tomada de consciência* (grifo nosso) “(...) uma descoberta verdadeiramente revolucionária, numa sociedade que disso se esqueceu ao se colocar o projeto de dominação da natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 9). E segue, dizendo que “não existem palavras naturais para falar de natureza, porque a ideia do que seja natureza é instituída pela cultura de uma sociedade, que ao mesmo tempo cria modelos e institui relações sociais” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 63). Exemplifica como o modelo hegemônico (considerado, normal, padrão, a partir do qual se pensam as relações) se institui no cotidiano: chamar de “burro” alguém com dificuldade de entendimento das coisas básicas; de “cachorro” atribuído à pessoa de mau caráter; de “veado” e/ou “piranha” para representar aquelas que têm determinada orientação sexual ou estilo de vida etc.

Dessa forma, vai se estabelecendo o discurso de que uns seres humanos são superiores a outros, em concordância com suas escolhas e/ou comportamentos sociais, que estigmatizam como sendo controversos em relação a um comportamento “civilizado” ou “correto”. Fazem comparações entre seres humanos e animais, julgando estes últimos como inferiores, originando e propiciando as questões de injustiça social em todos os âmbitos das relações (sociais, econômicas e ambientais).

Referindo-se aos animais como inferiores, comparando-os a sujeitos integrantes de determinados grupos sociais, buscam desqualificá-los (ambos) no mundo civilizado.

O “civilizado” seria aquele atrelado à Lei e ao Estado e, por isso, racionaliza e regula por seu saber, em sintonia com o pensamento dominante e verdadeiro do sistema vigente; enquanto os “primitivos”, “os burros”, os “inferiores”, os animais ou selvagens estariam vinculados ao primado da natureza, onde reinaria o caos, sendo necessário dominá-los (e educá-los).

Pode-se aludir que a conscientização do homem como natureza e suas ações desde aí também dependerão da visão de sustentabilidade que o constitui, que poderá ser de levar adiante o projeto antropocêntrico de dominação ou defendê-la, preservá-la como parte pertencente a ela.

Sem embargo, cabe registrar que essa concepção de dominação e controle (até hoje hegemônica) não surgiu com o capitalismo (no qual ganha contornos mais acentuados), mas tem suas raízes sendo gestadas muito tempo antes. Por exemplo, a ideologia judaico-cristã, baseada na ideia monoteísta de um Deus todo poderoso que criou o mundo e o homem à sua semelhança e, por conseguinte, este se sentiu um elemento privilegiado pela criação divina, cabendo a ele o domínio sobre tudo, tendo ganhado força na Idade Média europeia, com a mediação de reis e o catolicismo (PRADO, 2000; FRANCO JR., 1995), exemplos disso:

Todos os fatos e acontecimentos sejam de natureza econômica, política ou bélica, estavam permeadas pelo aspecto religioso, de forma que as explicações e acontecimentos possuíam forte carga mística e mágica. [...] durante a Baixa Idade Média, atribuída como "castigo de Deus" a todos aqueles que se desviaram dos rígidos dogmas católicos; a crença no poder mágico dos reis, cujas visitas nos campos de produção eram muito festejadas, pois se acreditava que o poder real fertilizaria as terras, bem como o ato de camponeses enterrarem hóstias consagradas junto às plantações, pela mesma crença em futuras boas colheitas; ou o medo das pessoas com relação aos demônios e bruxas, e o apego aos anjos, santos, relíquias sagradas e imagens sacras. (PRADO, 2000, p. 118).

Entretanto, foi no âmbito das relações econômicas, sociais e culturais, do modelo de produção capitalista, o advento da Revolução Industrial, alicerçada pelo paradigma cartesiano, que possibilitou a radicalização da transformação da natureza e da apropriação material e intelectual dos humanos sobre a mesma, tendo no

pragmatismo e no antropocentrismo suas bases de sustentação. (BRÜGGER, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2006; SOLER, 2011).

A separação Sociedade – Natureza, assevera Lander (2005), não é apenas um aspecto econômico, e sim, igualmente, cultural e civilizatório, fundamentado pela superação das compreensões anteriores, ao separar os humanos da natureza (para subjugar-la, dominá-la e explorá-la) de modo cada vez mais amplo e profundo, na busca pelo lucro. Como consequência, a natureza passou a ser desconsiderada como parte intrínseca nas e das relações contraditórias/conflitos entre as classes, pela apropriação da riqueza, tanto quanto no uso do Estado e de suas políticas nesta totalidade relacional (trabalho, capital e natureza).

Com a perda da identidade de pertencimento do Ser Humano com o Meio Ambiente/Natureza, essa pode ser pensada como subordinada aos interesses humanos, sua exploração e o uso de seus recursos, potencializados pelos modos de produzir, iniciados a partir da acumulação de capital no pós “descobrimento” (1492/1500), que gerou o modo de produção capitalista e, em crise profunda, devido à emergência climática⁹, que é parte da catástrofe ambiental global atual.

E, concluindo esta seção a reflexão, Gonzáles (2020) traduz com sensibilidade a dura realidade:

En este camino de pensar la relación sociedad-naturaleza, una relación de alienación de las personas con su entorno, pero también una alienación de las relaciones sociales. Por lo tanto, esta forma de relacionarnos con el entorno es en definitiva la que nos lleva a maltratar(nos) en una espiral creciente autodestructiva(...).
(GONZÁLES, 2020, p. 137).

Gonzáles finaliza citando Marx e Engles (1974): “*la verdadera riqueza espiritual del individuo depende enteramente de la riqueza de sus relaciones reales*”.

Diante de tais considerações, na sequência desse aporte teórico, apresenta-se uma discussão sobre o desenvolvimento e sua relação com a sustentabilidade.

⁹ A emergência climática assumiu, em 2019, sua face pública a partir de greves e manifestações de jovens e crianças contra a situação atual do planeta, na qual cada vez fica mais evidente que não há plano B, ou seja, não há outro planeta a ser ocupado depois da destruição humana e do sistema dominante desse que vivemos. (WIKIPÉDIA, 2019).

1.2 A SOCIEDADE DO DESENVOLVIMENTO IN/SUSTENTÁVEL

As consequências, decorrentes dos processos contraditórios de transformação via exploração sem fim da natureza, envolvem aspectos diversos da vida em comunidade, impactando de maneira desigual os diferentes grupos sociais e de forma global no planeta. O meio ambiente, no qual tais relações se desenvolvem, torna-se socialmente injusto e de baixa qualidade de vida para os grupos sociais, classes ou coletivos vulneráveis socialmente, dado que são submetidos aos impactos causados sobre os recursos naturais (FOLADORI; PIERRI, 2005), assim como todos aqueles que vivem sob a injustiça social e ambiental atual. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; IORIS, 2009).

Esse é o contexto da crise socioambiental contemporânea, que começou a ser percebida através do aumento significativo dos níveis de contaminação, depredação e acidentes ambientais capazes de ameaçar a reprodução dos ecossistemas e causar efeitos prejudiciais à sociedade e ao sistema econômico atual, a contar da segunda metade do século XX (FOLADORI, 2007). Não obstante, desde o século XIX, vem-se observando toda uma cultura de crítica teórica e prática da ordem instituída, isto é, contra o capitalismo se desenvolviam, no interior do movimento operário e dos trabalhadores em geral, grupos que se reivindicavam como socialistas, comunistas, anarquistas, e até utópicos. As questões ambientais ainda não eram consideradas, no entanto, como parte articulada de exploração em tais relações, pois a industrialização e o modelo capitalista de produção e consumo e suas consequências estavam se constituindo, na época, e não haviam atingido a degradação atual.

Data dos anos 1960, já no século XX, o surgimento de vários movimentos sociais, como o das mulheres, dos negros e o ecológico, voltando-se não só contra o modo de produção, mas também contra a forma de vida da sociedade. Assim, o Movimento Ambientalista ou Ecologista emerge como força de reivindicação social significativa. De tudo isso, pondera-se que o movimento ecológico tem suas raízes numa revolução cultural que questiona as condições presentes de vida, como a extinção das espécies, a explosão demográfica, poluição e contaminação do ar, da água, da terra e a corrida armamentista. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

No Brasil, nos anos 1970, o Movimento Ecológico nasceu sob o signo da ditadura civil-militar, instituída em 1964 (estendendo-se até 1989) sobre a sociedade e, em especial, contra os movimentos sindicais, estudantis e grupos políticos que

questionaram e lutaram contra o sistema de exceção instituído na época. O foco dos movimentos democráticos e da esquerda era a ditadura civil-militar e a revolução anti-imperialista, em virtude da articulação e apoio dos Estados Unidos ao golpe, à oligarquia latifundiária e ao empresariado pró-norte-americano. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Todavia a questão ambiental surgiu, também, durante a ditadura, seja por pressões internacionais ou como oportunidade de atração de investimentos, tanto que, no ano de 1973, foi criada, pelo governo militar, a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. Entre os motivos da criação da SEMA (apesar de composta por técnicos interessados na causa) estariam os empréstimos internacionais, por parte do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No final dessa década, com a anistia, o retorno de diversos exilados políticos que vivenciaram o movimento ambientalista europeu, e, como efeito, houve um enriquecimento do movimento ecológico brasileiro, destacando-se o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro como vanguarda na causa ambientalista no Brasil.

Nesta época, entre 1970/80, a expressão Desenvolvimento Sustentável (DS) foi adotada em importantes documentos, sendo a definição mais conhecida a da Comissão Brundtland, que afirma – “o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem às suas.” (BRUNDTLAND, 1987). Porém, a partir dos anos 1980, o desenvolvimento sustentável, e depois a sustentabilidade, tornou-se foco de atenção e modismo, despontando inúmeras ações e interpretações com a finalidade de conservação dos redutos naturais e que buscavam corresponder aos interesses econômicos de determinadas classes e setores sociais, ademais de diferentes posturas éticas e visões de mundo.

A Declaração de Joanesburgo (BRASIL, 2010a) estabeleceu que o desenvolvimento sustentável deve basear-se em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, premissa que já estava presente na conferência da Organização da Nações Unidas (ONU), conhecida como Rio-92 (BRASIL, 2019). Na conferência de 2010, concluiu-se que não se pode considerar o desenvolvimento sustentável de forma desmembrada, sem agregar os componentes econômicos, ambientais e sociais, porquanto, sem isso, não há como garantir a sustentabilidade do desenvolvimento. Contudo, para Santos:

A Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento Sustentável realizada em junho de 2012, Rio 20, foi um fracasso rotundo devido à cumplicidade mal disfarçada entre as elites do Norte global e as dos países emergentes para dar prioridade aos lucros das suas empresas à custa do futuro da humanidade. (SANTOS, 2013, p. 1).

O autor, nessa publicação, no *site* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se refere ao desafio que as esquerdas enfrentam no início do terceiro milênio sobre (...) “a relação entre democracia e capitalismo, o crescimento econômico infinito (capitalista ou socialista) como indicador básico de desenvolvimento e de progresso”; e acerca da visibilidade política que os movimentos ambientalistas e ecológicos tinham antes da crise financeira da Europa, quando o modelo de crescimento era o alvo principal da crítica, por ser insustentável e produzir mudanças climáticas. Disso, depreende que “o desaparecimento rápido da narrativa ecológica mostra que o capitalismo tem precedência não só sobre a democracia, como também sobre a ecologia e o ambientalismo.” (SANTOS, 2013).

No documento final, adotado pela Cúpula das Nações Unidas, sobre o desenvolvimento sustentável, em 2015, que estabeleceu a agenda 2030¹⁰, a sustentabilidade e o desenvolvimento aparecem associados à educação e à universidade. Por exemplo, o objetivo quatro enuncia “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” (ONU BRASIL, 2015), e ainda:

(...) 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade (...); **(...) 4.7** Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (...). (ONU BRASIL, 2015, grifo nosso).

¹⁰ Na Agenda 2030, constam os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

De conformidade com o prescrito acima, na agenda para 2030, pode-se entender que tudo e todos (as) estão subordinados ao desenvolvimento sustentável. Por isso, cabe questionar – O que é ser Sustentável?

A partir disso e para este estudo, considera-se, *a priori*, que existem diversas vertentes derivadas de diferentes dimensões sociais, econômicas e políticas no debate sobre o que é *ser sustentável* (grifo nosso). O cenário político, social e ambiental brasileiro no qual a universidade, hoje, assim como em 2013, é/está circunscrita/constituída pelo modelo econômico capitalista, no qual a produção e o consumo estão subordinados à busca do lucro, decorrente da produção de mercadorias e do trabalho assalariado, além da exploração da natureza física.

Tal sistema veio se compondo desde as revoluções burguesas dos séculos XVII até o século XIX, na Europa, e a hegemonia das relações estabelecidas faz com que se produzam e reproduzam sem conflitos, de forma harmônica, natural. Melhor dizendo, a manutenção do que é sustentável, do ser sustentável, ou buscar a sustentabilidade, não pode ser desvinculado do sistema hegemônico em que se vive e, no caso do conhecimento, os saberes, tais quais os conceitos, tendem também a ele serem subordinados.

Entretanto isso não ocorre de forma espontânea, os pensamentos e as ações vinculadas ao sistema vigente produzem justificativas, defendem e produzem valores, comportamentos, utopias sintonizadas ao sistema dominante.

Criticamente, pode-se dizer que as relações entre a Sociedade/Natureza, atualmente, seriam caracterizadas pela “existência de uma materialidade desigual na apropriação, uso e significação da riqueza, das terras/territórios e/ou com as diretivas/ações políticas dos/nos ‘espaços de poder’ em favor de um dos lados” (MACHADO *et al.*, 2014, p. 1), logo, dos setores e grupos dominantes, que se beneficiam ao mesmo tempo em que produzem justificativas diferentes, bem como por parte de seus pensadores.

À vista disso, os conflitos seriam indicadores da existência de desigualdade e injustiças socioambientais, posto que, aqueles que se favorecem das atividades das empresas, do agronegócio e da apropriação das terras procuram, através do seu discurso, defini-lo como sustentável, o que vale para a manutenção e ampliação do seu poder e sua riqueza dentro do sistema hegemônico em busca da acumulação sem fim. Enquanto isso, tais atividades trazem a insustentabilidade para os grupos em situação de risco, tendo em vista suas condições socioeconômica e ambiental.

González *et al.* (2019, p. 56) julga alienado esse contexto sem relações sociais saudáveis, no qual não há o cuidado com o ser humano e, muito menos, com a natureza, desse modo:

[...] es inevitable el surgimiento de conflictos, espacios de disputa entre los hombres que se creen dueños del destino y fin de otros hombres, y de los bienes naturales comunes son privados y de usufructo sin fin e inagotables, y por lo tanto buscan su explotación sin fin, sin considerar las consecuencias de tales actos, ya que es sobre otros y otras que los aspectos negativos impactan. (GONZÁLES et al., 2019, p. 56).

Santos (2016, p. 20) endossa esse entendimento: “O Desenvolvimento e a Sustentabilidade são recorrentes nas justificativas dos gestores públicos e empresas.” Ainda, segundo Santos (2016, p. 20), a “ambientalização” das políticas públicas intensificou-se no período que sucedeu o Relatório Brundtland (1987) e a Rio-92. E citando Acselrad (2009, p. 44) sobre a sustentabilidade ao asseverar que se tornou “uma nova crença destinada a substituir a ideia de progresso”, justifica a exploração de recursos naturais:

[...] para essas comunidades que vivem nas áreas de “expansão do capital”, tal desenvolvimento pode ser insustentável, pois desestrutura suas vidas, relações, afetos e histórias construídas ao logo do tempo. Os projetos de desenvolvimento são pensados como sustentáveis para os negócios, as empresas e governo que os implementam e, com isso, de alguma forma, lucram como os mesmos. (SANTOS, 2016, p. 2).

Por concordar com essas afirmações, se apreende que o contexto social contemporâneo é carente de valores justos, de uma visão crítica, renovadora, que possibilite a formação de sujeitos emancipados, capazes de lutar pela transformação da ordem socioeconômica e da produção e estabelecimento de relações solidárias, de cooperação e de bem viver de tudo e todos/as.

Assim, nos países desenvolvidos “*vivimos parciales avances en la sustentabilidad ecológica y retrocesos en la sustentabilidad social*” (FOLADORI, 2007, p. 13), ou, de outra forma, uma melhoria de indicadores ambientais dos países mais desenvolvidos, com o aumento da desigualdade social e de enfermidades infecciosas em todo o mundo.

Na prática, de acordo com Diegues (2003, p. 1), no Brasil, “o desenvolvimento sustentável acabou se transformando (...) numa dessas poções mágicas destinadas a curar todas as enfermidades crônicas de que sofrem as sociedades modernas”, porque é definido consoante as perspectivas próprias de cada grupo de interesse ou classe social. Nesse viés:

(...) muitos empresários e financistas pensam no desenvolvimento sustentável como um meio de alcançarem “lucros sustentáveis”, certos governos rotulam suas políticas públicas de sustentáveis, frequentemente como estratégia para conseguir apoio financeiro de instituições financeiras internacionais; determinados grupos ambientalistas definem sustentabilidade como princípio inerente à natureza, independentemente de sua relação com a sociedade. (DIEGUES, 2003, p. 1).

Essas afirmações, ainda muito atuais, contribuem para pensar a sustentabilidade em múltiplas possibilidades e relações, desde as ciências biológicas, a política e a economia, conforme Loureiro (2012), que a define como uma tarefa instigante, complexa e desafiadora. Sob o olhar das ciências biológicas, a sustentabilidade “se refere à capacidade de suporte de um ecossistema, permitindo sua reprodução ou permanência no tempo” (LOUREIRO, 2012, p. 56). Na mesma direção, Tommasino, Foladori e Taks (2005), considerando a linha biológica ou ecossistêmica, entendem que:

(...) los problemas ambientales surgen, en cualquier caso, de una contradicción entre el ritmo de los ciclos biogeoquímicos, y el ritmo del ciclo de producción humana para un nivel determinado de desarrollo de las fuerzas productivas. (TOMMASINO; FOLADORI; TAKS, 2005, p. 11).

Trazendo como exemplo a cidade do Rio Grande, durante o desenvolvimento do polo naval – momento que ocorreu o embargo, em 2013 – e outras ações de impacto, como a concentração de empresas, recursos energéticos elétricos, eólicos, petróleo e gás, materiais e recursos financeiros, em relação ao desenvolvimento que se procedia na cidade e região:

(...) como a diminuição da atividade pesqueira, com destaque à pesca artesanal, e perda de qualidade de componentes representada, (...), pela qualidade do ar, balneabilidade de suas águas e supressão de importantes ecossistemas e de valores paisagísticos que suportam

atividades turísticas e elementos que definem o bem-estar social. (ASMUS, 2011, p. 1).

E, frente à perda da “sustentabilidade ambiental”:

(...) parece clara a necessidade do estabelecimento de um limite para o uso de seus recursos e a manutenção das energias e investimentos que dão suporte aos múltiplos processos produtivos que nele ocorrem. Essas são ações que demandam para a sua realização o estabelecimento e uso de instrumentos de planejamento e gestão. (ASMUS, 2011, p. 1).

O autor reporta-se à falta de planejamento e gestão, como Tommasino, Foladori e Taks (2005), na relação “*entre el ritmo de los ciclos biogeoquímicos*”, uma vez que as consequências sociais e impactos negativos das atividades citadas derivaram da visão e planejamento e gestão, para ações e políticas que geraram um desenvolvimento desigual e injusto.

Mesmo estudos positivos de “participação das comunidades” no fortalecimento na gestão ambiental (MARRONI; ASMUS, 2005), visando “novas ideias e estratégias de ação” na superação de “dificuldades”, ou na “definição dos problemas prioritários e na forma como são tratados”, são subordinadas às “demandas do desenvolvimento” para o “gerenciamento costeiro” (MARRONI; ASMUS, 2005, p. 7-8), juntamente com suas utopias de uma co-gestão e fortalecimento do poder local (MARRONI; ASMUS, 2005, p. 8). Disso, reconhece-se que versões mais tradicionais predominaram na definição da vocação instituída da instituição junto ao “ecossistema costeiro”, apesar de, nas últimas gestões, ter sido inserido um maior destaque ao entorno social, sem descurar da subordinação ao desenvolvimento econômico.

Nesse sistema econômico predador, em harmonia com Gonzáles *et al.* (2019, p. 56), “*la Naturaleza ha sido vista como una fuente de recursos – servicios ecosistémicos –, territorio a ser explotado para uso y beneficio de los humanos –, como pregón de las perspectivas tradicionales y hegemónicas en las ciencias sociales y humanas.*”

Mediante os autores citados e os conhecimentos adquiridos, é indubitável a importância do cuidado com a sobrevivência das espécies e com o ritmo utilizado nas atividades econômicas quanto aos impactos sobre o ambiente natural decorrente das ações humanas. Tais ações representam o sistema que vem produzindo “*la naturalización de las relaciones sociales*” que vem excluindo “*el espacio y la*

naturaleza de la caracterización de la sociedad por parte del paradigma dominante moderno, y en la actualidad por el capitalismo neoliberal.” (LANDER, 2000 apud GONZÁLES et al., 2019, p. 56).

Foladori e Pierri (2005, 2007) contribuem ao debate da in/sustentabilidade apresentando visões (perspectivas) dos grupos que significam a crise ambiental contemporânea e o desenvolvimento sustentável, à vista de um cenário de desigualdade econômica e social, concentração de riquezas por um lado e pobreza e degradação ambiental por outro.

A literatura em geral atesta a Conferência sobre o Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972¹¹, “*como un antes y un despues, en la problematización política del tema*”, como aquela que realmente fez diferença quanto à problematização política do ambientalismo. (PIERRI, 2005, p. 36).

Para os autores, a partir da emergência do pensamento ambientalista e da sua evolução em nível planetário, se evidenciaram frentes de discussão. Estas foram classificadas em três correntes principais, diversas, porém, concordando por vezes, em alguns aspectos, demonstrando a dinâmica complexa do ser humano entre si e em sua conexão com a natureza, no contexto do modo de produção capitalista.

Tais visões se exteriorizam ao longo do debate ambientalista contemporâneo, disputando espaço e hegemonia por conta das interpretações das causas da situação de elevada desigualdade social e interesses em conflito. Uma delas seria a corrente que representa a ótica **Ecocentrista**, ou **Ecologista**. (FOLADORI, 2005, 2006; FOLADORI; PIERRI, 2005, 2007).

Dentro do ecocentrismo existem variadas posições, destacando-se, no ponto de vista de Foladori (2005), a Ecologia Profunda (*Deep Ecology*), os preservacionistas e, por outros, os “verdes” em sentido amplo, incluindo o sub-grupo dos neo-malthusianos¹². Esclarece Pierri (2005, p. 43) que o ecocentrismo representa a “formulação inicial da crise ambiental”, a qual seria gerada pela pressão populacional

¹¹ A primeira conferência da ONU sobre problemas ambientais ocorreu em 1949, em Nova Iorque, mas não logrou muito sucesso, posto que as atenções estavam voltadas para a reconstrução do pós-guerra mundial e início da Guerra Fria. No final dos anos 60 e seguintes, surgiram os primeiros grupos ambientalistas nos Estados Unidos (EUA). Se expandiu primeiro nos países baixos e depois na Alemanha, seguido dos países industrializados do centro oeste da Europa. Seguiram-se os países em desenvolvimento: Índia, Brasil e Quênia. (PIERRI, 2005).

¹² Sobre ao Ecocentrismo e todas as suas variantes, conforme o autor, ver em Foladori (2005, p. 94-104).

sobre recursos limitados. Daí a proposta central de crescimento zero: limitar o uso dos recursos, deter o crescimento econômico e populacional.

O ecocentrismo entende a sociedade como consumidora de produtos, que esgota os recursos naturais e produz resíduos. O desenvolvimento (expansão) através de suas intervenções na natureza seriam alguns dos principais causadores da degradação do meio ambiente.

Essa posição não acredita na tecnologia como única solução para a problemática ambiental, haja vista existir uma relação individual entre o consumidor e as coisas que ele necessita para seu uso imediato, para além dos aspectos econômicos e/ou tecnológicos. E “*adjudica la causa de los problemas ambientales a veces a la tecnología, a veces a la actitud personal, a veces a la ideología*”, também aposta na autorregulação da natureza e que “*ese equilibrio intrínseco*” é rompido pelos seres humanos. (FOLADORI, 2007, p. 2).

Por tudo isso, crê no convencimento individual e na mudança de atitudes como instrumentos para transformar a sociedade, sugerindo que a educação e a conscientização ambiental se apoiem em argumentos ecológicos. Não considera a discussão sobre as contradições sociais que se desenvolvem dentro da organização da sociedade humana, em sua associação com a natureza externa.

Outra visão seria a **Tecnocentrista**, tida por hegemônica pelos autores, identifica como causa dos problemas ambientais as “*tecnologías ineficientes y sucias han degradado el ambiente*” (FOLADORI; PIERRI, 2005, p. 14), junto com seus processos depredadores e contaminantes. Sendo assim, propõem a adoção de alternativas, como tecnologias limpas e fontes de energias chamadas de sustentáveis.

É o prisma defendido pelos Organismos Internacionais, Ministérios do Meio Ambiente, pelos Governos e grandes corporações internacionais (inclusive brasileiras). Com viés antropocentrista, “*representa claramente la posición del ambientalismo moderado o sustentabilidad débil, [...] el premier antecedente de la formulación del desarrollo sustentable que la ONU consolidará en 1987*” (PIERRI, 2005, p. 43) – o relatório Brundtland.

A visão Tecnocentrista não acredita na resolução do crescimento zero. Pelo contrário, entende que “*el crecimiento és necesario para superación de la pobreza*” (PIERRI, 2005, p. 44) não distingue crescimento de desenvolvimento, por vê-los equivalentes. Sugere investimento em medidas ambientais que não modifiquem as tendências intrínsecas das relações predadoras da natureza como recurso a ser

explorado, tampouco os processos produtivos que tensionam a alimentar o mercado, sem a preocupação com o aumento das diferenças socioeconômicas entre as comunidades e o seu deslocamento para áreas geográficas. Pierri (2005, p. 67) afirma que tanto as visões tecnocentrista (ambientalismo moderado), como os ecologistas conservacionistas *“privilegian la sustentabilidad económica-ecológica y, a pesar de sus diferencias teóricas confluyen en las políticas ambientales realmente existentes, ocupándose de establecer qué y cuánto capital natural conservar.”*

Ainda que seja necessária e positiva a consciência ambiental e mudanças nos comportamentos de nossas relações com a natureza, se isso não estabelecer um vínculo com a origem da crise socioambiental – o atual sistema econômico de produção – continuaremos restritos a soluções parciais e paliativas. Soluções que não discutem essa origem, porque não há o interesse dos atores representantes do modelo hegemônico predador em resolver as causas da questão ambiental em sua amplitude e complexidade, por serem negacionistas e/ou negligentes.

A visão Tecnocentrista e a Ecocentrista/Consumista têm em comum não discutir as raízes e/ou causas dos problemas ambientais e climáticos, que é o próprio modo de produzir, industrial e capitalista. Percebem a natureza como algo externo ao ser humano e se preocupam basicamente com a sustentabilidade ecológica. *“Prácticamente todas las corrientes del ambientalismo sostienen la necesidad de cambios en los procesos productivos (...) Pero es necesario analizar con mayor detalle los límites de las diferentes interpretaciones.”* (FOLADORI, 2006, p. 10).

Sem dúvida, as ações de cada um, em seu dia a dia, constituem-se relevantes localmente, como exercício de formação para a cidadania e satisfação das questões, limitado ao meio ambiente do entorno das comunidades. Igualmente, a utilização das tecnologias limpas referidas institui um avanço em termos de sustentabilidade, todavia, devem ser observados com reservas os impactos ambientais gerados pela instalação dessas novas energias, pois também pertencem a empresas e demandam grandes investimentos e intervenções no meio ambiente natural e construído do entorno.

Nesse âmbito, há de se ressaltar que esses investimentos ditos sustentáveis, com objetivo apenas de lucro, nos quais não estão previstas/incluídas em seus projetos ações de baixo ou nenhum impacto ambiental, preveem, sim, ações compensatórias e mitigatórias, incluindo ações de Educação Ambiental (SANTOS, 2016), em concordância com o prescrito pela legislação ambiental unicamente que,

em razão da precariedade administrativa dos órgãos reguladores/fiscalizadores, torna difícil e lento, quando não impossível, reverter os danos ambientais causados tanto ao meio ambiente, quanto às comunidades afetadas.

Pelo exposto, concebe-se que a complexidade da questão ambiental em seu encadeamento com a sociedade humana requer o discernimento que a produção econômica tem de ser limitada à capacidade da natureza se reproduzir e absorver o que dela é extraído ou lhe causa impactos.

A terceira perspectiva seria a **Humanista**, ou **Classista**, que pensa a sociedade formada por grupos e classes sociais diferentes, contrapondo-se às anteriores que a veem como “*un organismo com intereses comunes que se relaciona con la naturaleza externa.*” (FOLADORI, 2007, p. 3).

A crise ambiental resulta em conflitos desenvolvidos a cargo das contradições sociais entre os diferentes grupos e, no núcleo dos conflitos, estaria a disputa pela riqueza, pelas terras (a natureza de forma mais ampla) e pelos espaços de poder, objetivando as políticas e as direções dadas ao desenvolvimento desde as instituições estatais (MACHADO *et al.*, 2017). Nessa tendência, portanto, são atribuídas responsabilidades diferentes às distintas classes e setores que compõem a sociedade capitalista, na qual os donos dos principais meios de produção são os maiores responsáveis pela crise ambiental atual.

A visão Humanista, na qual se apoia a reflexão crítica dessa tese, não entende como solução eficaz para os eventos, que resultam em degradação do meio ambiente, apenas a ciência, o convencimento pessoal, atitudes individuais, ou ainda, somente melhor gestão ou planejamento. Diversamente, considera que o relacionamento da sociedade com a natureza depende do tipo de relações sociais que se estabelecem no interior da sociedade/comunidade e dos paradigmas orientadores das ações e das próprias relações. No caso, as “relações sociais de produção” (grifo nosso) são as responsáveis pela degradação do meio ambiente e da sociedade.

Por esse ângulo, interpreta-se que as ações dos movimentos sociais, mobilizados em decorrência dos problemas ambientais e sociais causados pelo modelo de desenvolvimento atual, associados aos interesses das classes trabalhadoras, podem conduzir a mudanças que encaminhem à produção de novas relações das sociedades com a natureza. E, sendo parte integrante dos grupos que sofrem as consequências da injustiça socioambiental, devem incluir em suas pautas a questão ambiental; nesse sentido, tanto o usufruto igualitário de sua transformação,

quanto a conservação do meio ambiente e medidas preventivas (quando for o caso) aos impactos negativos das atividades econômicas potencialmente predadoras e mal planejadas.

Para Leff (2010, p. 27), a ideia de sustentabilidade tem como “grande desafio diante da crise ambiental não (...) economicizar a vida e a natureza, e sim pensar e construir *outra economia*”, que (re) signifique os elos cultura-natureza, orientados por princípios que valorizem a diversidade de sociedades existentes, que buscam sobreviver através da reconstrução ou manutenção de suas culturas. Uma “outra economia”, a partir de “novos” atores, como os movimentos sociais indígenas, camponeses etc., incluindo suas cosmovisões, tradições e práticas produtivas para a “construção de um processo civilizatório, fundado em economias locais articuladas” (LEFF, 2010, p. 32). Em outras palavras, “mais que procurar flexibilizar, limitar, regulamentar e controlar excessos da racionalidade econômica é preciso refundar a economia sobre suas bases ecológicas e culturais.” (LEFF, 2010, p. 27).

Por esse caminho, pensar a construção de Sociedades e Comunidades Sustentáveis pode ser uma alternativa mais adequada do que a aposta no milagre do desenvolvimento sustentável, na medida em que a primeira opção possibilita, aos agrupamentos societários, definir seus padrões de produção e consumo, bem como ademais do bem-estar, partindo da sua cultura, do seu desenvolvimento histórico e ambiente natural.

Diegues (2003), ao falar sobre a construção de Sociedades e Comunidades Sustentáveis, aponta a “possibilidade da existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que pautadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política”, e não apenas uma. Compreende, no entanto, que a conceituação de Sociedades e Comunidades Sustentáveis ainda está num “canteiro de obras”. No Brasil, crê-se que as “obras” nem começaram e as discussões para isso foram completamente abandonadas por parte das instituições públicas, e por determinados setores econômicos.

Encaminha-se, a seguir, reflexões para pensar uma outra Educação Ambiental, desde uma relação crítica com a sustentabilidade dominante.

1.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS IMPLICAÇÕES NA E DA IN/SUSTENTABILIDADE

A partir da publicação de *Primavera Silenciosa*, pela bióloga Rachel Carson (1962), livro que reuniu narrativas que traçavam um quadro de devastação sem precedentes na existência da espécie humana, a temática ambiental não passaria mais despercebida das políticas internacionais. Entre outras coisas, alertava para o aumento do uso de compostos químicos no pós-guerra. Essa obra consta nos registros da história como um dos antecedentes do movimento ambientalista, na esteira de outros eventos que se seguiriam em função das questões ambientais.

A importância do resgate histórico (mesmo que breve), quando se empreende um estudo sobre quaisquer temas da contemporaneidade, é a oportunidade de avaliar o processo, evolução (retrocesso) da sociedade e, acima de tudo, conhecer e aprender sempre, ampliar horizontes e o conhecimento. Isto posto, a presente pesquisa traz essa concepção para a temática, assim como as armadilhas do discurso teórico in/sustentável que o poder hegemônico tenta (e consegue) impor à sociedade, contando sempre com o apoio de seguidores alienados e negacionistas.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, é considerada o marco inicial no âmbito da EA, visto que foi reconhecida como elemento para combater a crise ambiental. Tendo reunido 113 países, a questão ambiental por conta da degradação dos recursos naturais alcançou uma dimensão internacional. Naquele momento, entretanto, a tendência do pensamento ambientalista era do pensamento tradicional, pelo qual evidenciava politicamente a proposta hegemônica do desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico e margens de conservação da natureza, a qual será consolidada no Relatório Brundtland, em 1987. Ressalta-se que esse documento assume o ambiental “*en sentido amplio, no limitado ao biofísico, por lo que integra como compatibles los objetivos tradicionales del desarrollo y la necesidad de cuidar el medio ambiente*” (PIERRI, 2006, p. 43-44) que demonstra, conforme a autora, adotar um posicionamento antropocentrista.

Em 1975, a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA/UNESCO-PNUMA – 1975¹³) e das orientações da Conferência de

¹³ Publicação de estudos sobre interdisciplinaridade na Educação Ambiental e Educação Ambiental nas universidades. (BRASIL, 1995).

Intergovernamental de Tbilisi – 1977 (PARANÁ, 2019) para inserção da dimensão ambiental no ensino superior, na qual foram definidos seus objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental no mundo em Tbilisi. (DIAS, 2004).

Cabe assinalar que as discussões e os resultados dessa conferência se mostraram sensíveis às necessidades das comunidades e suas peculiaridades socioeconômicas, cujos problemas não podem ser equacionados exclusivamente por conhecimentos e técnicas, mas, sobretudo, pela consolidação de práticas comunitárias de caráter permanente. Contudo, na proporção em que esses eventos e conferências internacionais foram protagonizados por gestores e ideólogos do sistema dominante, a educação ambiental se voltou apenas para mudanças de comportamentos, hábitos e atitudes dos indivíduos, desconsiderando as verdadeiras origens da degradação da natureza e suas consequências mais amplas do impacto do sistema social, político e econômico, do modelo de produzir capitalista.

Segundo Santos (2016), a EA vem sendo utilizada como parte do processo de produção da hegemonia capitalista ao ser instituída como “compensação” ou “mitigação”, na mesma linha, para González, vem se desenvolvendo como “*producto de las reflexiones, por momento funcional y como una medida compensatoria, de la crisis ambiental en la que estamos inmersos*” (GONZÁLEZ, 2020, p. 128). Sendo, por isso, parte tanto da sustentabilidade hegemônica, restringindo-se a conscientizar as populações para protegerem o meio ambiente, a natureza ou a realização de atividades individuais, mudanças de atitudes e valores, como de produção simbólica das empresas e governos juntos às comunidades e como compensação ambiental.

A EA, vista a partir da noção de Campo Social¹⁴, abarca uma diversidade de atores, grupos e instituições sociais. Apesar de compartilhar um núcleo de valores e normas comuns, tais grupos, diferenciam-se desde suas concepções de meio ambiente até suas propostas políticas, pedagógicas e epistemológicas, na abordagem dos problemas ambientais e, similarmente, lutam pela hegemonia no campo, de acordo com sua interpretação da realidade (seus interesses), seja pela conservação, ou pela transformação das relações sociedade/meio ambiente. (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

¹⁴ A noção de Campo Social permite vislumbrar as normas, os valores, os interesses, os sistemas simbólicos e objetivos que orientam um dado espaço social, além, evidentemente, dos conflitos e das disputas que dão a medida de sua diversidade interna e da dinâmica das forças sociais que o movimentam. (BONNEWITZ, 2003 *apud* LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 24).

Lima (2003) opina que todo discurso expressa uma vontade de reconhecimento, como uma verdade sobre um determinado campo e num certo contexto histórico e social, e desde determinado lugar social e interesses daquele ou de onde é emitido o discurso. Diante disso, é oportuno compreender os significados, interesses, valores e implicações na articulação entre a EA e a Sustentabilidade – “Educar para quê? E para quem?”.

A datar da década de 1990, começam a se explicitar essas diferentes percepções na área da EA, que inicialmente buscava uma definição conceitual comum a todos os envolvidos nessa práxis educativa, entendendo-a como um saber e uma prática fundamentalmente conservacionista e começando a reconhecer a dimensão social do meio ambiente por meio de discursos manifestos no campo. A constatação dessa multiplicidade interna do campo:

[...] conduziu naturalmente a novos esforços de diferenciação desse universo de conhecimentos, práticas e posições pedagógicas, epistemológicas e políticas que interpretavam as relações entre educação, sociedade, ambiente natural e construído e sustentabilidade. Hoje fica claro que era impossível formular um conceito de Educação Ambiental abrangente o suficiente para envolver o espectro inteiro do campo; mas fica claro também que essas diferentes propostas conceituais nada mais eram do que a busca por uma hegemonia interpretativa e política desse universo sócio-educativo. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 26).

Sauvé (2005) está entre os/as autores/as que propõem diversas maneiras de conceber e de praticar a ação educativa neste campo e descreveu 15 correntes de EA, das quais, algumas permanecem atuais, ampliando-se, contrapondo-se ou mesclando-se, em conformidade com o constante debate da questão ambiental.

Por sua vez, Layrargues e Lima (2011; 2014) reuniram em três macrotendências político-pedagógicas as principais correntes da EA e apresentaram algumas formas de abordagem dos diferentes atores e grupos sociais, através de sua visão de mundo, expectativas societárias e políticas. São elas a conservacionista, a pragmática e a crítica, escolhidas para fundamentar o presente estudo e tese. A seguir, serão descritas brevemente.

A corrente **Conservacionista**, também conhecida por comportamentalista, da alfabetização ecológica e do autoconhecimento, apoia-se nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança dos comportamentos individuais referentes ao meio ambiente. Porém essa perspectiva

pedagógica não proporciona oportunidades de contato com os ambientes naturais, o que faz com que se revele com limitado potencial para uma transformação social, consoante os autores, por se distanciar das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos de interesses e poder, existentes em todas as sociedades.

A corrente **Pragmática** também se materializou dentro das tendências conservadoras, porém, no decorrer dos anos 1990, foi se voltando para a metodologia da resolução de problemas ambientais locais nas atividades de EA, acompanhada pela responsabilização individual, fruto da lógica do “cada um fazer a sua parte”, como contribuição pessoal ao enfrentamento da problemática ambiental.

Esta, intenta realizar uma mediação pedagógica voltada à mudança comportamental nos hábitos de consumo dos indivíduos e focada na questão do lixo, coleta seletiva e reciclagem de resíduos, ampliando-se para a ideia do consumo sustentável “de forma a-histórica, apolítica, conteudística e normativa” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 29), sem considerar as causas e as repercussões socioambientais da questão, quedando-se limitada na luta para superar o paradigma hegemônico.

As mudanças culturais e comportamentais preconizadas pela macrotendência pragmática, embora pertinentes, dificilmente serão eficazes sem que também se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade. Ao revés, ela representa a concepção decorrente do sistema hegemônico neoliberal (instituída mundialmente desde a década de 1980 e, no contexto brasileiro, desde o governo Collor de Mello, nos anos 1990) de “Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado.” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 30).

A corrente **Crítica** refere-se à EA emancipatória e transformadora, possui uma abordagem pedagógica que problematiza os contextos societários em sua interface com a natureza e busca articular as diversas dimensões da sustentabilidade e as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade que experimentamos local e globalmente. Essa corrente pedagógica tem, na base, os princípios da Educação Popular de Paulo Freire e se pauta pelo debate e conceitos-chave, tais como cidadania, democracia, participação, emancipação, conflito, justiça ambiental e transformação social.

Entende que as causas constituintes dos problemas ambientais têm origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalentes.

Apoia-se, pois, na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do capital, ideando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental. A corrente crítica, emancipatória e transformadora é a que representa nossos ideais e utopias como educadora ambiental.

Por óbvio, as visões de sustentabilidade e concepções de Educação Ambiental mantêm uma correspondência harmônica com suas formas de abordagem e expectativas sociopolíticas. Entretanto, como as relações humanas não podem ser reduzidas dentro de uma exata correlação, nesse rumo, a seguir, discorre-se sobre algumas considerações tangente às possíveis compatibilidades entre elas, na perspectiva da temática do presente estudo.

1.4 IN/SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ASSOCIANDO VISÕES E CONCEITOS

Refletindo sobre a associação entre as visões de sustentabilidade e as macrotendências de EA como formas de abordagem dos diferentes atores e grupos sociais, por intermédio de sua visão de mundo, expectativas societárias e políticas, pode-se sublinhar que:

- As Sustentabilidades Tecnocentrista e Ecocentrista, referidas por Foladori e Pierri (2005, 2007, 2011, 2014), tem correspondência com as EAs Pragmática e Conservacionista (LAYRARGUES; LIMA, 2011, 2014);
- As visões de Sustentabilidade Tecnocentristas e/ou Ecocentristas correspondem a formas de abordagem Conservacionistas e/ou Pragmáticas, uma vez que se voltam para o desenvolvimento sustentável. São antropocentristas e entendem a natureza apartada das relações sociais;
- Enquanto a Ecocentrista, apostando na autorregulação da natureza, traz a proposta central de crescimento zero, como limitar o uso dos recursos, deter o crescimento econômico e populacional, a Tecnocentrista identifica a degradação ambiental de maneira simplista à tecnologia e seus processos predadores e contaminantes, acreditando em medidas alternativas mitigadoras que resolvam as questões de conflitos ambientais pontuais.

Ambas acreditam na mudança de comportamentos, hábitos e atitudes como contribuição para o aumento da produção, das contaminações, além de não

discutirem a origem da questão ambiental; nem considerarem as contradições sociais que se desenvolvem dentro da organização da sociedade humana, em sua relação com a natureza externa. Não admitem uma transformação social a partir das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos de interesses e poder, existentes em todas as comunidades.

A corrente Crítica de EA, no que lhe diz respeito, identifica-se com a visão Humanista de Sustentabilidade, uma vez que, também se desenvolve em oposição às tendências Conservacionistas e comportamentais analisadas e, em algumas versões, identifica o atual sistema de produção e “re-produção” como responsável pela degradação do meio ambiente e de sua exploração sem fim.

Da mesma forma que atribui responsabilidades diferentes aos diversos grupos e classes sociais, essa macrotendência infere que os benefícios e malefícios da inter-relação existente na sociedade capitalista (seja entre as classes, ou dessas com a natureza) implicam em uma ação do ser, enquanto agente e ator, na totalidade da reflexão relacional que realizada. Ou seja, não serão soluções individuais ou comportamentais somente, mas através do empoderamento, da participação e emancipação dos sujeitos, pela efetivação do emergente e alternativo enquanto paradigmas, para operar a transformação da materialidade injusta e desigual, decorrente do sistema vigente e que destacamos ao longo do texto.

A vertente Crítica se preocupa em refletir e fomentar a intervenção nas origens e causas da crise ambiental e sua superação local, apesar dos limites dessas ações, às quais deverão associar-se outras lutas e movimentos contra a injustiça e a desigualdade social e ambiental.

Em seguimento, na ótica e no contexto da Sustentabilidade Humanista e da EA Crítica, há de se ter como ponto de partida o real relacional, que é contraditório, conflitivo e desigual para muitos e muitas. A superação de tal realidade precisa unir-se aos demais aspectos em seus elementos subversivos e superadores do existente – seja a realidade e as concepções – que o justificam como sustentável. No campo da perspectiva Humanista, tende-se a superar o antropocentrismo, como parte da relação com a natureza – em co-evolução – e com os demais seres vivos e, desse modo, das múltiplas relações entre ser, saber e natureza.

Quanto às macrotendências de EA apresentadas, uma e outra convivem e disputam a hegemonia nesse campo, representando visões de mundo que conduzem a determinadas ações, buscando a superação da crise socioambiental estabelecida

ou sua manutenção, quer dizer, sua sustentabilidade, e, em concordância com a adoção de uma das formas de atuação nos processos de inserção da dimensão ambiental nos espaços educacionais (pesquisa, ensino e extensão), formais ou não formais, e nas políticas de gestão ambiental das Instituições de Ensino Superior (IES).

Ao associarmos a EA ao sistema mais amplo, com base em seu vínculo com o tema da sustentabilidade, é necessário fazer igual com o desenvolvimento, ao passo em que este é associado àquela. Assim, Leff (2008), ao aludir “outra economia”, garante ser necessário a (re) significação dos vínculos cultura-natureza orientados por princípios que valorizem a diversidade e a natureza, também nos aspectos econômicos e da produção. Destarte, “o trânsito na direção da sustentabilidade, fundado em uma racionalidade ambiental, implica pensar a complexidade no processo produtivo” (LEFF, 2008, p. 107), para tanto, sugere:

(...) novos instrumentos de avaliação e em novas tecnologias ecológicas apropriáveis pelos próprios produtores; (...) novos valores que dão novo sentido aos processos emancipatórios que redefinem a qualidade de vida das pessoas e o significado da existência humana. (LEFF, 2008, p. 108).

Fica perceptível que urge “outra economia”, que meramente poderia ser resultante da ação das comunidades, em sua diversidade e conflitividade, a partir de sua cultura, do e no local, levando em conta o desenvolvimento histórico em seu liame com o ambiente natural, no esforço à superação da desigualdade, da miséria e da exploração de alguns humanos e dos demais seres vivos. (RODRIGUES; MACHADO; AGUIRRE, 2015).

Ampliando o cenário de visão, desde o panorama socioambiental, esse “outro olhar”, dessa “outra economia”, levaria à percepção de que a capacidade de suporte careceria ser pertinente, outrossim, aos fins e benefícios das atividades transformadoras da natureza pelos humanos, bem como às consequências dessas sobre a sociedade, a natureza e determinados grupos humanos, impactados negativamente.

Sem essas considerações, a perspectiva Crítica/Humanista acaba se submetendo ao pragmatismo, no qual a preocupação com a degradação do meio ambiente se restringe à preocupação com a gestão dos resíduos, o cuidado no uso e utilização dos recursos naturais, a preservação e conservação das espécies etc., como uma forma de desenvolvimento sustentável.

A formação de sujeitos comprometidos com a sustentabilidade socioambiental transpassa todo um processo de sentir, pensar, agir consigo mesmo e com o grupo social em seu entorno, numa conjuntura de transição entre a regulação e a emancipação, tidas como pilares da modernidade, e que têm, nas universidades, seu *lócus* principal de produção, formação e socialização junto aos jovens, à sociedade e ao conteúdo do conhecimento produzido nesses espaços.

Nesta pesquisa e tese, compartilha-se os ideais da visão Humanista de Sustentabilidade e da abordagem Crítica e emancipatória de Educação Ambiental em conformidade com os autores já referenciados.

O capítulo a seguir desenvolve o pensamento de Boaventura Santos quanto à crise da Modernidade e seus pilares (regulação e emancipação), relacionando com as visões de in/sustentabilidade e Educação Ambiental no atual modelo de desenvolvimento neoliberal, refletindo sobre outra concepção de universidade.

CAPÍTULO 2 – A UNIVERSIDADE NA CRISE DA MODERNIDADE: CONTRIBUIÇÕES DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS À TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA

Las epistemologías del sur nos invitan a cruzarla sin renunciar al conocimiento producido desde los centros de poder, pero haciendo una fuerte opción por recuperar, reivindicar y legitimar otros modos del saber que permitan gestar otras ciencias sociales.
(SANTOS, 2019, p. 11).

Este capítulo parte de um trabalho apresentado no Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental (EDEA), em 2019 e, depois, artigo publicado (PIEPER; MACHADO, 2020) no processo de elaboração de parte do referencial teórico dessa tese. Para tanto, procedeu-se a revisão e atualização, visando contribuir como fundamento da pesquisa a partir da crise do paradigma da modernidade que “*sustenta a insustentabilidade*”, produzindo e reproduzindo, também, nos espaços universitários, como na FURG, o discurso do desenvolvimento insustentável.

Considera-se que, se, em nível mundial, o sistema dominante é enfrentado por forças alternativas, pelos movimentos sociais populares (trabalhadores/as, lutas antirracistas, antifascistas, ecofeministas, indígenas, coletivos ambientais, ecologistas, Organizações não Governamentais, partidos políticos e até alguns governos democratas), assim o é no campo do conhecimento, das ideias e da ciência, por paradigmas alternativos como a *decolonidad* (QUIJANO, 1997, 2005; SANTOS, 2007, 2008, 2009), as Epistemologias do Sul, a Ecologia dos Saberes (ES), que se constituem exemplos utópicos de “outras perspectivas” para a sustentabilidade a ser construída, respeitada a experiência e as vivências dos povos e para todos os seres humanos na defesa e preservação de todas as formas de vida no Planeta.

Dito isso, Boaventura Santos é central no interpretar os assuntos mais urgentes do nosso tempo e como aporte para a reflexão crítica à problematização da universidade atual e a construção de uma “outra” universidade voltada a uma visão Humanista e Crítica.

2.1 O PARADIGMA DA MODERNIDADE: ENTRE A REGULAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO

O estudo da temática do paradigma¹⁵ da Modernidade e sua crise iniciou-se com o autor Boaventura Santos, em 1985/86, pela publicação da obra *Um discurso sobre as Ciências* (1987), depois, *Introdução à Ciência Pós-Moderna*, em 1989, e *A Crítica da Razão Indolente*, de 2002 (v. 1). Se na obra de 1987, Santos principia apresentando esboços de que se estava numa crise de paradigma e numa transição, assim como os aspectos do paradigma dominante que se constituiu com base na modernidade capitalista, portanto, há mais ou menos 200 anos, existem indicações de um paradigma emergente, nas seguintes, cada vez mais amplia as reflexões, relacionando-as aos movimentos e ações que buscam “avançar” na elaboração – da ação e da reflexão – do paradigma alternativo. No prefácio dessa última, Santos afirma que:

(...) a morte de um dado paradigma, traz dentro de si o paradigma que lhe há de suceder. Esta passagem da morte para a vida não dispõe de pilares firmes para ser percorrida em segurança. O que nasce é incomensurável com o que morre, não havendo, nem ressurreições nem reencarnações, [...] só muitos anos, se não mesmo século depois da morte de um paradigma sociocultural é possível afirmar com segurança, que morreu e determinar a data sempre aproximada de sua morte. (SANTOS, 2002, p. 15).

Entende, por isso, que a transição paradigmática (como semicega e semi-invisível) só pode ser percorrida através de pensamentos construídos, sensíveis a preciosos sinais de orientação entre a morte e a utopia, que define como o processo de passagem entre paradigmas. Entre o sistema de morte e a luta pela vida como o processo de superação de um paradigma a outro. (CASANOVA, 2006).

Dessa forma, o modelo de racionalidade que caracteriza a Idade Moderna e surge como paradigma foi sendo produzido a partir da revolução científica do século XVI, alcançando as ciências sociais no século XIX: trazendo uma mudança de atitude

¹⁵ Etimologicamente a palavra paradigma tem origem no grego: *paradeigma*. Na filosofia, um paradigma está relacionado com a epistemologia, sendo que, para Platão, remete a um modelo relacionado com o mundo exemplar das ideias, do qual faz parte o mundo sensível. Representa um conjunto de crenças, valores, técnicas compartilhadas pelos membros de determinada comunidade, a partir de uma determinada visão da realidade que podem ser transformados em dogmas pelo mundo acadêmico na busca de definir questionamentos da natureza humana. (SIGNIFICADOS, 2020).

do homem frente a si mesmo, reconfigurado como sujeito da história; a racionalidade como dominante do e no conhecimento; a moral e a experiência tendo reconhecidas suas importâncias na sistematização do saber, contrapondo-se ao fundamentalismo religioso predominante no período feudal europeu e justificador das colonizações europeias após 1942.

Ao chegar ao século XVII, o ensino tornou-se laico e a universidade, que desde as lutas por autonomia na Europa dos anos 1200 (BELLUZZO, 2019), vai ampliando suas concepções quanto ao controle da igreja, diversificando seu público e revitalizando-se, até se abrir para as ciências sociais, no século XIX (WALLERSTEIN, 1996). Disso, pode-se dizer que a universidade moderna se constituiu no bojo das lutas burguesas e do capitalismo, que se transformou em hegemônico no mundo a partir de então.

As ideias que fundamentam a racionalidade do pensamento moderno apoiam-se, predominantemente, na lógica e na matemática, para as quais “conhecer significa quantificar”, considerando somente as explicações quantitativas-objetivas produzidas levando em conta os métodos e procedimentos reconhecidos por seus pares (os cientistas) como verdade. As evidências da experiência imediata não são valorizadas, uma vez que emergiram de um conhecimento vulgar, saberes ilusórios, errados etc., e, por conseguinte, não científicas ou lógicas para serem consideradas. (SANTOS, 1987, 1988).

A ciência na modernidade converteu-se puramente mecanicista ao “rejeitar a experiência baseada no senso comum e apegar-se à explicação quantitativa dos fenômenos conduz à ideia do mundo-máquina, que pode ser desmontado e remontado” (LADEIA, 2010, p. 7) e, por consequência, filosoficamente determinista, na qual todos os fenômenos são explicados de forma análoga ao funcionamento mecânico, ou baseados em leis objetivas, que o saber científico e acadêmico é capaz de descobrir.

Na avaliação desse autor, a racionalidade se transformou em guia da hipótese universal do mundo moderno, dos horizontes cognitivos, que, no plano social, seria mais adequado aos interesses da burguesia, mas também em conformidade com os seus interesses e necessidades econômicas e políticas, articulados ao seu sistema emergente. Por conta disso, como foi possível descobrir e descrever as leis da natureza, seria igualmente plausível descobrir as leis da sociedade. (SANTOS, 1987; QUIJANO, 2014).

Referindo-se à dicotomia entre ciência (saber produzido pelos humanos por sua racionalidade) e natureza, o autor compreende que a separação natureza/ser humano é justificada num contexto determinista porque é entendida como:

(...) tão só extensão e movimento; é passiva; eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes activo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar. (SANTOS, 1987, p. 25).

Logo, concebe que a modernidade ocidental se impõe, a datar dos séculos XVI e XVII, como um ambicioso e revolucionário paradigma sociocultural, baseado numa relação de intensa inquietação entre a regulação e a emancipação social. Em meados do século XIX, a ascensão do capitalismo em convergência com o paradigma da modernidade promove um longo processo histórico de degradação entre a regulação e a emancipação, que se caracterizou pela gradual e crescente transformação das energias emancipatórias em energias regulatórias e, dessa maneira, na crise do paradigma. (SANTOS, 2002).

O autor descreve a regulação em contraposição à emancipação como dois pilares fundamentais da modernidade que emergem ao mesmo tempo em que o paradigma moderno, este, depois, articulado ao capitalismo, se torna hegemônico. Na regulação, o conhecimento avança pela especialização, disciplinarização, segregando a organização do saber pelo seu rigor, em consonância e desde o ser para o real, a realidade e a natureza. Ao fazê-lo, restringe o objeto sobre o qual o conhecimento incide, induz o saber do real partindo do ideal, da razão e da lógica mecânica e objetivista sobre a “materialidade relacional” (MACHADO; LOPES, 2019) vivida entre humanos e natureza, produzindo conhecimentos e desconhecimentos, de modo contraditório e desigual, no acesso e usufruto dos benefícios e malefícios da transformação da natureza, na apropriação das riquezas produzidas por todos e todas.

Em paralelo, Santos (2010) considera as energias e práticas emancipatórias um conhecimento prudente para uma vida decente, um ato de evolução, de reconhecimento ao diálogo e à experiência dos grupos sociais. Para isso, o conhecimento deverá ser local e total, tendo por horizonte a totalidade universal ou indivisa. Sendo local, busca compor-se a partir e em torno das demandas surgidas na

vivência dos grupos sociais concretos, seja para reconstruir a história de um lugar, a preservação de um espaço verde, fazer baixar a taxa de mortalidade infantil, erradicar uma doença, dentre outras.

A emancipação também busca constituir-se em “senso comum emancipatório enquanto autoconsciência contra a opressão” (SANTOS; MENESES, 2009, p. 481), permitindo um melhor entendimento da realidade do que a cultura mecanicista (reguladora e determinante), valoriza o conhecimento adquirido através do dia a dia dos sujeitos em ação, dialogando com outras formas de saber e dando um sentido à vida.

O colapso do paradigma da modernidade decorre, na atualidade, do fato de que a ciência moderna veio, aos poucos, se transformando de solução para os problemas, num problema sem solução. Face ao exposto, explica-se a hegemonia de sua racionalidade cognitivo-instrumental dominante não conseguir corrigir os excessos que não cessam de reproduzir-se, como a desigualdade, as injustiças, a fome, a destruição ambiental, a catástrofe climática, a promessa de paz mundial redundou no aumento dos acervos destrutivos para a guerra; a de justiça social redundou na exploração e espoliação do terceiro mundo, (ou, hoje, do sul global e local) com o aumento das desigualdades sociais. Tudo vem deslegitimando essa racionalidade enquanto paradigma sustentável, tanto da modernidade, como do capitalismo, em sua fase neoliberal e financeira atual. (SANTOS, 1991).

Como possíveis alternativas aos problemas da modernidade, Santos propõe o “retorno à revalorização do conhecimento emancipação” que implicaria na transformação da “solidariedade como forma hegemônica de saber-poder-hegemônico” (SANTOS, 1991, p. 10) em comparação às relações de concorrência e disputa de todos contra todos, tal qual pregam os defensores do mercado neoliberal.

O autor, desde tais reflexões, convoca a ações não conformistas e rebeldes, como possibilidade democratização da sociedade e ação política, para o que seria necessária uma ruptura epistemológica.

Na modernidade, o senso comum como epistemologia se rompe e cede lugar à ciência, à medida que, na pós-modernidade, o paradigma que se rompe é aquele que entende a ciência como primado – processo denominado pelo autor de “sensocomunicação da ciência” e a partir dele é que propõe práticas emancipatórias surgidas de estruturas regulatórias, que caracterizam a sociedade capitalista.

Na sua crítica à ciência moderna, retrata-a como uma razão indolente, preguiçosa, responsável pelo desperdício das experiências produzidas pelos diferentes saberes e práticas sociais. (SANTOS, 2002).

Dentre os pensadores pós-modernos, Santos (2011) identifica-se com uma abordagem pós-moderna de oposição¹⁶: em vez de ampliar ou valorizar o presente, sugere superar esse modelo, por uma razão cosmopolita, com práticas que ponderem a diversidade, a multiplicidade e a heterogeneidade dos fatos e dos sujeitos que as compõem. Essa nova razão tem como princípios fundantes a “sociologia das ausências”, que possibilita descobrir existências invisibilizadas pela ciência moderna, alterando ausências em presenças; a “sociologia das emergências”, procedimentos que buscam dar créditos às diferentes experiências sociais, torná-las disponíveis e possíveis, desidealizando-as, bem como o “trabalho de tradução intercultural”, tal qual uma interpretação entre duas ou mais culturas, visando distinguir as diferentes respostas pela articulação, num mundo enriquecido por experiências múltiplas e diversas. (SANTOS, 2008b).

2.2 COLONIALIDADE: SOBRE O PENSAMENTO ABISSAL CONSTITUÍDO SOBRE AS COLÔNIAS LATINAS

A relação desenvolvida entre o velho e o novo mundo iniciou-se pela colonização, século XV, e admitia duas realidades sociais, que o autor define como linhas cartográficas abissais. Isso significa um sistema que se caracterizou por diferenciar dois universos sociais: um visível (colonizadores) e outro invisível (dos colonizados), nos quais, o lado invisível da linha só prevaleça até que sustente a realidade relevante do visível, após isso, há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética, ignorância, inferioridade, barbárie. As intensas divisões visíveis que estruturam a realidade social deste lado da linha (do sustentável hegemônico, capitalista, da ciência moderna) se estabelecem e são respaldadas pela invisibilidade da distinção entre os dois universos. (SANTOS, 2007b).

¹⁶ Existem duas versões de autores pós-modernos: o **celebratório**, que, segundo Santos (2011, p. 37), “reduz a transformação social à repetição acelerada do presente e se recusa a distinguir entre versões emancipatórias e progressistas de hibridação e versões regulatórias e conservadoras” e o pós-moderno **de oposição**, que “questiona radicalmente este monopólio”. A ideia central é por uma sociedade melhor, entretanto, ao contrário da teoria crítica moderna, “concebe o socialismo como uma aspiração de democracia radical, um futuro entre outros possíveis que, de resto, nunca será plenamente realizado” (grifo nosso).

O conhecimento científico, como produto do pensamento abissal¹⁷, em vista disso, não se encontra distribuído de forma equitativa na sociedade, posto que seu objetivo sempre fosse a conversão do lado visível da linha em sujeito do conhecimento e do lado invisível da linha em objeto do conhecimento.

O autor analisa que:

(...) se todas as epistemologias partilham as premissas culturais do seu tempo, talvez uma das mais bem consolidadas premissas do pensamento abissal seja, ainda hoje, a da crença na ciência como única forma de conhecimento válido e rigoroso. (SANTOS, 2007b, p. 24).

Argumenta que tal sistema ainda subsiste no prisma moderno ocidental, fomentando os elos políticos e culturais, excludentes no sistema mundial contemporâneo, e afirma que o pensamento abissal moderno se qualifica pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções (SANTOS, 2010). Subjacente a essa diferenciação, existe outra, invisível, na qual a anterior se funda, no caso, entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. Assim nos diz que:

De facto, a dicotomia regulação/emancipação apenas se aplica a sociedades metropolitanas. Seria impensável aplica-la aos territórios coloniais. Nestes aplica-se outra dicotomia, a dicotomia apropriação/violência que, por seu turno, seria inconcebível aplicar daquele lado da linha. (SANTOS, 2007b, p. 4; 2010, p. 30).

Na época da colonização do novo mundo, os territórios coloniais eram considerados como lugares impensáveis para o desenvolvimento do paradigma da regulação/emancipação, dado que albergassem um universo de crenças e de comportamentos incompreensíveis, práticas mágicas e idolátricas que seriam o conhecimento popular. A completa estranheza de tais práticas, pelos colonizadores do velho mundo, conduziu à própria negação da natureza humana dos seus agentes. Com base nas suas refinadas concepções de humanidade e de dignidade humana, para os humanistas dos séculos XV e XVI, os selvagens seriam sub-humanos. (SANTOS; MENESES, 2009).

¹⁷ Abissal/Abismal: que se refere ou pertence a abismo; às profundezas de algo; insondável. (DICIO, 2018).

Naquele momento, o debate jurídico e político acerca do novo mundo, na Europa, concentrou-se na determinação do colonial e não na organização interna do colonial. Isso porque entendiam o colonial como o estado de natureza no qual as instituições da sociedade civil não têm lugar, originando o grau zero, a partir do qual são construídas as modernas noções de conhecimento e direito.

Logo, a invasão e a ocupação dos territórios indígenas justificaram-se por um conceito de vazio jurídico¹⁸, a partir de pontos de vista abissais de epistemologia e legalidade, através das quais a universalidade da tensão, entre a regulação e a emancipação, aplicada deste lado da linha, não entra em contradição com a tensão entre apropriação e violência, aplicada do outro lado da linha, ademais, pela Igreja Católica, para catequização e domínio da religião dominante em Portugal e Espanha sobre os povos que viviam na América Latina. (SANTOS; MENESES, 2009).

Voltando-se para o pensamento moderno ocidental, o autor apreende que se desenvolve por meio de linhas abissais no sul global, como um modelo de exclusão social permanente no pensamento e nas práticas, a exemplo do que aconteceu no ciclo colonial, dividindo o mundo humano do sub-humano.

Cita Guantánamo como exemplo de:

(...) uma das manifestações mais grotescas do pensamento jurídico abissal, da criação do outro lado da fractura enquanto um não-território em termos jurídicos e políticos, um espaço impensável para o primado da lei, dos direitos humanos e da democracia. (SANTOS, 2007b, p. 10).

Também se refere a outros casos, como das invasões ao Iraque pelos EUA e aliados, e da Palestina sob jugo dos israelenses, como representantes de discriminações raciais, domínios, explorações diversas; além de, a nível mundial, a exploração do trabalho infantil e sexual e as mais diversas maneiras de escravidão, tráfico ilegal de pessoas e órgãos humanos. Essa negação do outro lado da linha, portanto, faz parte de princípios e práticas hegemônicos, ocorrendo pela apropriação e uso dos conhecimentos dos habitantes locais sobre a biodiversidade e as riquezas de toda a espécie que lhes pudessem servir.

¹⁸ Quando o Papa Paulo III respondeu afirmativamente na bula *Sublimis Deus*, de 1537, fê-lo concebendo a alma dos povos selvagens como um receptáculo vazio, uma *anima nullius*, muito semelhante a *terra nullius*. De acordo com a Bula, “os Índios eram verdadeiros homens e... não eram capazes de entender a fé Católica, mas, de acordo com as nossas informações, desejam ardentemente recebe-la”. (PAPA PAULO III, 1537).

Embasado no reconhecimento de que a exclusão social, no seu sentido mais amplo, toma diferentes formas, conforme o lado da linha em que estiver, não é possível qualquer alternativa pós-capitalista progressista a um meio de pensamento que divide colonizadores e colonizados. (SANTOS; MENESES, 2009).

Para ele, a injustiça social global (e também injustiça social local) está intimamente ligada à injustiça cognitiva global (que também se reproduz no local), a luta pela superação destas exige um novo modo de pensamento, que seria o pensamento pós-abissal. Isso envolveria uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e de ação, pois representaria raciocinar desde a perspectiva do outro lado da linha, da invisibilidade e dos invisíveis, precisamente em função de que o outro lado da linha é assimilado como o impensável na modernidade ocidental.

A emergência do ordenamento da apropriação/violência poderá ser enfrentada se situarmos a nossa perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha, isto é, do Sul global neoimperial, concebido como a metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo. (SANTOS, 1995, p. 506-519).

O autor avalia que, se olharmos por intermédio da ótica das experiências sociais do sul global, vivenciadas pelos grupos que habitam do outro lado da linha, ou seja, a cultura dos povos colonizados, o pensamento pós-abissal se transforma em “um aprender com o Sul usando uma Epistemologia do Sul”. (SANTOS, 2007b, p. 22).

Nesse viés, uma Epistemologia do Sul (EpS) também como pensamento ecológico, que atenta para a existência de uma pluralidade de delineamentos de conhecimento “da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo.” (SANTOS; MENESES, 2009, p. 46).

É o que se apresenta a seguir, com vistas a possibilitar o avanço das lutas sociais nas comunidades envolvidas.

2.3 EPISTEMOLOGIAS DO SUL: A ECOLOGIA DOS SABERES COMO ALTERNATIVA

No que concerne a ideia de epistemologia, inicialmente, traz-se a seguinte declaração:

Não existe epistemologia neutra e as que reclamam não sê-lo são as menos neutras (...) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em *abstracto*, mas nas práticas de conhecimento e nos seus impactos em noutras práticas sociais (...) Não há conhecimento sem prática e atores sociais. (SANTOS; MENESES, 2009, p. 7-9).

Os quais só existem no interior das relações sociais. Ao questionar o impacto do colonialismo e o capitalismo na construção das epistemologias dominantes, propõe-se uma outra, que se designa Epistemologias do Sul.

Uma Epistemologia do Sul (EpS) se “assenta em três orientações: *aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul.*” (SANTOS, 2008a, p. 5).

Esse conceito foi exposto em 1995 pelo autor, que interpreta o domínio dos modelos de desenvolvimento como aqueles que também passam pela ciência, reforçando todo o processo de invisibilidade e opressão que as comunidades invisíveis sofrem. Por esse ângulo, as define como “um conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante” e dizimação causada pelo modelo econômico hegemônico em todas as suas formas de dominação.

Insera-se, aqui, igualmente, a violência (às vezes de maneira velada) encontrada pelo cerceamento do uso da cultura, idioma, símbolos, mitos e lugares de culto dos povos colonizados. Através dela, os saberes produzidos pela experiência do vivido são valorizados e estudados a partir de um “diálogo horizontal entre conhecimentos”, o qual chama de ecologia de saberes (SANTOS; MENESES, 2009, p. 13). Também é visto como um processo anárquico e coletivo de produção de conhecimentos, que não tem e não deve ter líderes, embora possa ter facilitadores da discussão, buscando salientar as lutas pela emancipação social. (SANTOS, 2019).

A relação colonial Norte-Sul de exploração e dominação se mantém até hoje, por uma natureza hierárquica, em correspondência direta com a persistência dos liames capitalistas e imperiais. Nesse cenário, frisa o autor, o eixo da colonização

epistêmica resulta num ponto forte, já que os “outros” saberes têm sido produzidos como não existentes e, por isso, radicalmente excluídos da racionalidade moderna. Assim, está cristalizada uma hierarquização de saberes, juntamente com a hierarquia de sistemas econômicos, políticos e a predominância de culturas de raiz eurocêntrica.

As sociedades periféricas (sul global) do sistema mundial moderno (QUIJANO, 2005; QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992), que surgiram no período colonial, alicerçadas em um panorama de dominação colonial e imperial, desenvolveram-se com uma visão mais tênue de ciência, incorporando outros conhecimentos não científicos e não ocidentais mediante as práticas cotidianas das populações. “Nas três últimas décadas, a ideia de diversidade sociocultural do mundo fortaleceu-se com a resistência ao capitalismo global.” (SANTOS; MENESES, 2009, p. 46).

Em conformidade com um pensamento pós-abissal, a Ecologia de Saberes (ES) “tem por premissa a ideia da inesgotável diversidade epistemológica no mundo” (SANTOS, 2007a, p. 85) ao admitir, além do conhecimento científico hegemônico, a existência de uma pluralidade de formas de conhecimento. Entretanto, a busca do reconhecimento dos conhecimentos não científicos não implica o descrédito do conhecimento científico, uma vez que é inquestionável o valor geral das intervenções no real, tornadas factíveis pela ciência moderna através da sua produtividade tecnológica.

Num processo de aprendizagem conduzido por uma ES, cruzam-se tanto conhecimentos, como ignorâncias, importando a comparação entre o conhecimento que está sendo aprendido e o conhecimento que, nesse processo, é esquecido e desaprendido (ignorado). A ES pode ajudar a compreender, por exemplo, segundo Gomes (2009, p. 420), “(...) a produção, a história, as tensões e os desafios vividos pela intelectualidade negra brasileira destacando o caráter inovador, contestador e a radicalidade política dos conhecimentos e das práticas por ela produzidos”.

A ignorância aqui referida, todavia, só é um modo desqualificado de ser e de fazer, quando aquilo que se aprende vale mais do que aquilo que se esquece, posto que, na Ecologia de Saberes, importa a soma de todos os conhecimentos: “*La utopia del interconocimiento es aprender otros conocimientos sin olvidar el de uno mismo*” (SANTOS, 2010, p. 52). Daí o princípio da prudência (já citado anteriormente) sugerir uma reflexão mais profunda sobre a diferença entre a ciência como conhecimento monopolista e a ciência como parte de uma ES. A luta pela terra, empreendida pelos camponeses empobrecidos no Brasil, exemplificando, pode incluir:

(..) a duração do Estado moderno, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) luta pela reforma agrária; a duração da escravatura, quando os afrodescendentes lutam pela recuperação dos quilombos; ou ainda a duração do colonialismo, quando os povos indígenas lutam para reaver seus territórios históricos, dos quais foram esbulhados pelos conquistadores. (SANTOS, 2007b, p. 28).

Essa epistemologia não concebe os conhecimentos em abstrato, emergindo por meio do pragmatismo epistemológico¹⁹ “que apresenta continuidades, assim como importantes elementos de inovação em relação ao pragmatismo clássico e à sua descendência” (NUNES, 2009, p. 216). Isso, a partir das experiências de vida dos oprimidos, num contexto em que as consequências vêm sempre primeiro que as causas. A reavaliação das intervenções e vínculos concretos dá preferência às maneiras de conhecimento que proporcionem participação dos grupos sociais envolvidos na formulação, na execução, no controle e no desenvolvimento da intervenção.

Como processo democrático, saber escutar profundamente, e não apenas falar, é um dos princípios básicos da Ecologia dos Saberes. A construção das soluções às demandas dos grupos precisa observar o meio, a cultura, a tradição dos envolvidos e a conjuntura na qual o conhecimento científico deve ser utilizado para favorecê-las. Há de ser encarada como uma estratégia epistemológica para o diálogo entre os diversos movimentos e organizações, derivando-se dos conflitos existentes. “Um setor urbano não tem a mesma concepção da terra que um setor camponês. Um setor camponês não tem a mesma concepção que um setor indígena” (CARNEIRO; KREFTA; FOLGADO, 2014, p. 333), dado que “entre indígenas, indígenas mineiros, indígenas cocaleros e indígenas camponeses” encontram-se diversas concepções para a exploração da terra.

Por efeito das reflexões construídas, assentado no pensamento de Santos, tenciona-se, consoante o autor, que a Ecologia dos Saberes como Epistemologia do Sul é uma referência de conhecimento que reúne muitas linguagens sobre a dignidade humana e se baseia na ideia central de que “não há justiça social global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos” (SANTOS, 2007a, p. 40). Isto posto, aflora uma nova configuração de uso da palavra “epistemologia” para

¹⁹ John Dewey (!979). O valor da experiência está na continuidade (NUNES, 2009).

designar uma proposta alternativa, pois a noção de Ecologia de Saberes se opõe a todas as formas de soberania epistêmica.

Em sua obra, *A Universidade do Século XXI* (SANTOS, 2008a), o autor faz referência à Pesquisa-Ação e à Ecologia dos Saberes como “áreas de legitimação da universidade que transcendem a extensão uma vez que atuam tanto ao nível desta como ao nível da pesquisa e da formação” (SANTOS, 2008a, p. 55). A pesquisa-ação, de acordo com ele, teve longa tradição na América Latina, principalmente nos anos de 60-70, com objetivo de envolver as comunidades e organizações sociais populares para resolver seus problemas comuns. No entanto, a atual “transnacionalização” do ensino superior visa utilizar tanto a extensão, como a pesquisa-ação, para transformar a universidade a serviço da sua mercadorização.

A Ecologia de Saberes, por sua vez, atua como um aprofundamento da pesquisa-ação e, atualmente, é uma metodologia muito utilizada em projetos de Educação Ambiental, por ser um formato de revolução epistemológica de extensão ao contrário – da sociedade para a universidade – que promove o diálogo entre o saber científico e o humanístico (o saber popular), dos conhecimentos produzidos pela universidade enquanto ciência e os saberes populares, tradicionais (urbanos camponeses, indígenas, afrodescendentes...) e de todas as culturas que circulam e interagem na sociedade na superação do saber tradicional regulatório, produzindo um novo saber desde o sul como senso comum.

Nesse sentido, as propostas da Ecologia de Saberes e da pesquisa-ação destacam-se como instrumento desse processo, ao oportunizar o diálogo necessário entre os conhecimentos científicos da área, os saberes e as necessidades da comunidade universitária: gestores, pesquisadores, alunos e servidores – para que se estabeleçam formas sustentáveis de caráter humanista e crítico, de relacionamento com as questões ambientais a contar da realidade e dos saberes das classes populares, desde a sociedade.

Há que ser considerado, também, que o enfrentamento da atual situação, voltada à transnacionalização do ensino superior e o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, com o incentivo à Educação a Distância, visando à mercadorização da universidade, para “transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço” (SANTOS, 2008a, p. 53), exige novos paradigmas filosóficos e éticos que revolucionem o universo científico, técnico, socioeconômico e político.

Nesse caso, há que se voltar o olhar atento para ações na perspectiva emancipatória que comprometam, incentivem e reconheçam o diálogo e a experiência dos sujeitos populares que compõem a comunidade em geral, dialogicamente à comunidade universitária e aos fins da produção Universitária.

Perante essas considerações, no capítulo a seguir apresenta-se o cenário no qual se desenvolve o caso em estudo: a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sua história e a relação com a cidade que lhe empresta o nome e causa de existir, num primeiro momento, até expandir suas atividades como produtora e formadora de sujeitos com excelência de ciência e conhecimento para além de suas fronteiras em âmbito regional, nacional e internacional.

CAPÍTULO 3 – A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE/FURG: CONTEXTO DO ESTUDO

Este capítulo descreve o cenário histórico e institucional no qual se desenvolveu a questão/problema que dá materialidade ao objeto de pesquisa. Para tanto, afigura-se a FURG, Instituição Federal de Ensino Superior do extremo sul do Brasil, América Latina, e a sua relação com a cidade do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, desde o momento da criação da universidade como produtora de conhecimento, ciência e instrumento de formação de sujeitos que compõem a comunidade local, regional nacional, bem como internacional. Dispõe do Planejamento Estratégico da IFES, composto pelo Projeto de Político Institucional (PPI) articulado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e que constitui uma das fontes do estudo e análise da presente tese que, ao final, é retratada conforme os fundamentos teóricos estabelecidos no primeiro capítulo.

3.1 A UNIVERSIDADE E O CONTEXTO: A CIDADE DO RIO GRANDE

A cidade de Rio Grande, na qual a universidade está sediada, é município costeiro, no extremo sul do Rio Grande do Sul, e com um passado histórico na constituição do estado e suas fronteiras. A cidade tem origem predominantemente luso-açoriana, vinculada a contar dos momentos iniciais da ocupação do território durante colonização, a partir de 1640.

Fundada em 1737, foi capital do Estado (então província), invadida pelos espanhóis e governada por 13 anos (1760-1773). Com o único porto marítimo do estado, é tida como estratégica tanto para o escoamento da produção (agronegócio, pecuária, etc.), como militar, devido à proximidade com a fronteira e as refinarias e indústrias.

No presente, conta com uma população de aproximadamente 211.965 habitantes (IBGE, 2020). Ao longo dos séculos XIX e XX, ocorreram diversos fluxos migratórios de alemães, italianos, poloneses, franceses, ingleses, árabes, sírio-libaneses e judeus, dentre outras etnias, conformando, assim, uma população multicultural e diversa (FURG, 2015). Essas se agregaram aos africanos trazidos no decurso da história como escravos e aos indígenas que aqui viviam.

A formação cultural, técnica e científica da comunidade têm, portanto, na Universidade Federal do Rio Grande, seu centro de irradiação e de produção científica. Tal confirma o enunciado da apresentação da página oficial da FURG (FURG, 2020): “O envolvimento e o compromisso com a sociedade marcam a trajetória da Universidade Federal do Rio Grande”. Ademais, ressalta os esforços de empresários e comerciantes da comunidade na criação da instituição de ensino superior, nos anos 1960, devido à necessidade de mão de obra qualificada e à falta de técnicos para o setor industrial. Isso porque a posição geográfica do município favoreceu a instalação de um complexo portuário-industrial, de um polo pesqueiro, de indústria de produção de fertilizantes e, mais recentemente, de um polo naval, cujo período coincide com o escolhido para o presente estudo.

A história da FURG tem início na década de 1950²⁰, culminando com sua efetividade em 1969. Como Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), em 1987, assumiu por vocação institucional o Ecossistema Costeiro, para orientar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas predominantemente no Campus Carreiros da Universidade (FURG, 2015), situado em uma área de total 2.270.266,00m², doada pela Prefeitura do município de Rio Grande, em 1972. Hodiernamente, possui uma comunidade universitária composta por em torno de 14 mil pessoas, dentre discentes (11.800,00 mil), docentes (900) e Técnicos Administrativos em Educação (1,2 mil), distribuídos em quatro *campi* nas cidades de Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul e Santo Antônio da Patrulha, localizadas na zona costeira do Rio Grande do Sul.

Engloba cursos de graduação e pós-graduação diretamente relacionados ao estudo e pesquisa do meio ambiente, como a graduação em Oceanologia, Tecnologia em Gestão Ambiental, Especialização em Ecologia Aquática Costeira, Mestrado e Doutorado em Oceanografia Biológica, Aquicultura, Gerenciamento Costeiro e em Educação Ambiental²¹, sem descartar outros que abordam a temática de forma interdisciplinar, em harmonia com as disposições do Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA Lei 9.795/1999).

²⁰ A consciência de tal realidade, aliada ao propósito de modificá-la, resultou em um movimento cultural cuja finalidade precípua era a criação de uma Escola de Engenharia, justificada pelo elevado número de profissionais na área e pelo parque industrial que já existia na cidade. Como a referida escola deveria ter uma entidade mantenedora, segundo os moldes exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura, através de uma Fundação de Ensino Superior, no dia 8 de julho de 1953, foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande. (FURG, 2008a).

²¹ Mestrado desde 1993 e Doutorado desde 2006.

Nosso estudo se desenvolveu tendo por objeto uma questão/problema socioambiental ocorrida durante as obras de expansão do Campus Carreiros, por conta da adesão ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI²², implantado no ano de 2007, e iniciado no 1º semestre de 2008, em 53 universidades públicas existentes na época, segundo relatório de Gestão/2008. (FURG, 2008b).

O Programa REUNI foi concebido e implantado pelo governo Lula, que se tornou Presidente da República do Brasil em janeiro de 2003 e permaneceu até 2006. Luiz Inácio Lula da Silva, operário, sindicalista e militante do Partido dos Trabalhadores – PT – foi reeleito até 2011 e, com a aprovação de seu governo, elegeu Dilma Roussef, economista e também militante do Partido dos Trabalhadores, que permaneceu no governo até o golpe que causou o seu *impeachment*, em agosto de 2016, quando assume o seu vice, Michel Temer.

Por seu turno, a Universidade Federal do Rio Grande estava sob a gestão administrativa do Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin (2005/2009 e de 2009/2013), que foi substituído pela Prof. Cleusa Maria Sobral Dias, que permaneceu por dois mandatos, até 2020.

A adesão da FURG ao REUNI, além do início das obras de ampliação da infraestrutura do Campus Carreiros, ocorreram, destarte, na gestão do Prof. Dr. João Carlos Cousin, em 2008, e o embargo das obras logo após a assunção da Prof. Dra. Cleusa Sobral Dias, em junho de 2013. Tendo em vista o objeto e o contexto da presente Tese, cabe registrar que na Gestão Cousin, a prof. Cleusa ocupava o cargo de Pró-Reitora de Graduação.

Na mesma direção, registrar que ambas gestões administrativas (FURG e Governo Federal), naquele período, estavam representadas por grupo gestor ligado aos ideais progressistas e que se afirmavam como alternativa ao neoliberalismo que havia se instalado no Brasil a partir dos anos 1990, com a primeira eleição direta depois do regime militar de 1964, passando por Fernando Henrique Cardoso, quando se seguiu a gestão de Lula (2003 – 2010).

²² O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Teve entre seus principais objetivos: garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior. (BRASIL, 2010b).

Na gestão do município do Rio Grande, durante o período da pesquisa (2011-2015), houve dois prefeitos de partidos políticos diferentes: Fábio de Oliveira Branco, empresário e político, prefeito de Rio Grande, que governou de 2001 a 2004 e de 2009 a 2012, pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB); e Alexandre Duarte Lindenmeyer, político e advogado, Partido dos Trabalhadores (PT), prefeito do município por dois mandatos (2013-2016/ 2017-2020).

Voltando à descrição do caso da FURG, nomeadamente referente ao presente estudo, embora a FURG tenha aderido ao programa REUNI em 2008, no período entre 2011-2015, mais especificamente o ano de 2013 até 2014 foi o escolhido como recorte por envolver questões ambientais pertinentes à discussão da sustentabilidade, do desenvolvimento na e da universidade, uma vez que as intervenções no meio ambiente se intensificaram por conta da quantidade expressiva de obras para a ampliação das instalações prediais no Campus Carreiros. Toma-se como período da adesão ao REUNI e conseqüente início das obras a gestão administrativa do Prof. João Carlos Cousin, conquanto à que se seguiu coube missão de responder pela falta de solicitação do licenciamento ambiental adequado junto aos órgãos reguladores.

Há que se sopesar, ainda, como antecedente que, por ocasião da implantação do Campus Carreiros, em 1974, (Figuras 1, 2 e 3²³), a partir da consolidação física de um polo tecnológico que se associou ao Projeto Atlântico, foi necessário um ajardinamento e florestamento com espécies exóticas como “*Pinus elliottii*, *Eucalyptus*spp e *Acaciamearnsii*” (BARRETO, 2016, p. 16). Tal ação intentava a formação de barreiras de vegetação, que contribuíram para o florescimento de diversos ambientes novos, os quais são encontrados até os dias atuais. No mesmo sentido, ocorreram inúmeras modificações no ambiente, como, por exemplo, a contenção da ação do vento (característica marcante da região denominada “Mantos de Aspersão Eólica”), em concordância com Vieira (1983).

²³ As imagens 1, 2 e 3 que ilustram o texto demonstram como era o Campus Carreiros até o início da implantação das primeiras unidades. Foram cedidas por Rita Veiga, a partir da sua Tese de Doutorado. (VEIGA, 2011).

Figura 1 – Planejamento do Campus Carreiros 1973



Da esquerda para a direita: Eva Maria Ribeiro; Rosalia H. Fresteiro; (pessoa não identificada); Áureo Vidal Mendonça; Eurípedes Falcão Vieira (Reitor na época), Raimundo Modesto de Queiroz; João Marimônio Carneiro Lages e Odilon Maia Burlamaqui.

Fonte: Veiga (2011, p. 201) a partir da Revista do Vestibulando FURG (1997, p. 8).

As referidas intervenções (1974) se deram em data anterior à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei Federal 6.938/81, que traz “o licenciamento como um de seus instrumentos e o estabelecimento de compensação ambiental como forma de reparação aos danos ambientais causados pela destruição de florestas ou outros ecossistemas” (ANELLO, 2014, p. 8). Veiga (2011) observa que, em seu Plano Diretor de 1982, a FURG promoveu a demarcação de algumas Áreas de Proteção Integral a fim de garantir a preservação da natureza do Campus no futuro, ainda que não houvesse uma movimentação de obras na época.

Figura 2 – Foto aérea do Campus Carreiros, mostrando o prédio da Base Oceanográfica Atlântica do Campus Carreiros no início da década de 1980



Fonte: Veiga (2011, p. 229-230) a partir do NUME/FURG.

Figura 3 – Vista aérea destinada ao Campus Carreiros, ainda dominada pelas areias



Base Oceanográfica aérea vista na parte central direita da foto. Com acessos originais pela Vila Maria, 1977.

Fonte. Veiga (2011, p. 203) FURG (2009, p. 189).

No que se refere à relação universidade/comunidade, no período da ampliação da FURG (via REUNI), também a cidade do Rio Grande vivia um período de desenvolvimento, haja vista o auge da ampliação do polo naval, iniciado, mormente, no segundo mandato do governo Luís Inácio Lula da Silva (2006-2010), com a produção de plataformas de petróleo e outros componentes à exploração extrativista. Por esse motivo, foram percebidas, entre outros efeitos, alterações na geração de emprego e renda (GLOBO, 2013), com o aumento significativo dos postos de trabalho no Polo Naval (D'AVILA; BRIDI, 2018; CHAGAS, 2014). Nesse rumo, as Universidades do entorno, a FURG e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mobilizaram-se “em torno de cursos de qualificação, realizando investimentos em novas estruturas voltadas já para o futuro ‘promissor’ da aguardada indústria naval”. (D'AVILA, 2018, p. 115).

No presente estudo, considerando o estado pandêmico mundial e as restrições de circulação, tanto na instituição analisada, como em quaisquer outros lugares de possível acesso às informações, os documentos escolhidos como instrumentos de análise foram o Projeto Político Institucional (2011-2022) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (2011-2014) que integram o Planejamento Estratégico da Universidade; o Processo de Embargo às obras do Campus Carreiros (2013).

A Política Ambiental (PA) da Instituição se insere na discussão e análise, pois

a organização da gestão ambiental já havia sido iniciada desde 2011(...) a partir da articulação de docentes e técnicos vinculados às diferentes unidades acadêmicas, à administração superior da FURG e às Pró-Reitorias de Infraestrutura – PROINFRA e de Extensão e Cultura – PROEXC, que iniciaram reuniões periódicas para discutir a institucionalização de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA para a FURG. (KITZMANN *et al.*, 2015, p. 248).

Para esse fim, foram realizados *workshops* com intuito de incluir a comunidade universitária na ampla discussão até que, em 2014, a Política Ambiental foi aprovada pelo Conselho Universitário. Antes, porém, durante o processo de regularização ambiental da FURG, em junho de 2013, foi instituída pela Reitoria e vinculada à Vice-Reitoria, a Comissão Temporária de Gestão Ambiental (CTGA). Composta por docentes, técnicos administrativos e discentes e que ficou estruturada em três subcomissões: Licenciamento Ambiental; Resíduos Perigosos; Política Ambiental e

Sistema de Gestão Ambiental, com o escopo precípua de elaborar o processo de licenciamento ambiental dos *campi* da FURG, propor o Sistema de Gestão Resíduos Perigosos da FURG e encaminhar ao Conselho Universitário – CONSUN – uma proposição de Política de Gestão Ambiental e de Sistema de Gestão Ambiental da FURG. Contudo, em 17 de junho, dez dias após a instalação de CTGA, as obras foram embargadas pelo IBAMA. O embargo durou três meses, até a emissão das requeridas licenças ambientais e assinatura de um Termo de Compromisso Ambiental cabível ao caso. Para Kitzmann *et al.* (2015, p. 249): “Esta nova situação acelerou o trabalho da Subcomissão de Licenciamento Ambiental dos campi” (...) o que ajudou a levantar o embargo e liberar o andamento das obras.

Os documentos institucionais que formam o Planejamento Estratégico da Universidade e escolhidos como instrumentos de análise, representam a visão da Comunidade Universitária, incluindo sua gestão administrativa e que deve ser representada pelo grupo gestor da universidade.

Esse entendimento pode ser abalizado, visto que, no decorrer do Seminário FURG, 30 Anos: Repensando o Futuro, foi elaborado um diagnóstico da Instituição e identificada “a necessidade de se dotar a administração da universidade de instrumentos capazes de melhorar o desempenho institucional” (FURG, 2021a). Dessa forma, o processo de construção do PDI 2000-2002 se realizou através consulta a administradores, representantes das associações dos professores e funcionários e amostra intencional do corpo discente, que teve uma primeira versão apresentada à administração superior e a proposta final submetida ao Conselho Universitário e aprovada em 8 de dezembro de 1999 (Resolução 30/99, de 13 de dezembro de 1999).

Nos períodos que se seguiram (2003-2006; 2007-2010), os documentos foram elaborados com a participação da Comunidade Universitária. A revisão periódica dos PDIs trouxe a inevitabilidade de revisão do Planejamento Pedagógico Institucional com a finalidade de projetar horizontes mais longos que os quatro anos já estabelecidos nos Planos anteriores, para orientar os novos desafios da universidade, dando importância ao fato de o contexto atual dessa instituição estar integrada à realidade local, regional e nacional, que exige um planejamento de curto, médio e longo prazo.

Tal qual o Planejamento Estratégico da Universidade, também na defesa, no processo de embargo e na Política Ambiental de 2014, encontra-se o discurso que

representa o dizer, a ideologia, a história da comunidade universitária assim como do grupo gestor da IFES, significando e refletindo uma visão de sustentabilidade, desenvolvimento e sociedade, igualmente, de Educação Ambiental.

Evidencia-se que, apesar da consulta à comunidade, os resultados que geram tais documentos passam sempre pelo crivo do grupo gestor da instituição e representam também diretrizes que devem servir de objetivos e metas da Instituição como um todo.

Todas essas perspectivas foram atendidas nos objetivos do presente estudo e, no primeiro momento, passamos a expor o conteúdo dos documentos escolhidos, para, a seguir, analisar e discutir o discurso apreendido à luz dos objetivos indicados nessa Tese.

3.2 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA FURG

A sua primeira versão, denominado Projeto Político Pedagógico (2004), passou, em 2010, por uma atualização²⁴, na qual foi instituído o Projeto Político Institucional (PPI, 2011-2022), articulado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ambos compondo o Planejamento Estratégico da Universidade que, no que lhe concerne, foi construído e avaliado de modo participativo por meio de seminários e pesquisa de autoavaliação junto à comunidade universitária. O PPI orienta as ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração com uma projeção de dez anos e um detalhamento de ações e metas anuais e o PDI expressa os objetivos e estratégias para o período de quatro anos.

²⁴ Para isso, foi instituído o Comitê Assessor de Planejamento, criado através da Deliberação n.º 051/2010, de 26 de março de 2010. (FURG, 2011a, p. 2).

Figura 4 – Planejamento Estratégico da FURG



Fonte: <https://www.furg.br/a-furg/planejamento-estrategico>, acesso em 30 nov. 2021.

Conforme o *site* da FURG, desde 1970, a universidade investe em planejamento, que é definido como:

Um processo participativo que busca realizar a missão da universidade e acompanhar a visão de futuro construída, promovendo uma ampla reflexão sobre as atividades acadêmicas e administrativas e resultando na proposição de medidas para o aperfeiçoamento institucional. (FURG, 2021b).

Quanto à relação universidade/meio ambiente, desde 1970, ano seguinte à sua criação, a FURG implantou as graduações – já referidas no histórico acima – em Oceanologia e Ciências Biológicas, os Programas de Pós-Graduação em Oceanografia Biológica (1978, 1992), Educação Ambiental (1994, 2006), Oceanografia Física, Química e Geológica (1997). Em 1987, ao tornar-se uma fundação pública (FURG, 2021c), estabelece sua filosofia e política e assume como vocação institucional o ecossistema costeiro, para orientar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No elo universidade pública/sociedade, materializa seu compromisso através de ações com a participação dos diversos grupos sociais, num esforço coletivo universidade/comunidade na busca de “soluções de problemas que afetam essa

sociedade no presente e, assim, contribuir para o planejamento e execução responsável de ações futuras”. (ALVES, 2004, p. 14; FURG, 2011a, p. 4).

Dessa maneira, entende esse encadeamento Instituição/Sociedade que fundamenta a **Vocação** da IFES também inserida de maneira particularmente privilegiada, num ecossistema costeiro, desde o qual formula sua orientação filosófica vocacionada para as características históricas, culturais e sociais próprias de sua posição ambiental regional.

E, com esse discurso, define sua filosofia:

Voltar-se ao ecossistema costeiro implica **enunciar alternativas reais de desenvolvimento harmônico entre sociedade e natureza**, especialmente na região costeira em que está inserida. A formação acadêmica priorizada pela Instituição contempla uma questão metodológica fundamental: **a busca de um relacionamento predominantemente horizontal entre os diferentes atores sociais, entre esses atores e os recursos naturais, e entre necessidades humanas e bens naturais.**

Com **essa perspectiva está fundamentado o empreendimento por uma sociedade sustentável.** A definição da filosofia da universidade como voltada para o ecossistema costeiro tem a virtude de compreendê-la como imediatamente compromissada com a comunidade, exercendo, assim, sua relevante função social desenvolvida nas mais diversas atividades promovidas pela Instituição, quer sejam seus cursos de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, ou ainda, atividades de pesquisa e extensão.

Com essa concepção filosófica, a Instituição prima pela formação acadêmica marcada pela qualidade formal e política, fundamentada em **metodologias que destaquem a sensibilidade solidária para com o meio ambiente, do qual somos inextricavelmente parte constituidora, determinante e determinada.** A especificidade de voltar-se ao ecossistema costeiro implica a criação e a difusão de conhecimento compromissado, no seu cerne, em **compreender a complexidade do próprio ecossistema costeiro em todas as suas manifestações, quer sejam de ordem natural, social, cultural, histórica,** etc. (PPP, 2004, p. 13-14 *apud* FURG, 2011a, p. 15, grifos nossos).

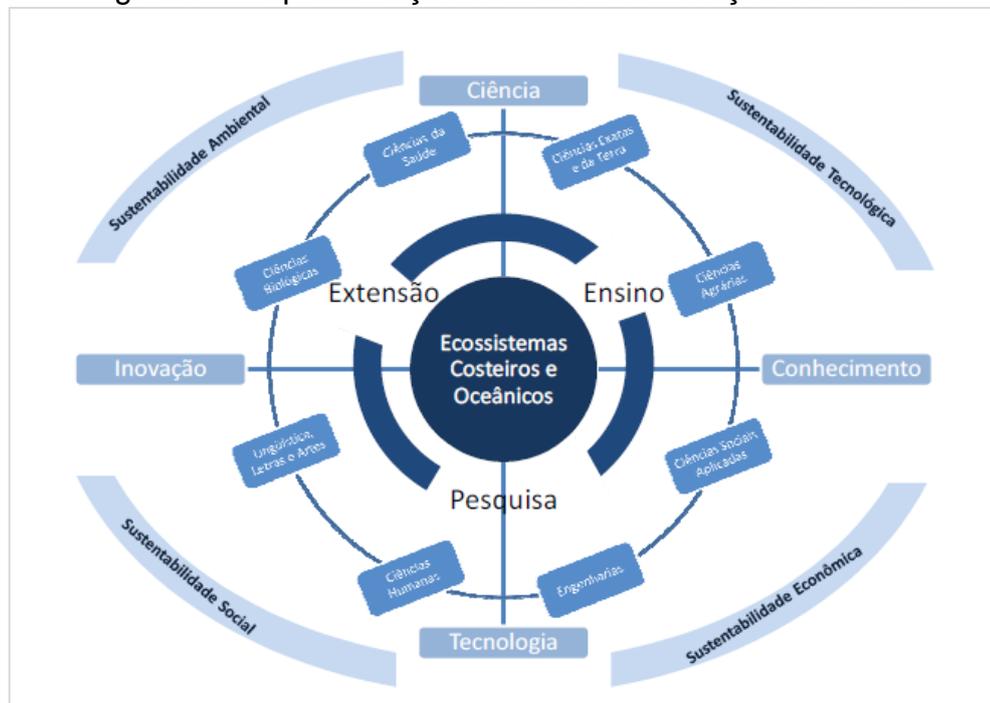
Considera os ambientes costeiros e oceânicos adjacentes como áreas especiais no planeta. E assim especifica:

Eles se formam e se caracterizam através da interação de processos entre a atmosfera, o continente e a região oceânica, numa confluência que se reflete numa concentração de energias naturais que tornam essas áreas altamente dinâmicas, produtivas e com características únicas. Tais áreas, por sua capacidade produtiva e pela facilidade de transporte e acesso pelo meio hídrico, têm sido historicamente ocupadas pelo homem de forma destacada. Essa ocupação humana

numa área de elevada produtividade e oferta de recursos ambientais produziu seu desenvolvimento e estabeleceu suas peculiaridades socioeconômicas, históricas e culturais. (...) Portanto, para um completo conhecimento e o desejado uso sustentável desses ecossistemas com bem-estar social, é imperativo seu estudo e a formação de profissionais que nele atuem através de um enfoque multidisciplinar e integrado, no caso, um indissociável aporte necessário das Ciências Biológicas, Agrárias, Exatas e da Terra, Saúde, Humanas, Sociais Aplicadas, Engenharias e Linguística, Letras e Artes. (FURG, 2011a, p. 17).

E, para representar a filosofia e vocação da FURG, insere no documento a figura:

Figura 5 – Representação da filosofia e vocação da FURG



Fonte: FURG (2011a, p. 17).

Na imagem, há o destaque dado ao cenário ambiental por intermédio da localização no centro da Figura 5 “Ecossistemas Costeiro e Oceânicos”, envolvido pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, áreas acadêmicas que produzem ciência, conhecimento, tecnologia e inovação, identificadas em quatro contornos de sustentabilidade como Ambiental, Tecnologia, Econômica e Social, às quais estão inter-relacionadas com sua Missão e Visão.

A FURG institui como **Missão**: “Promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência, formando profissionais capazes de contribuir para o

desenvolvimento humano e a **melhoria da qualidade socioambiental**"; e como **Visão**: "Consolidar sua imagem nacional e internacional como referência em educação, desenvolvimento tecnológico e estudo dos ecossistemas costeiros e oceânicos". (FURG, 2011a, p. 16).

A filosofia e a missão da FURG são reafirmadas pelas comunidades interna e externa ao discutirem a Instituição na conjuntura atual e seu papel na esfera local, regional, nacional e global. A partir disso, delineiam-se as diretrizes que orientam as ações pedagógicas da Instituição (FURG, 2011a, p. 16-17), pautadas por:

- Compromisso com a busca e valorização da qualidade; na construção de um projeto de sociedade comprometido com valores éticos, estéticos e educacionais; na produção e socialização de conhecimentos e de inovação tecnológica, cujos resultados impliquem, de forma ética, a melhoria das condições de vida da população brasileira; a formação comprometida com as questões socioambientais e o desenvolvimento humano, científico e tecnológico; a formação de profissionais com autonomia para administrar seus conhecimentos e saberes e para tomar decisões éticas, solidárias e justas, participando ativamente na sociedade; a consolidação como referência nacional e internacional no ensino, na pesquisa e na extensão; a integração com os diferentes níveis e modalidades de educação; na gestão democrática; a proposição e participação em políticas públicas voltadas às comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade; a busca da participação em diferentes esferas da sociedade e de governo; a integração da ciência e da tecnologia, em relação dialógica com a sociedade; a valorização dos saberes populares para a produção de conhecimentos; a promoção de políticas inclusivas de acesso e permanência dos estudantes; e o planejamento e avaliação como orientadores dos processos educativos e da gestão.

Tais diretrizes, em consonância com a filosofia e vocação da FURG, expressam o papel da Instituição e guiam suas ações e interações com os ecossistemas costeiros e oceânicos, no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, mediante uma gestão de excelência.

3.3 A DIMENSÃO AMBIENTAL NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI 2011-2014

Segundo já descrito no início deste capítulo, o PDI compõe, junto com o PPI, o Planejamento Estratégico da FURG. Estrategicamente, o PDI (FURG, 2021b) exprime os eixos norteadores e os programas institucionais pelos quais as diferentes áreas de

atuação da FURG buscam cumprir a missão, a visão e os objetivos previstos no PPI. O PDI se constitui como um instrumento de planejamento de médio prazo, sendo revisado a cada quatro anos, definindo os Planos de Ação Anuais das unidades acadêmicas e administrativas da universidade.

A inclusão da temática da dimensão ambiental começou a ser inserida nas atividades de Gestão Institucional pelo PDI (FURG, 2011b), objetivo 3 da Gestão Institucional, que tange “desenvolver práticas voltadas a sustentabilidade ambiental” e cujas estratégias são assim nomeadas:

1. Promover o planejamento e ordenamento territorial dos campi; 2. Estabelecer iniciativas de eficiência energética; 3. Promover ações de educação ambiental; 4. Buscar a qualidade ambiental dos campi; 5. Consolidar iniciativas de reciclagem e descarte de resíduos; 6. Desenvolver projetos arquitetônicos voltados à eficiência e qualidade ambiental; 7. Promover a arborização dos campi, priorizando espécies frutíferas e nativas. (FURG, 2011b, p. 27).

Nos programas institucionais 2011/2014, estão contemplados dois programas relacionados à dimensão ambiental:

- Vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/PREC. O Programa de Educação Ambiental com a finalidade de promover a sustentabilidade socioambiental através de ações educativas no âmbito das comunidades interna e externa.
- Vinculado à Pró-Reitoria de Infraestrutura/PROINFRA: Programa de Eficiência Energética e Sustentabilidade com a finalidade de adequar a infraestrutura dos *campi* para uso sustentável de água, eletricidade, descarte de resíduos, paisagismo produtivo e nativo.

Nos outros PDIs de 2015-2018, Eixo X, às p. 53-54 e 2019-2022, Eixo X, às p.55-56, também estão contempladas diretrizes para a Gestão Ambiental.

Frente ao expressado até aqui, passa-se à análise de discurso do Planejamento estratégico da IFES, consoante às questões da presente tese.

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA FURG

A universidade traz o discurso institucional desde sua criação, ratificando sua vocação, filosofia e missão “**voltada ao ecossistema costeiro**”, ao qual se

“reconhece inserida por suas características históricas, culturais e sociais” (FURG, 2011a, p. 18, grifo nosso). Diz que isso

implica enunciar alternativas reais de desenvolvimento harmônico entre sociedade e natureza (...) compreender a complexidade do próprio ecossistema costeiro em todas as suas manifestações, quer sejam de ordem natural, social, cultural, histórica, etc. (FURG, 2011a, p. 18, grifo nosso).

Também afirma priorizar, na formação acadêmica, “*metodologias que destaquem a sensibilidade solidária para com o meio ambiente, do qual se percebe inextricavelmente parte constituidora, determinante e determinada*” assim como, buscar “*um relacionamento predominantemente horizontal entre os diferentes atores sociais, entre esses atores e os recursos naturais, e entre necessidades humanas e bens naturais*”. E que, nessa ótica, fundamenta o “*empreendimento por uma sociedade sustentável*”, posto que “*se compreende imediatamente compromissada com a comunidade*”. (FURG, 2011a, p. 18, grifos nossos).

A narrativa que permeia afirmativamente o planejamento estratégico da instituição (PPI, PPP), demonstra a intenção de construir uma prática de linguagem (ORLANDI, 2009) de conformidade com a relevância e emergência no cenário mundial da temática, dentro das premissas das conferências promovidas pela ONU, em 1972, (Estocolmo/Suécia) e em 1977 (Tbilisi/Geórgia). Nessa última, foram definidos os princípios e objetivos da Educação Ambiental, bem como a importância da EA como elemento para o enfrentamento da crise ambiental.

Não obstante, esse discurso parece contraditório ao referir-se à relação universidade/natureza com as expressões “*harmonia, horizontalidade e solidariedade*”, nos destaques grifados nos parágrafos acima, ao mesmo tempo que, em sua vocação filosófica, acentua a qualidade e a capacidade produtiva dos recursos naturais do ecossistema costeiro para seu uso, ocupação produção do desenvolvimento:

“voltar-se ao ecossistema costeiro implica em *enunciar alternativas reais de desenvolvimento harmônico entre sociedade natureza*” (...), bem como também, ao definir esse ecossistema *destacando como qualidade a elevada*(...) “*capacidade produtiva*” (...) e (...) “*oferta de recursos naturais, facilidade de transporte e acesso pelo meio hídrico*” (...) que tem sido (...) “*ocupada pelo homem*” (...),

assim produzindo desenvolvimento. E, nesse sentido, entende ser(...) “imperativo” (...) o estudo e formação de profissionais que nele atuem através de um enfoque multidisciplinar integrado” (...) das várias ciências do conhecimento. (FURG, 2011a, p. 4, grifos nossos).

Dizendo isso, apesar de reconhecer, valorizar e ratificar a capacidade produtiva e uso destas áreas para o desenvolvimento “harmônico” da sociedade/natureza e apenas referir a essencialidade do “estudo e formação de profissionais que nele atuem de forma interdisciplinar” (FURG, 2011a, p. 6), a FURG, em nome do desenvolvimento, se aliou à estruturação do Polo Naval, configurada sob o paradigma da acumulação flexível e cujas características intrínsecas da atividade são: a produção sob encomenda, de acordo com D’Avila e Bridi (2018). Por essa via, inúmeros profissionais foram preparados pela FURG (FURG, 2019) para servir de mão de obra a esse novo empreendimento, no qual, o empregador tinha a liberdade de contratar e demitir trabalhadores.

Na mesma linha de pensamento, traz-se o exemplo da promoção de eventos²⁵ de apoio ao Programa do Polo Naval, nos quais, pouco ou nada se encontravam contempladas a avaliação ou a prevenção aos riscos e impactos negativos no tocante à comunidade do entorno, como o que ocorreu com pescadores artesanais, que foram proibidos de pescar em áreas de pesca as quais, historicamente, sempre foram a fonte de sua subsistência, simplesmente sem haver um debate adequado com a comunidade envolvida. (SANTOS; ARAÚJO; MACHADO, 2013).

No que diz respeito ao empreendimento do Polo Naval, após gerar em torno de 20 mil empregos, quando a crise de 2015 se estabeleceu, os trabalhadores sentiram o atraso de salários e a piora nas condições de trabalho, até seu término definitivo em dezembro de 2016.

À vista disso, sobreleva-se que não se trata de questionar o desenvolvimento e o progresso que trazem oportunidades de trabalho e qualidade de vida aos cidadãos em uma comunidade, mas interrogar-se quanto ao verdadeiro propósito do uso da ciência e da tecnologia que a parceria com a universidade propiciou. No caso das pesquisas e da formação de sujeitos que serão coadjuvantes de um desenvolvimento

²⁵ Com o objetivo de viabilizar novas oportunidades, a Universidade Federal do Rio Grande organizou a Conferência Internacional em Tecnologia Naval e Offshore (NAVTEC), um evento científico de caráter científico que visava aproximar Universidade e Indústria, ela aconteceu concomitante com a Feira do Polo Naval/RS. Entre os vários eventos que constituem o NAVTEC 2014, estão Simpósios e *Workshops*, o evento ocorreu na cidade de Rio Grande/RS, de 11 a 14 de março de 2014, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. (NAVTEC, 2014).

e progresso predador que invade, contamina e impacta o meio ambiente, causa desemprego, miséria e injustiça social com objetivo de investimentos e lucro puro e simples, sem planejamento, sem buscar alternativas mais sustentáveis que também incluam o bem-estar das comunidades em situação de vulnerabilidade.

A questão é sobre qual é noção de sustentabilidade se está falando: Formar profissionais para quais finalidades? Para quem? Para defender e proteger o ecossistema costeiro e oceânico de usos indevidos que causam impactos sociais, econômicos e ambientais negativos? Ou para qualificar sua utilização para maior investimento e lucro?

A visão de sustentabilidade que transparece a partir do discurso estabelecido nos documentos institucionais e das contradições acima descritas direciona, no ponto de vista de Foladori (2005), a uma Sustentabilidade Tecnocentrista, que privilegia a tecnologia e a ciência para servir à produção que coisifica os sujeitos e a natureza.

Esse pensar sustentável não se posiciona contra ao modelo hegemônico, já que está aliado às tendências intrínsecas das relações capitalistas com a natureza, como recurso a ser explorado e aos processos produtivos que aspiram alimentar o mercado, sem preocupação com o aumento das diferenças socioeconômicas entre as comunidades e o seu deslocamento para outras áreas geográficas.

Em termos de qual educação ambiental, que desde a noção de sustentabilidade da instituição se estabelece no meio ambiente da comunidade universitária, encontra-se uma concepção conceitual pragmática (LAYRARGUES, 2012), na qual os fins justificam os meios. Busca realizar uma mediação institucional e pedagógica voltada à mudança comportamental focada na questão da resolução dos problemas.

A análise do discurso dos documentos institucionais, se confrontada com as ações acima citadas, não evidencia o comprometimento com uma “relação horizontal entre diferentes atores sociais, entre esses atores e os recursos naturais, e entre necessidades humanas e bens naturais” (FURG, 2011a, p. 4). Na prática, volta-se à formação de profissionais para o mercado neodesenvolvimentista, cujo objetivo é o progresso e o desenvolvimento imediatista e a qualquer custo, do lucro pelo lucro.

A partir disso, na seção seguinte, expõe-se e analisa-se a demanda a que foi submetida à FURG, na qual aprofunda-se a reflexão e discussão do estudo proposto na presente Tese.

CAPÍTULO 4 – O CASO DO EMBARGO DAS OBRAS DO CAMPUS CARREIROS/FURG: CONTEXTO HISTÓRICO E AMBIENTAL

Este capítulo discorre e reflete o caso do embargo, a partir da primeira intimação dos órgãos ambientais, em março de 2013, da contestação da universidade e dos desdobramentos do Processo Administrativo Ambiental: a assinatura do Termo de Compromisso Ambiental (TCA), o levantamento do embargo, ademais de aspectos da Política Ambiental (PA) implantada no início em 2014. Logo, foram utilizados textos e quadros objetivando descrever as manifestações das partes envolvidas cronologicamente. Por fim, discute o discurso desvelado das visões e conceitos que fundamentam a pesquisa e tese.

4.1 O EMBARGO DAS OBRAS DO CAMPUS CARREIROS: PROCESSO ADMINISTRATIVO PRM/RG/RS Nº 1.29.006.000078/2013-23

O embargo das obras de ampliação da infraestrutura do Campus Carreiros/FURG se deu por um processo administrativo que tramitou no Ministério Público Federal (MPF/RG) e no IBAMA, tendo migrado para o SEI.IBAMA²⁶ em 23 de agosto de 2019.

Para fins de compreensão do contexto aqui exposto e analisado, salienta-se que os dois processos contêm algumas informações que se complementam e que a migração para o SEI.IBAMA ocorreu posterior à finalização da demanda administrativa²⁷. Sendo assim, foram identificados como Doc. A e Doc. SEI, respectivamente, para facilitar a compreensão ao citá-los, analisá-los e discutir os encaminhamentos durante o processo.

Os documentos se apresentam como: ofícios, notificações, guias e comprovantes de pagamentos de multas, o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), as Licenças de Operação e de Instalação e Ampliação, o Desembargo, entre outros

²⁶ <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>. Cod verificador 5779792. Cód. CRC 898E. O **SEI** é um *software* de gestão administrativa com acesso em tempo real, desenvolvido pelo TRF da 4ª Região e cedido sem ônus para o governo federal. No Ministério da Infraestrutura, o sistema interliga todos os setores que trabalham com processos. Também permite a assinatura eletrônica. Uma das vantagens, para ganho de tempo, é possibilitar a assinatura eletrônica em documentos, mesmo à distância, por exemplo, em viagens ou reuniões. Disponível em: <https://canaldoservidor.infraestrutura.gov.br/sei.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

²⁷ Despacho nº 02023.000646/2013-87, IBAMA, informa a migração do processo para o SEI em 23 de agosto de 2019.

desdobramentos do processo que manteve a paralização das obras de ampliação do Campus durante três meses, em 2013. Selecionaram-se, para o presente estudo, as manifestações da FURG, através da sua gestão administrativa, como agente discursivo atuando no processo, justificando suas ações ou omissões que levaram a importantes desdobramentos na história da FURG e que motivaram a questão/problema, objetivos da presente pesquisa e tese.

A apresentação do processo e documentos que o compõem foi organizada em quadros (1 a 6), intentando uma linha de tempo, na qual, as questões objeto do estudo se desenvolveram e os agentes públicos (representantes da PRM, IBAMA, FEPAM e FURG) se movimentaram entre a burocracia/prática jurídico processual, como órgão fiscalizador embargante e instituição embargada.

Os quadros foram elaborados registrando a data, nº documento, assunto e os agentes públicos envolvidos, pretendendo colocá-los de maneira a possibilitar a leitura dialogada (ação e contestação) entre as partes. Os agentes foram nomeados pela sigla do órgão que representam, à medida que apareciam no processo.

Partindo da descrição dos encaminhamentos por ordem cronológica, analisaram-se os discursos dos representantes da IFES, conforme as questões e objetivos; os sujeitos do discurso (ORLANDI, 2009, 2012) trazem para o debate representações individuais sobre si mesmos, do interlocutor e do assunto abordado e que correspondem, a uma formação discursiva.

Ao final de cada descrição teceram-se as considerações críticas, amparadas na análise de discurso, considerando as visões de Sustentabilidade Tecnocentrista, Ecocentrista, Humanista/Classista (FOLADORI, 2005) e as perspectivas das macrotendências políticopedagógicas de educação ambiental conservadora, pragmática e crítica (LAYRARGUES, 2012), categorias eleitas para a reflexão e discussão acerca da sustentabilidade, do desenvolvimento e sua relação com a universidade e desta com a sociedade.

4.2 DESCRREVENDO O ANDAMENTO DO PROCESSO E O DISCURSO DA DEFESA

O início do processo se deu quando, em 20 de março de 2013, a Procuradoria da República no Município de Rio Grande (PRM/RG) enviou ofícios ao ESREG/IBAMA – RG e à Reitoria da FURG solicitando, ao primeiro, “verificar irregularidade ambiental nas obras no Campus Carreiros/FURG, notadamente às passíveis de gerar impacto

em APPs, adotando medidas cabíveis e dando retorno em 10 dias”. E, à Reitoria da FURG: “no prazo de 10 dias discriminar obras concluídas e em curso de 2012 e 2013, acompanhadas das correspondentes licenças ambientais” (Quadro 1). Sem receber o devido retorno, a PRM/RG reiterou o ofício 527/2013, em maio de 2013, para a Reitoria da FURG.

Quadro 1

Data	IBAMA/FEPAM	FURG
<u>20/03/2013</u> fls 5-7 Doc. A	Ofício SETCOL/PRM/RG/RS nº528/2013 De: PGR Anelise Becker Para: Vinicius Benoit Chefe Regional do IBAMA/RG Assunto: Verificar irregularidade ambiental nas obras no Campus Carreiros/FURG, notadamente às passíveis de gerar impacto em APPs, adotando medidas cabíveis e dando retorno em 10 dias. Recebido em 25/03	
<u>20/03/2013</u> fls 1 SEI	Ofício SETCOL/PRM/RG/RS Nº527/2013 De: PGR Anelise Becker Para: Reitoria FURG Assunto: Prazo de 10 dias para discriminar obras concluídas e em curso de 2012 e 2013, acompanhadas dos correspondentes licencias ambientais.	
<u>20/05/2013</u> fls 2 SEI	Ofício SETCOL/PRM/RG/RS Nº763/2013 De: PGR Anelise Becker Para: Reitoria FURG Assunto: reiteração do ofício 527/2013	

Fonte: O autor, com base nos ofícios.

Somente em junho o IBAMA, a FEPAM e a FURG começaram a se movimentar sobre a solicitação do MPF (Ministério Público Federal), como se pode acompanhar pelo descrito nos documentos do Quadro 2, dando início ao processo administrativo que culminou com o Embargo das Obras (17 de junho de 2013), até a assinatura do Termo de Compromisso Ambiental e consequente desembargo das obras.

Quadro 2

Data	PGR/IBAMA/FEPAM	FURG
<u>12/06/2013</u> fls. 4-10		Ofício 206/2013 De: GAB/FURG Para: Anelise Becker Assunto: Defesa da FURG

<p>17/06 /2013 15h09min</p> <p>fls2DocA fls12DocSEI</p>	<p>Notificação 663333 A De: José Luiz Maria Analista Ambiental IBAMA/RS Para: FURG Ocorrência: Comprovar em 90d, apresentação de plano de regularidade Ambiental, com adequação e mitigação das obras de expansão do Campus (edificação, vias de acesso e de circulação), junto ao órgão ambiental licenciado, ou outro instrumento jurídico equivalente, sob pena de incorrer no artigo 80 do decreto federal 6514/2008²⁸.</p>	
<p>17/06 /2013 Hora: 15h15min</p> <p>fls.4Doc A fls.15DocSEI fls.16DocSEI</p>	<p>Termo de Apreensão/Depósito Not. 663333 B De: José Luiz Maria Analista Ambiental IBAMA/RS Para: FURG Descrição dos produtos ou petrechos apreendidos: Fica embargada a via de acesso secundário que liga o Campus da FURG a estrada Roberto Socoowski, até a sua regularização ambiental perante o órgão licenciador competente. Com especial atenção a necessidade de adoção de medidas de adequação da via, considerando a possibilidade de ser reavaliada a <i>intercomunicação</i> entre as duas porções do banhado cortado pela estrada, e mitigando os demais impactos.</p>	
<p>17/06/2013 Hora: 15h20min</p> <p>fls.3 Doc.A fls.14 DocSEI fls13DocSEI</p>	<p>Termo de Apreensão/Depósito 663333 B De: José Luiz Maria Analista Ambiental IBAMA/RS Para: FURG Descrição dos produtos ou petrechos apreendidos: Ficam embargadas as obras inacabadas de expansão do Campus da FURG até a sua regularização ambiental perante o órgão licenciador competente.</p>	
<p>18/06/2013 fls.8-11 Doc A</p>	<p>Relatório de fiscalização da FURG Equipe: Vinicius Otavio Benoit Costa e Auro Neubauer (Analistas Ambientais/ IBAMA/RS) Descrição do fato: Foi constatada a total paralisação das obras. Fotos em anexo.</p>	
<p>19/06/2013</p> <p>fls.23 Doc.SEI</p>	<p>Of. FEPAM/DISA/6058/2013 De: Rosaura Heurich Bióloga Chefe do Serviço de Esgotamento Sanitário SES/DISA/FEPAM Para: Reitoria FURG Assunto: Denúncias recebidas pela FEPAM, que após vistoria constatou que as obras não possuíam licenciamento ambiental. Prazo de 60 dias para se manifestar: apresentar estudos para a regularização LI, e a proposta de medidas</p>	

²⁸ Dec 6514/08 Art. 80. Deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental:

	compensatórias pelos danos causados e pelas atividades sem licenciamento.	
19/06/2013 fls.1 Doc A	Solicitação de Abertura de Processo: 000649/2013 De: NUCOF/IBAMA Analista Ambiental Daniela Gelain Para: Chefe do COAD Assunto: Solicita abertura de processo referente as notificações 663333.	

Fonte: O autor, com base nos ofícios.

No ofício em que encaminhou sua defesa, a FURG alegou que “historicamente tem sido considerada pelo Poder Público Municipal, em razão do domínio nas diversas áreas do conhecimento, como uma instituição com capacidade de auto regulação”. Assim, anexou²⁹ uma declaração de isenção de licenciamento emitida pela Secretaria do Meio Ambiente do Município, notabilizando o fato de o Campus Carreiros ser classificado como uma Unidade Funcional (AF08-AF1) com regulação própria no Plano Diretor Municipal (1986, 2008).

Enfatizou, também, que a implantação do Campus se deu a partir da consolidação física de um polo tecnológico que se vinculou ao Projeto Atlântico, anterior à Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal 6938/81), na qual o licenciamento se tornou um de seus instrumentos de concessão, e que a referida norma jurídica não explicitava quais empreendimentos seriam considerados potencialmente poluidores. Determinação essa que passa a ser esclarecida com a resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), 0001/1986. Portanto, uma vez que a Resolução do CONAMA (237/97 – anexos § 1º) não contemplou os *campi* universitários como entidades sujeitas ao licenciamento, tais documentos regulatórios, *por algum tempo*, (grifo nosso) trariam o entendimento de que eventuais ampliações a serem realizadas neste Campus já eram existentes à época do início das obras, e, conseqüentemente, estariam dispensadas destes trâmites.

Ao mesmo tempo, igualmente como justificativa, referiu que, embora não tivesse requerido os licenciamentos ao órgão ambiental competente, havia encaminhado diversas ações em prol da responsabilidade socioambiental, desde a instalação do Campus, na busca da reconstituição da cobertura vegetal, restabelecimento dos níveis de água do lençol freático, levando à consolidação de áreas com ecossistemas nativos de grandeza e biodiversidade.

²⁹ Documento não foi encontrado junto ao processo que nos foi disponibilizado pelo IBAMA.

Alegou, também, que o Plano Diretor FURG/82 (PD-FURG)³⁰ (Cit. p. 5 doc. SEI) iniciou a demarcação de algumas APPs a fim de garantir uma ocupação socioambientalmente responsável no futuro e, com o início das tratativas do REUNI em 2006, promoveu a contratação de arquitetos-urbanistas para qualificar o PD-FURG/82 no processo de atualização do Plano de Desenvolvimento Espacial da Universidade (Portaria 674/2008).

Por fim, destacou a criação da Comissão temporária de Gestão Ambiental – CGTA (07 de junho de 2011) para demonstrar a disposição da FURG em obter a regularização ambiental formal do Campus Carreiros.

No entanto, em 17 de junho de 2013, o IBAMA, por meio de uma vistoria técnica, constatou as irregularidades ambientais nas obras do Campus Carreiros e enviou três notificações à FURG. Na primeira, oficiou a instituição a apresentar em 90 dias o Plano de Regularidade Ambiental, com adequação e mitigação das obras, e na 2ª e 3ª as embargou, segundo os documentos de nº 66.3333 A e B, sobrelevando “especial atenção à necessidade de adoção de medidas de adequação da via de acesso secundário que liga o Campus da FURG a estrada Roberto Socoowski, considerando a possibilidade de ser reavaliada a *intercomunicação* entre as duas porções do banhado cortado pela estrada, e mitigando os demais impactos”.

O Quadro 3 traz as manifestações da FURG solicitando ao IBAMA uma reavaliação do embargo, sob o argumento de que “a Universidade possui diversos contratos com características diferenciadas, em diversos estágios de andamento, não sendo os mesmos em sua totalidade caracterizados como expansão” e, ato contínuo em 20 de junho, requer abertura de processo administrativo para o Licenciamento Ambiental, para o qual apresenta o pagamento da taxa de Licença de Operação (LO) junto à FEPAM.

Em 25 de junho, a FURG solicitou a reconsideração do embargo e encaminhou o protocolo do processo de regularização ambiental do Campus Carreiros FURG, junto à FEPAM, apresentando os estudos iniciais para a demarcação das APPs no Campus Carreiros/FURG. Juntamente com o mapeamento das obras de expansão contratadas, buscou mostrar o baixo grau de conflito com a APP de cada intervenção. Frisou, entretanto, o impacto negativo, com prejuízos irreversíveis ao REUNI, às empresas contratadas e aos trabalhadores da construção civil e que os estudos para

³⁰ Tive acesso a esse documento ao final da elaboração do relatório, com a arquiteta Rita Veiga.

o licenciamento ambiental já estariam em processo de elaboração no momento do embargo no âmbito da comissão³¹ para a Gestão Ambiental nomeada pela portaria 1503/2013. Citam 13 itens, nas fls. 30/31, que justificam como a busca de uma atuação socioambientalmente sustentável. Em 27 de junho, dois dias depois da solicitação da reconsideração do embargo, a FEPAM notificou a FURG por outro ato de infração efetuado em 16 de maio de 2013 “danificar vegetação natural e utilizá-la com infringência das normas de proteção em área considerada de preservação permanente APP”.

Quadro 3

Data	PGR/IBAMA/FEPAM	FURG
19/06/2013 fls.17 Doc. SEI		Ofício218/2013. Gab. FURG, Solicita reavaliação do embargo
20/06/2013 fls. 20; fls 48-49 Doc.SEI –		Ofício 220/2013 De: REITORA FURG Para: Nilvo Silva Presidente FEPAM Assunto: Requerimento de Abertura de P.A. – Licenciamento Ambiental
20/06/2013 fls.21-22 Doc.SEI		Boleto pagto taxa LO De: FURG Para: FEPAM Valor: 228.996,00
25/06/2013 fls 29-33 Doc.SEI		Ofício: 224/2013/ Gab.FURG Assunto: Solicita reconsideração do embargo, da notificação. Atendido e 05/07. Quadro 4.
27/06/2013 fls24-28 Doc.SEI	Of FEPAM Nº 6057/2013 PROCESSO 8209-05.67/13-1 Para: REITORIA/FURG Assunto: Auto de infração nº 799/2013 FEPAM/SES Infração: Danificar vegetação natural e utilizá-la com infringência das normas de proteção em área considerada de preservação permanente APP. Data da constatação:16/05/2013. Dispositivo legal: art 99 da lei estadual 11520 (03.06/2000), art 43 do dec. Federal 6514 (22.07.08) que regulamenta a Lei Federal 9605 de 12.02.98, alterada pelo dec. 6686 de 10.12.2008	

Fonte: O autor, com base nos ofícios.

³¹ Sobre a Gestão ambiental na FURG, apresentar-se-á um capítulo específico.

No Quadro 4, há uma movimentação entre as partes do processo e, após a realização de uma vistoria em 05 de julho, nas obras embargadas, algumas foram liberadas, em função do reconhecimento (alegações do ofício 224/2013/Gab. FURG) de que tais obras não se enquadrariam como expansão. Contudo, sobre as demais obras elencadas, o IBAMA julgou que demandariam uma análise mais profunda e pediu outra análise que as pontuassem com as respectivas justificativas.

Quadro 4

DATA/Doc.	IBAMA/FEPAM	FURG
<u>01/07/2013</u> fls 12 Doc. A	OF.02023.001211/2013-50 GABIN/IBAMA De: Mauricio Vieira de Souza Superintendente Substituto do IBAMA Para: Nilvo Luis Alves da Silva Presidente da FEPAM Assunto: Informa que foi realizada vistoria no Campus FURG, e encaminha o Processo de Embargo iniciado pela PGR após tomadas as medidas cautelares cabíveis para que ao FEPAM adote as providencias administrativas conforme a legislação vigente	
<u>03/07/2013</u> fls 34 Doc. SEI	Of. 1089/2013 De: Anelise Becker PR/Rio Grande Para: Reitoria FURG Assunto: Comunica vistoria na FURG, no dia 04	
<u>05/07/12</u> fls 35 Doc. SEI	De: IBAMA , Mauricio Vieira de Souza Para: Reitoria FURG Assunto: Resposta ao Ofício224-2013 de 25/06 Quadro 3 o qual solicita o desembargo de determinadas obras. Libera algumas por não implicarem em impactos ambientais e/ou por já estarem concluídas a parte referente a construção. Para sua finalização restam apenas a instalação de redes.	

Fonte: O autor, com base nos ofícios.

No Quadro 5, a FURG, em 12 de julho, solicitou à FEPAM firmar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA) como maneira de promover a compensação de impactos ambientais e garantir que a regularização ambiental ocorresse na forma do processo de melhoria contínua, sem prejuízos da realização das atividades de expansão da FURG e da função social da universidade. Na justificativa, mencionou que o Campus Carreiros se compõe em uma “ilha de biodiversidade, frente ao

momento de grande expansão urbana da cidade do Rio Grande”; que os estudos ambientais realizados para a abertura do processo de licenciamento evidenciaram que os impactos detectados no auto de infração são passíveis de compensação, mitigação e recuperação, corrigindo, desse modo, os erros cometidos; que as obras estavam paralisadas desde o embargo o que poderia acarretar prejuízos à realização das atividades de ensino pesquisa e extensão para o próximo ano letivo, no mês de setembro de 2013.

Na mesma data, junto à ATA de reunião na qual participaram representantes da FURG/IBAMA/FEPAM, está registrado: “a FURG informa que o MPF não pactua com Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e sugere um Termo de Compromisso Ambiental (TCA). Requer juntada ao processo de uma relação de todas as obras (em andamento ou não iniciadas, com descrição do estágio de implantação e identificação de conflitos existentes)”.

O IBAMA levantou, parcialmente, o embargo (documento está juntado ao processo), porém, informou que seria totalmente levantado a contar da emissão de uma licença que garantisse a regularização ou outro documento equivalente.

Além disso, disse ser necessária a definição de obra concluída e obra inacabada para tratamento e análise adequada de cada uma, bem como a avaliação de quais seriam contemplados pela LO e pela LI de alteração. Finalmente, a FEPAM manifestou que avaliaria a proposição de TCA, a partir da entrega de minuta do mesmo por parte da FURG, assim como, apreciaria a proposta de formulário para requerimento de LI.

Em 18 de julho de 2013³², a Reitoria da FURG solicitou ao IBAMA outro desembargo parcial das obras não liberadas na última solicitação (05 de julho de 2013), justificando que já teria protocolado a solicitação da LO, elaborado e apresentado a minuta de Termo de Compromisso Ambiental requerida e realizado todos os estudos ambientais exigidos para este procedimento legal.

Na mesma solicitação, contrapôs que, na autuação (799/2013) pela supressão de vegetação nativa em APP, apesar de qualificada como médio o impacto causado, não foi requerido qualquer embargo nas obras e que, após duas reuniões técnicas com a FEPAM, estaria cumprindo rigorosamente as etapas no sentido de regularizar o andamento das obras; que, em função das reuniões técnicas com a FEPAM (04 e

³² Ofício 263/2013 fls. 38-40 SEI, 12/07/2013 fls 43-47 SEI. Ata da reunião FEPAM/FURG.

12 de julho), ficou claro o encaminhamento dessa regularização ambiental; que realizou estudos ambientais pedidos para a solicitação de LO e criou um Plano de Regularização Ambiental, incluindo gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil. Que formou novas áreas de banhados e/ou lagos; determinou Áreas de Preservação Integral (APIs), erradicou os *Pinnus* e outras espécies exóticas, o plantio de espécies nativas suprimidas e elaborou a proposta de adequação do projeto para as obras em andamento que configuram conflitos com APPs (via de acesso ao CENTECO, a construção do Prédio 5 e a via de acesso no OCEANTEC).

Outrossim, arguiu que fez a minuta do TCA para promover a regularização ambiental das obras objeto da demanda no contexto do auto de infração FEPAM 799/2013 e notificação do embargo IBAMA 663333. E que, dessa forma, estariam atendidos todos os condicionantes do auto de infração FEPAM 799/2013.

Em tempo, a FURG expressou que, mediante todos os direcionamentos, o “Processo de regularização ambiental corre a pleno dentro do escopo de competência da FEPAM e contando com o intenso empenho tanto da administração como da Equipe técnica da FURG” e reafirmou o carecimento de desembargo parcial, haja vista o resultado dos estudos ambientais realizados e, reforçou os prejuízos sociais que a paralização das obras estaria trazendo à comunidade e ao compromisso firmado com o PROJETO REUNI.

No caso, a solicitação de desembargo dizia respeito às obras que são as vias de acesso ao CENTECO, ao OCEANTEC e à construção do Prédio 5, os quais terão seus projetos alterados no sentido da proteção de áreas ambientalmente frágeis.

Quadro 5

<u>12/07/2013</u> fls 36/37 Doc. SEI	Of. 257-2013 De: Reitoria FURG Para: FEPAM Nilvo Silva Assunto: Solicita firmar o Termo de Compromisso Ambiental TCA.
<u>12/07/2013</u> fls 50- 51Doc.SEI	ATA REUNIÃO FEPAM/FURG FURG: Claudio Medina/Rita Veiga/Lucia Anelo/ Danilo FEPAM: Rafael Volquind; Marcia Ferrugem; Rafaela Castro. Assunto: Vistoria técnica foi realizada no mesmo dia. Continuação da reunião 02/07/2013.
<u>18.07.2013</u>	Of. 263/2013 De: Reitoria FURG

fls.45-47 Doc. SEI		Para: IBAMA João Pessoa Riograndense Moreira Jr Superintendente Assunto: Solicitação de desembargo parcial, salientando reuniões realizadas com a FEPAM.
<u>23/07/2013</u> fls. 13 a 24 Doc A fls.55 Doc.SEI	Of.02023.001311/2013-86. GABIN/IBAMA De: João Pessoa Riograndense Moreira Jr. Superintendente do IBAMA Para: FEPAM Nilvo Luis Alves da Silva Presidente Assunto: Solicita que informe se a documentação apresentada pela FURG é hábil a regularizar a obra e suspender o embargo.	
<u>29/07/2013</u> Fls.52, 53, 54 Doc. SEI		PAD nº 7956-0567/13-2 De: Reitoria FURG Para: FEPAM Assunto: Requerimento de juntada de três itens: Minuta do TCA, Mapa de estágio das obras e apresentação de medidas propostas.

Fonte: O autor, com base nos ofícios.

O Quadro 6 apresenta o cenário processual de final de agosto e início de setembro de 2013, com os movimentos que antecederam o desembargo das obras do Campus.

A FURG reiterou a justificativa do Of. 263/2013 de 18 de julho, qual seja o auto de infração 799/2013 (04 de julho de 2013), cujo impacto causado pela supressão de vegetação nativa em APP foi qualificado como médio, não tendo sido solicitado qualquer embargo de obras em andamento ou concluídas naquele momento. Ainda recordou que, com a juntada dos documentos: solicitação de LO, e a minuta de TCA, estaria levando em conta suas responsabilidades ambientais, tendo assumido as ações dos compromissos estabelecidos.

Certificou a necessidade de suspensão do embargo, posto os severos prejuízos sociais causados pela paralisação das obras: as demandas jurídicas por parte das empresas contratadas e dos diversos trabalhadores que no momento estavam desempregados; sublinhou que a ampliação das vagas na universidade demanda o atendimento de assistência estudantil, tais como: casa de estudante, laboratórios de

ensino, salas de aula, restaurante universitário e espaços administrativos. E, que tais espaços ficaram comprometidos pela situação do embargo ao longo dos 71 dias.

Na sequência, o TCA foi assinado em 12 de setembro de 2013 e o desembargo das obras do Campus Carreiros/FURG ocorreu em 16 de setembro, quatro dias depois, oficializando a regularização das obras de expansão no Campus Carreiros e implementação das medidas compensatórias pelos danos causados.

Após o desembargo, seguiram os procedimentos legais das obras e, em 22 de setembro de 2014, manifestou interesse em realizar termo aditivo ao TCA³³ referente aos PA 10848-567/13-3 e auto de infração 1513-2013.

Quadro 6

DATA/Doc.	PGR/ IBAMA FEPAM	FURG
27/08/2013 fls.58-59 Doc. SEI)		Of. 308-2013/REITORIA FURG Para: João Pessoa Riograndense Moreira Jr Superintendente do IBAMA Assunto: Situação informação sobre atual do embargo e documentos juntados à FEPAM.
29/08/2013 fls 14 Doc A fls.57Doc.SEI/	Of.02023.001541/2013-45.GABIN/IBAMA De: João Pessoa Riograndense Moreira Jr Superintendente do IBAMA Para: Nilvo Luis Alves da Silva Presidente da FEPAM Assunto: Solicita informações sobre a assinatura do Termo de Compromisso Ambiental para levantar o embargo. Informa que para o desembargo deve haver a assinatura do TCA.	
12/09/2013 fls.15-24 Doc. A Fls. 61 a 70 Doc. SEI	PAD nº 008209-05.67/13-1 Termo de Compromisso Ambiental FEPAM/FURG Para regularização do Campus e implementação de medidas compensatórias pelos danos causados pelas atividades sem licenciamento ambiental. A assinatura não isenta a FURG de providencias a solicitação do licenciamento ambiental dos futuros exercícios.	
16/09/2013 fls.29-30	IBAMA: Consulta sobre desembargo Resposta: Informa desembargo em 16 de setembro de 2013 em atendimento à	

³³ Of. 428/2014 GAB/FURG. fls. 105 (doc. SEI).

Doc A	notificação nº 663333 com a assinatura do TCA nº 05/2013 entre FEPAM e FURG contido na nota técnica nº2024	
17/09/2013 Fls.60 Doc.SEI	Of. 02023001623/2013-90 Gab. IBAMA Para: REITORIA Assunto: Comunicação do desembargo das obras	

Fonte: O autor, com base nos escritórios.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EMBARGO DAS OBRAS DO CAMPUS CARREIROS

O embargo das obras ocorreu em 17 de junho, quando o IBAMA fez uma vistoria, encontrando irregularidades na via de acesso secundário que liga o Campus da FURG à estrada Roberto Socoowski, cujos impactos teriam que ser mitigados. Na mesma ocasião, a universidade foi oficiada a apresentar, em 90 dias, o plano de regularidade Ambiental, com adequação e mitigação das obras.

No entanto, desde março de 2013, a PGR, vinha notificando a Instituição, para que se manifestasse sobre o assunto, conforme of. 527/2013 de 20 de março e 763/2013 de 20 de maio. Todavia, somente em 12 de junho foi entregue a manifestação de defesa da FURG.

Questiona-se: Tratando-se de uma pendência devida aos órgãos ambientais, por que não foram tomadas medidas como, um retorno imediato desde a primeira intimação? Ou ainda, por que não providenciar imediatamente as licenças devidas?

Os argumentos de defesa que constam do PAD em análise trazem uma formação discursiva que, além de desviar o foco da conduta geradora originária do embargo, porquanto a intervenção na natureza sem o adequado licenciamento ambiental contradiz o discurso de Instituição de *dominar diversas áreas do conhecimento*.

Minimamente, o entendimento de “ser detentor de amplo conhecimento”, implicaria a noção de tomar medidas preventivas, ou ainda, no caso de uma intimação, usar os canais oficiais e resolver “de pronto” a questão. No caso, significa que, apesar de ter o conhecimento alegado, assumiu o risco por possíveis ações impactantes, pensando na futura possibilidade de compensação. Por isso, pergunta-se: dado que havia o conhecimento da existência de APPs, posto a contratação de especialistas na área para qualificar o Plano Diretor e a formação de uma comissão para dar início ao

processo de gestão ambiental da universidade, por que não foi realizada uma consulta sobre a necessidade de licenciamento ao IBAMA, órgão federal regulador na área ambiental?

Nesse viés, a IES pareceu ignorar convenientemente que, sendo uma Instituição Federal, sempre estaria submetida à regulação de órgãos federais e não estaduais ou municipais, sendo assim, uma licença municipal não caberia como salvaguarda de seus direitos/deveres.

No andamento ao processo, solicitou reavaliação do embargo e depois sua reconsideração, concomitantemente em que deu início ao processo de licenciamento, apresentando os estudos iniciais para a demarcação das APPs, procurando demonstrar o baixo grau de conflito em cada obra contratada. Não obstante, alegou o impacto negativo e prejuízos irreversíveis ao REUNI, às empresas contratadas e aos trabalhadores da construção civil, desconsiderando os danos e impactos já causados ao meio ambiente a partir das intervenções já executadas. Dessa maneira, continuamente, permaneceu usando em sua defesa um discurso contrário à harmonia, solidariedade, horizontalidade e pertencimento ao meio natural, declarados reiteradamente na sua estratégia de gestão.

No Quadro 5, observa-se que, não tendo atendidas suas reivindicações de reavaliação e reconsideração de embargo e, já tendo encaminhado o processo de licenciamento, 26 dias após, a FURG solicitou firmar o Compromisso de Compensação Ambiental (TCA), reconhecendo a infração cometida na “ilha de biodiversidade, frente ao momento de grande expansão urbana da cidade do Rio Grande”, qualidade que invoca ser, no ofício reivindicatório. Mas se mantém afirmando que os danos e impactos causados são passíveis de compensação, mitigação e recuperação e ressaltando que a continuidade da interdição poderia acarretar prejuízos à realização das atividades de ensino pesquisa e extensão para o próximo ano letivo, no mês de setembro de 2013.

Prosseguiu nas manifestações no processo com as tentativas de levantamento do embargo, alegando os mesmos motivos de prejuízo relacionado à continuidade do compromisso com o REUNI, com as empresas contratadas, o término das obras, a comprovação do cumprimento dos encaminhamentos legais e exigências do órgão ambiental como acima já registrado. Até que, em 17 de setembro, finalmente foi assinado o Termo de Compromisso Ambiental, a partir do qual levantou-se o

impedimento com o prosseguimento das obras de reestruturação do Campus Carreiros.

Fica configurada, por conseguinte, a visão da Gestão Administrativa da instituição, com relativa relevância dada aos prejuízos sociais à sociedade /universidade/desenvolvimento, em detrimento aos danos ambientais avaliados pelos órgãos ambientais. De conformidade com seu argumento de defesa no processo³⁴:

os estudos ambientais realizados para abertura do processo de licenciamento demonstraram que os impactos causados são passíveis de compensação, mitigação e recuperação, corrigindo os erros cometidos; que a paralização das obras certamente prejudicarão a realização das atividades fim da universidade que se iniciam em setembro/2013. (PAD, 2013, p. 36).

Dito isso, estabeleceu o crédito em possíveis e futuras medidas alternativas, mitigadoras para resolução dos conflitos ambientais, identificando-se a visão tecnocentrista de sustentabilidade, subestimando os impactos de pequeno e médio grau aos quais sujeitaram o meio ambiente envolvido. Paralelamente, demonstrou a tendência pragmática no campo da Educação Ambiental objetificando a natureza do entorno do Campus, a considerando como um objeto sujeito às suas necessidades de ampliação e qualificação, não respeitando as APPs envolvidas.

Não se percebeu nas manifestações da defesa o sentido socioambiental ratificado amplamente no discurso institucional, assim como, também, não há horizontalidade entre o meio ambiente natural, o construído e a comunidade. No fato concreto, a tecnologia, a sustentabilidade e o desenvolvimento são conciliados em nome da necessidade da qualificação da estrutura material para atender as necessidades da sociedade quanto à formação de mão de obra diante do desenvolvimento do polo aval e urbano da e na cidade.

Na análise das ações práticas da IFES, com relação ao embargo, reforçou-se o posicionamento em não questionar a importância do desenvolvimento, do uso de tecnologia, da qualificação e ampliação dos espaços para o bem-estar e qualidade de vida da população. Por seu turno, foi valorizada a forma como tal (qualificação, bem-estar etc.) ocorreu e ocorre: via desenvolvimento econômico, que não considera o devido cuidado com a natureza. A reflexão crítica neste estudo é sobre a maneira

³⁴ Ofício 257/2013. De 12/07/2013. p. 36-37 PAD.

como a tecnologia transforma o ser humano em sujeitos que veem a natureza “apenas como possibilidade de negócios e geração de lucros” (SANTOS, 2016, p. 41), na situação específica da universidade, uma natureza que deve se adequar às exigências de expansão e qualificação estrutural do ambiente universitário.

O que emergiu como prioridade foi a carência de realizar a qualificação de prédios, laboratórios e vias de acesso, a partir do financiamento do Programa REUNI, como prerrogativa prioritária, ao cuidado em efetivar as etapas de legis de prevenção ao meio ambiente.

De fato, no Capítulo 1, foram expostas e discutidas as visões de sustentabilidade e as macrotendências de Educação Ambiental baseadas nos autores Foladori, Layrargues e Lima, respectivamente, que apontaram identificação entre a Sustentabilidade Tecnocentrista e a EA pragmática. Ambas trazem essa estreita relação com a adaptação, ajuste e conformidade com as necessidades de modelo econômico neoliberal. Os gestores se veem comprometidos com o “curto prazo” na ânsia do desenvolvimento, do progresso tecnológico e desconsideram todo e qualquer processo que, embora de execução mais lenta no médio e/ou longo prazo, seria mais sustentável crítico e humanista, considerando ações preventivas nos impactos ao meio natural.

Ao ler e analisar o contexto do processo de embargo ao qual as obras foram submetidas, tem-se que o instrumento legal restritivo somente foi levantado após a assinatura do TCA pela FURG, assumindo o compromisso de cumprimento de várias ações que poderiam (e não foram) ter sido tomadas, antes do início das obras, como meio de prevenção e que, agora, se tornaram um modo de compensação e/ou mitigação. Disso, se infere o quanto de dano ambiental, de grau baixo ou médio, seria evitado, ademais do atraso das obras, se as devidas licenças LIA e LO houvessem sido encaminhadas preventivamente.

A seguir, desenvolvem-se os comentários sobre a política ambiental da FURG que, apesar de ter sido instituída após a demanda legal geradora do tema que serviu de subsidio principal dessa tese, remete ao momento pós-assinatura do TCA e, como tal, é partícipe do processo reflexivo da pesquisa.

4.4 POLÍTICA AMBIENTAL DA FURG: UMA PERSPECTIVA DE AVANÇO

A Política Ambiental (PA) da FURG foi implantada em dezembro de 2014, pela Resolução nº 032/2014 do Conselho Universitário, atingindo a primeira etapa no *ciclo de melhoria continua*³⁵ do processo de adequação ambiental, de acordo com Kitzmann *et al.* (2015).

A proposta foi levada à discussão na comunidade universitária por uma consulta pública *on-line*, depois da sua elaboração pela sub-comissão de Política Ambiental da Comissão Temporária de Gestão Ambiental (CGTA³⁶), e cujos resultados foram apresentados no “II *Workshop* sobre Sustentabilidade na Universidade: A Política de Gestão Ambiental da FURG”, realizado em junho de 2014. Pozenato (2017, p. 29) definiu “o processo de construção da política ambiental da FURG, como um processo participativo e qualificado”, ao acentuar que o citado evento foi realizado estritamente para “apresentar os resultados da consulta pública, a estrutura geral para o Sistema de Gestão Ambiental e a proposta final da Política Ambiental da FURG”.

Depois da conclusão do texto final, a proposta de Política Ambiental foi enviada para apreciação do CONSUN, homologada na Resolução nº 32/2014.

Os termos dispostos na PA da FURG se embasam na Constituição Federal (CF) de 1988, na legislação brasileira referente à área ambiental³⁷, além da Filosofia, Missão, Visão e na Vocação da universidade – voltada para os ecossistemas costeiros e oceânicos; nas Diretrizes que pautam as ações pedagógicas desta, e nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que definem tanto o que é uma

³⁵ PDCA (*Plan-Do-Check-Act*). É uma metodologia muito utilizada por organizações que desejam melhorar a eficiência dos processos por meio de uma gestão que controla atividades, padroniza informações e minimiza as chances de erros na hora da tomada de decisões. (VERDE GHAIA, 2017).

³⁶ Por sua vez, a CGTA, foi instituída em 7 de junho de 2013, (10 dias antes do embargo das obras pela ausência de licenciamento ambiental, que motivou o presente estudo), estruturada com três sub-comissões: Licenciamento Ambiental; Resíduos Perigosos; Política Ambiental e Sistema de Gestão Ambiental. (KITZMANN *et al.*, 2015, p. 249).

³⁷ Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938, de 31/08/81; a LDB, Lei nº 9.394, de 20/12/1996; a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); a Resolução nº 02 de 15 de junho de 2012 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental e a Agenda 21 Brasileira.

Política Ambiental³⁸ como um Sistema de Gestão Ambiental³⁹ de uma organização. (ABNT, 2015).

No seu artigo 1º e incisos instituiu que seus princípios e objetivos fomentem valores e práticas sociais, pensados para a sustentabilidade a serem integrados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, em todos os espaços da universidade, assim como nas relações estabelecidas com organizações e instituições públicas e privadas. Cria o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para desenvolver e implementar a PA, conforme o artigo 4º da Resolução.

No artigo 2º e incisos, define como princípios a sustentabilidade, precaução, prevenção, cooperação, informação ambiental, melhoria contínua e integração de saberes. A visão de sustentabilidade expressa é a de “assegurar o uso do meio ambiente de maneira a garantir o equilíbrio dos processos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável, para usufruto desta e das futuras gerações”. Tendo, por isso, os outros que se seguem como limitantes, tal qual o Fórum Ambiental, à proporção em que este tem a função de acompanhar a gestão e o planejamento ambiental da FURG, além de discutir e propor posicionamentos e atividades que visem promover e implementar a Política Ambiental da FURG. (FURG, 2014).

No artigo 3º, orienta a Gestão Ambiental na universidade, fundamentando a elaboração de todos os instrumentos de planejamento e gestão. Traça, em seus incisos, os objetivos de garantir o uso e a ocupação ecoeficiente das áreas naturais e construídas nos *campi*, incorporando os temas da sustentabilidade nas ações de ensino, pesquisa e extensão, nos currículos de graduação e pós-graduação e nas ações de capacitação dos servidores; visando a melhoria da qualidade de vida, segurança do trabalho e saúde ocupacional da comunidade universitária.

O artigo 4º cria o sistema de Gestão Ambiental da FURG, estruturada por um comitê diretor e uma Secretaria Integrada de Gestão Ambiental (SIGA), agentes de Gestão Ambiental e fórum ambiental vinculados à Reitoria e articulados com as unidades administrativas e acadêmicas.

³⁸ Intenções e direção de uma organização (3.1.4) relacionadas ao seu desempenho ambiental (3.4.11) como formalmente expresso por sua Alta direção (3.1.5)

³⁹ Parte do sistema de gestão (3.1.1) usado para gerenciar aspectos ambientais (3.2.2) cumprir requisitos legais e outros requisitos (3.2.9) e abordar riscos e oportunidades (3.2.11)

Frente ao exposto, consoante Kitzmann *et al.* (2015, p. 248) e Pozenato (2017, p. 27), o discurso “*socioambiental* da FURG”, a despeito de propalado desde 1987, “quando estabeleceu sua filosofia e política institucional, somente começou a se realizar objetivamente, a partir de 2011”. No entendimento dessa tese, o que ocorreu naquele momento (1987) foi um reconhecimento da dimensão ambiental, pois, pela primeira vez, foi incluído no seu PDI (FURG, 2011b, p. 27) a temática nas atividades de gestão institucional com apenas dois projetos nessa área.

Logo, mesmo que a IFES tenha assumido como diretriz de caráter ambiental vocação institucional voltada ao ecossistema costeiro, para orientar as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, ela começa se efetivar quando do início do processo de regularização ambiental. Em concordância com Kitzmann,

a partir da articulação de docentes e técnicos vinculados às diferentes unidades acadêmicas, à administração superior da FURG e às Pró-Reitorias de Infraestrutura – PROINFRA e de Extensão e Cultura – PROEXC, que iniciaram reuniões periódicas para discutir a institucionalização de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA para a FURG. (KITZMANN *et al.*, 2015, p. 248).

No entanto, o embargo demandado por parte de órgãos fiscalizadores PRM, IBAMA, FEPAM, em junho de 2013, 10 dias após a criação da CTGA, teria contribuído para a aceleração do processo de regularização, visto que a subcomissão de licenciamento dos *campi* atuou na agilização das licenças ambientais para a assinatura do TCA e o conseqüente levantamento da interdição, em 17 de setembro de 2013.

Nota-se, então, que a implantação da Política Ambiental da Instituição constituiu-se num avanço para o sistema de gestão global da IFES, em harmonia com a ISO 14001 (ABNT, 2015, p. 5), quando refere que o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é a inclusão na “estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental”.

Assim, por óbvio, o cumprimento dos termos do TCA firmado com os órgãos fiscalizadores competentes (PAD, 2013, p. 107-109) foi/será beneficiado, uma vez que conta com uma estrutura institucional específica e adequada para ser capaz dessa demanda, tornando-se referência para a sociedade na qual se insere.

No que tange ao presente estudo acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento na universidade, entende-se que a narrativa encontrada no texto da Política Ambiental da FURG traz a perspectiva de construção de uma visão de sustentabilidade e de educação ambiental crítica, transformadora e humanista, com base nos princípios dispostos no artigo 2º: sustentabilidade, precaução, prevenção, cooperação, informação ambiental, melhoria contínua e integração de saberes, conduzidos a partir de constante avaliação da comunidade universitária.

Entretanto, não há que descuidar dos desafios enfrentados para a incorporação de uma gestão ambiental, voltada à necessária mudança na estrutura e cultura institucional no contexto de crise da universidade pública como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese apresenta uma análise, discussão e reflexão sobre o discurso da in/sustentabilidade e do desenvolvimento no âmbito da universidade pública a partir do estudo de caso do embargo das obras de ampliação do Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), localizada na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil e da América Latina.

A FURG, como instituição pública de ensino superior, desde o início da sua história, em 1950, reconheceu seu envolvimento e o compromisso com a sociedade Riograndina. A datar de 1987, ao definir sua filosofia, política, vocação e missão institucional ratificou estar voltada para o ecossistema costeiro e oceânico como orientação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo o avanço do conhecimento e da educação, formando profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade socioambiental.

Contudo e atentando ao perfil da IFES acima delineado, em 2013, por meio de uma denúncia, a Procuradoria da República do Município de Rio Grande oficiou a Reitoria da FURG a declarar as obras civis concluídas nos anos de 2012 e 2013 (financiadas pelo Programa REUNI/Governo Federal), juntamente com as correspondentes licenças ambientais.

A primeira notificação ocorreu em março de 2013, reiterada em maio de 2013. A Universidade, no que lhe concerne, afigurou defesa somente em junho de 2013, constando a listagem de obras concluídas. Nesta, assumiu que não havia solicitado o licenciamento ao órgão competente (DOC.SEI, p. 4-5).

O IBAMA, em 17 de junho de 2013, embargou as obras de qualificação do Campus Carreiros, que ficaram paralisadas até 17 de setembro de 2013, quando, após a assinatura de um Termo de Compromisso Ambiental (TCA), entre a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e a universidade, ocorreu o levantamento da proibição.

Perante a problemática que se instaurou pela falta de licenciamento ambiental, bem como pela constatação de ações com impacto ao meio ambiente, depois da vistoria técnica dos órgãos competentes – IBAMA e FEPAM, emergiu o questionamento que objetivou a presente tese – referente as possíveis contradições discursivas da IFES. E, em decorrência do descrito acima, e no contexto da problemática ambiental constituída, formulou-se a seguinte Questão/Problema: Como

a FURG se posicionou relativamente ao embargo das obras de ampliação da infraestrutura do Campus Carreiros em 2013, tendo em vista à sustentabilidade, o desenvolvimento e o lugar/papel da universidade na sua relação sociedade/natureza, considerando estar sob a administração de grupo gestor alinhado aos ideais progressistas e num contexto de crise de paradigma da modernidade?

Nessa linha, versa-se, a seguir, as seguintes considerações finais:

Desde o ângulo dos autores que fundamentaram a pesquisa e das reflexões que emergiram durante o estudo do caso concreto analisado, concluiu-se que houve o predomínio de uma visão Tecnocentrista de Sustentabilidade e de uma macrotendência de Educação Ambiental Pragmática, identificada tanto nos discursos dos documentos institucionais analisados, como nas manifestações discursivas de defesa e contestação no processo administrativo ambiental.

Evidenciou-se, no capítulo 1, a relação entre a EA Pragmática e a visão Tecnocentrista pela tendência à adaptação, ajuste e conformidade com as necessidades de modelo econômico dominante. Partindo dessa ótica, e voltando o olhar ao cenário analisado, percebeu-se uma postura norteada por uma mediação institucional para a formação de técnicos e a qualificação de profissionais para o atendimento da solicitação do mercado, no caso, direta ou indiretamente, trabalhadores para a indústria naval.

A reflexão crítica deste estudo partiu da perspectiva sobre como a tecnologia e a ciência, aliada ao modelo econômico capitalista, tende a transformar o ser humano em utilitarista e comportamentalista, cuja visão coisifica as pessoas e a natureza considerando-as “apenas como possibilidade de negócios e geração de lucros”. (SANTOS, 2016, p. 41).

E, partindo daí, o discurso que emergiu nos instrumentos de análise, ao mesmo tempo em que assevera expressamente que a formação científica e acadêmica busca o “desenvolvimento socioambiental”, ressalta a qualidade do ecossistema em sua elevada produtividade, oferta de recursos naturais, facilidade de transporte e acesso pelo meio hídrico, além do reconhecimento que ele que tem sido ocupado pelo homem, produzindo desenvolvimento (PPP, 2004 *apud* FURG, 2011a, p. 4). Nesse momento, se contradiz, quando não expressa nenhuma alusão aos limites quanto ao uso ou desenvolvimento desse ecossistema dentro do planejamento estratégico, dado sua evidência dentro do pensamento e ideal progressista e, que o sistema neoliberal hegemônico, no atual mundo globalizado, não reconhece.

Ao estabelecer as sustentabilidades ambiental, tecnológica, social e econômica, como representantes da filosofia e vocação da universidade, há o predomínio de uma narrativa com ênfase na sustentabilidade econômica e tecnológica sobre os aspectos ambiental e social. Desse modo, compreende-se que a visão de sustentabilidade que transparece do discurso estabelecido nos documentos institucionais, privilegia a tecnologia e as relações econômicas em detrimento das socioambientais, tipificando ideias, projetos e ações, que “coisifica” os sujeitos e a natureza, induzindo-os a “comportamentos, irreflexivos, depredadores e contaminantes” característicos do tecnocentrismo, conforme Foladori (2005, 2007, p. 2).

Nas atualizações periódicas realizadas nos PPIs e PDIs (quadrienais e decenais), desde sua criação, ocasião oportuna de rever os postulados institucionais alicerçados na experiência oferecida pela prática vivida, verificou-se uma lenta evolução em alguns projetos voltados ao relacionamento sociedade/natureza, a partir das relações sociais estabelecidas internamente na sociedade e nas comunidades.

Do estudo, se depreendeu que o comportamento como uma “relação horizontal entre diferentes atores sociais, entre esses atores e os recursos naturais e entre necessidades humanas e bens naturais” é contraditório, ao enfatizar e voltar-se à formação de profissionais para o mercado neodesenvolvimentista, cujo único objetivo é o progresso e o desenvolvimento imediatista e a qualquer custo, do lucro pelo lucro.

Outra evidência considerada, na defesa da FURG durante o processo, foi a ênfase à justificativa da legalidade, segundo a qual estaria isenta de licenciamento para a realização das obras. Porém, após contestação para a reconsideração do embargo, a instituição assumiu a falha e juntamente com os órgãos ambientais, compôs uma solução para adequar-se às condicionantes legais exigidas pelos órgãos ambientais. Pode-se inferir que, no fato concreto a tecnologia, a sustentabilidade e o desenvolvimento foram conciliados, em nome da urgência da qualificação da estrutura material, para atender as necessidades da comunidade universitária – que se estenderia à sociedade – via financiamento do Programa REUNI, como prerrogativa prioritária à intenção em cumprir as etapas legais obrigatórias de prevenção ao meio ambiente.

A IFES estabeleceu o crédito em possíveis e futuras medidas alternativas mitigadoras para resolução dos danos ambientais, o que, portanto, também indica a um posicionamento e visão Tecnocentrista de Sustentabilidade e prisma de uma EA

pragmática. Por assim dizer, concebeu a natureza como objeto sujeito às suas necessidades de ampliação e qualificação, não respeitando as APPs envolvidas, subestimando o sentido de pertencimento ao meio natural do entorno do Campus.

Todavia, da análise geral das consequências do processo, admite-se que houve um avanço por conta dos encaminhamentos da Comissão Temporária de Gestão Ambiental (CGTA), em fase de construção (desde 2011). Através da atuação desse setor desde o momento de sua criação, as exigências do IBAMA puderam ser cumpridas mais efetivamente. Muitas providências já vinham sendo tomadas (já citado na Introdução) quanto ao processo de organização da gestão ambiental da Instituição e, com o advento do embargo, tais procedimentos foram acelerados e/ou finalizados, encaminhando para a resolução do PAD.

Isto posto, a pesquisadora entende o posicionamento alinhado a uma visão de sustentabilidade e uma concepção de Educação Ambiental Humanista e Crítica voltada à transformação social e emancipatória dos sujeitos.

A concepção estritamente pragmática de resolução das questões emergentes de emprego e renda só considera os valores que contemplem as necessidades reais das comunidades e do meio ambiente do entorno, quando dirigidos ao desenvolvimento e ao mercado. Na atualidade, a “transnacionalização” do ensino superior visa radicalizar seu processo de colocar a universidade a serviço da sua mercadorização, seja na redução dos recursos a instituição pública, empurrando os alunos para as privadas, o incentivo ao viés da formação cada vez mais técnica na academia. Desse jeito, as áreas das ciências humanas e sociais ficam preteridas nesse projeto.

Acredita-se que a superação dessa relação de intervenção, dominação e violência requer um movimento emancipatório de envolvimento dos seus integrantes quanto às suas demandas socioeconômicas. E isto é sobre as imprescindibilidades reais das comunidades, sobre como e de que forma a tecnologia e a ciência podem auxiliar para sua qualidade de vida e no fortalecimento da cidadania.

Nessa concepção, o pragmatismo, por seu imediatismo, por pensar nos fins, sem levar em conta os meios, as formas de fazer, se materializa de acordo com as práticas inerentes às correntes do desenvolvimento sustentável e do consumo sustentável e, dessa maneira, desconectadas das reais causas das questões socioambientais. Incapazes de se contrapor ao modelo hegemônico neodesenvolvimentista vigente, caminham no aprofundamento da crise social, ao

revés do que propõem as correntes críticas de EA, que procuram a real modificação social pelo enfoque emancipatório.

A visão das reflexões críticas deste estudo entende e defende o “sustentar” voltado a uma “sustentabilidade socioambiental”; a esta na/da relação sociedade e natureza que considere a observação, a discussão e preservação quanto aos impactos, tanto na natureza quanto na sociedade. Ao haver a associação com a Sustentabilidade Humanista, crê-se na construção de sociedades e comunidades sustentáveis como alternativa ao desenvolvimento sustentável, na medida em que a primeira opção possibilita, aos agrupamentos societários, definir seus padrões de produção e consumo, tal qual o do bem-estar, partindo da sua cultura, do seu envolvimento com sua história e com ambiente natural que o rodeia. Nessa orientação, um discurso Tecnocentrista e Pragmático não colabora para a transformação social e emancipatória de uma comunidade.

Sobre a crise da modernidade referida no quarto objetivo do estudo, a pesquisadora compreende que:

A universidade pública (UP), em conformidade com Santos (2019, p. 55), se encontra cada vez mais desafiada pela sociedade e pelo Estado e *“no parece preparada para enfrentar los desafíos, más aún si estos apuntan hacia transformaciones profundas y no hacia reformas parciales”*. Enfrentando uma situação muito complexa, na qual é mais exigida qualitativamente a adaptar-se ao modelo neoliberal, ao passo que recebe cada vez menos recursos para sua manutenção institucional, somando-se a isso as dificuldades associadas à sua rigidez funcional e burocrática. Contribui para essa circunstância a visão mecanicista da ciência cartesiana, sempre presente em grande parte do fazer científico e acadêmico, assim como do institucional.

No caso concreto analisado, apesar dos gestores investirem num perfil emancipatório (através do discurso institucional), na prática, não foi observado o princípio da precaução em relação ao cuidado com o meio ambiente (a prevenção ao impacto de intervenção na natureza), pois subestimaram as consequências de suas ações/omissões, dada a necessidade de ampliação e qualificação das instalações do Campus universitário e dos recursos financeiros advindos via governo federal.

Observou-se, aqui, o fenômeno que caracteriza a crise da modernidade, no qual o potencial emancipatório dos sujeitos do estudo foi transformado em energias regulatórias em função do sistema que o oprime, limita e restringe suas ações.

Pensando no lugar/papel da universidade na formação de sujeitos comprometidos com a sustentabilidade socioambiental, através da Epistemologia do Sul e da Ecologia dos Saberes, depreende-se um processo de sentir, pensar, agir consigo mesmo e com o grupo social em seu entorno, no momento de transição entre a regulação e a emancipação.

De acordo com Santos (2008a), na transição para a pós-modernidade, se busca a sensocomunização da ciência que a Ecologia de Saberes entende como a ideia da inesgotável diversidade epistemológica, corroborando, além do conhecimento científico hegemônico, a existência de uma pluralidade de formas de conhecimento. Quer se dizer com isso que a Ecologia dos Saberes, como uma Epistemologia do Sul, se opõe ao que vem do poder hegemônico, proporcionando novos delineamentos ao pensar e agir, que pensam em resolver as questões com suporte em soluções que incluam as necessidades dos seres humanos e do meio natural.

É a isso que Santos quando refere cruzamento entre conhecimentos e ignorâncias do/no processo de aprendizagem conduzido por uma Ecologia dos Saberes, para a qual o que importa é a soma de todos os conhecimentos.

É uma utopia? Sim, é uma utopia... Mas o que seria da humanidade sem seus sonhos e suas utopias? Com certeza, não haveria evolução, apenas estagnação. Bem representada por Fernando Birri, segundo Galeano (informação verbal)⁴⁰, como uma imagem no horizonte, móvel como a utopia que nos inspira a ir adiante. O chegar, não é o objetivo, e sim a direção. Porque o horizonte não é uma linha que ao se chegar nela... se expande... e por aí se vai adiante... Enquanto como pensadores, cientistas, simples habitantes da esfera terrestre, todos ensinam ir adiante, sempre além, para aprender mais sobre os horizontes sem fronteiras.

A Ecologia de Saberes, nesse panorama, por ser um modo de revolução epistemológica, atua promovendo o diálogo entre o saber científico e o popular, entre as vivências que circulam e interagem como cultura e tradição nas comunidades e dos conhecimentos produzidos pela academia, gerando um novo saber desde o sul como senso comum.

Ao concluir este espaço de reflexão, sem a intenção de haver esgotado a temática em questão, a partir do pensamento de Boaventura Santos, considera-se que o processo de inserção da sustentabilidade ambiental nas Instituições de Ensino

⁴⁰ Entrevista com Eduardo Galeano: El derecho al delirio, publicada em 24 de maio de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z3A9NyYzj8>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Superior (IES) passa pela sensibilização e conscientização fundamentado na Educação Ambiental Crítica e emancipatória da comunidade acadêmica, interagindo com a sociedade, com uma política adequada de gestão ambiental institucional integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão, por uma sociedade sustentável, fruto do senso comum.

No entanto, deve-se ter em mente que tal processo desenvolve-se dentro do sistema capitalista e sob a hegemonia do desenvolvimentismo, configurando-se como um movimento contra-hegemônico. Na proporção em que procura efetivar-se, institucionalizar-se, passa a integrar o próprio sistema dominante, sendo preciso, a cada momento, retomar o caráter subversivo da utopia para além do institucionalizado.

Como já dito em capítulo anterior, as propostas da Ecologia de Saberes destacam-se como instrumento desse processo, ao promover ações comprometidas através do diálogo necessário entre os conhecimentos científicos da área, os saberes e as carências da comunidade universitária e da sociedade em geral, estabelecendo-se meios sustentáveis de caráter humanista e crítico, na perspectiva emancipatória, de relacionamento com as questões ambientais desde a realidade concreta de todos os envolvidos.

Por fim, após, reflexões e análise desenvolvidas, identifica-se a seguinte TESE – que não pretende esgotar a discussão, porquanto o discernimento de que sempre há contribuições a serem feitas por intermédio do debate crítico e emancipatório:

O discurso acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento nos documentos institucionais da FURG, até 2013, guarda uma relação muito próxima ao discurso hegemônico neoliberal, no qual a natureza é compreendida como recurso a ser explorado para fomentar a produção e alimentar o mercado. E, embora na época da adesão ao PROGRAMA REUNI, que financiou o empreendimento de reestruturação e qualificação do Campus Carreiros, estivesse sob a coordenação de uma gestão alinhada aos ideais progressistas (como no momento atual), através dos seus posicionamentos (teóricos e práticos), atuou de forma a manter a continuidade do desenvolvimento insustentável.

Tendo em vista a problematização de seu papel (Missão) de “promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência, formando profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade socioambiental”, ao ser/estar subordinada institucional e economicamente ao sistema

hegemônico neoliberal, teve as tendências e prismas progressistas do grupo gestor comprometidos, limitados e subvertidos pela regulação, haja vista as pressões do modelo econômico hegemônico.

Durante o processo desencadeado, entretanto, positivamente, houve o avanço e a aceleração de ações institucionais já em andamento, através da construção da gestão ambiental da IFES, partindo de uma visão socioambiental, originando alterações significativas e propiciando a ótica de uma universidade mais crítica, humanista e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ABISSAL. *In*: DICIO Dicionário *On-line* Português. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/abissal/>. Acesso em: 26 set. 2018.

ACSELRAD, Henri. (org.). **A duração das Cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ALVES, Francisco da Neves. (org.). **Fundação Universidade Federal do Rio Grande**: 35 anos a serviço da comunidade Rio Grande. Rio Grande: Editora da FURG, 2004.

ANELLO, Lucia. **Projeto de compensação ambiental Campus Universitário Carreiros município do Rio Grande**. Universidade Federal do Rio Grande, FURG. Maio, 2014.

ASMUS, Milton. Desenvolvimento sustentável na região do estuário da Lagoa dos Patos: será possível? **Jornal Dia de Campo**: Informação que produz, Agricultura Sustentável. 25 fev. 2011. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=23782&secao=C olunass%20Assinadas>. Acesso em: 20 maio. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 14001 Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos com orientações para uso**. Rio de Janeiro, 2015.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Bolsonaro e Doria atacam a autonomia das universidades. **Carta Capital**, Opinião, 05 maio. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaobolsonaro-e-doria-atacam-a-autonomia-das-universidades/>. Acesso em: 18 maio. 2019.

BARRETO, Bruna. **Subsídios para o Planejamento Territorial com Base Ecosistêmica**: Estudo de Caso na Universidade Federal do Rio Grande - Campus Carreiros. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

BRASIL. **Carta de Belgrado**. Brasília: MMA, 1995. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/8066-carta-de-belgrado>. Acesso em: 29 nov. 2019.

BRASIL. **Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MMA, 2010a. Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/ai/_arquivos/decpol.doc. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília,

2007.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é o REUNI**. 25 mar. 2010b. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Processo Administrativo PRM/RG/RS (PAD). Nº 1.29.006.000078/2013-23**. Disponível em: <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>. Cod verificador 5779792. Cód. CRC 898E.

BRASIL. Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior. **Future-se**, 22 jul. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. **Responsabilidade Socioambiental - Agenda 21**. Brasília: MMA, 2019. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global/>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** 3. ed. rev. e ampl. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. (dir.). **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. New York: United Nations, 1987. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/139811>. Acesso em: 30 set. 2021.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; KREFTA, Noemi Margarina; FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. A Praxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. **Revista Eletrônica Revista Tempus**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 331-338, 2014.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. New York: Houghton Mifflin, 1962.

CASANOVA, Pablo González. **As novas ciências e as humanidades: da academia à política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

CENTRO INTERNACIONAL DE FORMACIÓN EN CIENCIAS AMBIENTALES. Panorama de los estudios superiores medioambientales en América Latina. La formación ambiental en América Latina. **Cuadernos del CIFCA**, Madrid, n. 8, p. 55-139, 1978.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. **Desenvolvimento e dependência no Brasil: reflexos do programa de aceleração do crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS)**. 2014. 244 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

D'AVILA, Ana Paula Ferreira. **Sob o signo do desenvolvimento**: apogeu e crise do polo naval e offshore de Rio Grande e suas implicações para o trabalho. 2018. 254 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

D'AVILA, Ana Paula Ferreira; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho e desenvolvimento no Brasil: o caso do polo naval e *offshore* de Rio Grande, do ápice à derrocada. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018. **Anais...** Caxambu, 2018.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: Princípios e Práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Sociedade e comunidades sustentáveis**. 2003. NUPAUB-USP. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/artigos.html>. Acesso em: 13 set. 2011.

FOLADORI, Guillermo. El Pensamiento ambientalista. **Anales de la educación común**, Buenos Aires, v. 3, n. 8, p. 42-46, 2007.

FOLADORI, Guillermo. La insostenibilidad social del desarrollo sostenible. **Portularia**, Huelva/Espanha, v. VI, n. 2, p. 7-20, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1610/161017317001.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

FOLADORI, Guillermo. *Una tipología del pensamiento ambientalista*. *In*: FOLADORI, Guillermo; PIERRI, Naina. (coord.). **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. México: UAZ-Porrúa, 2005. cap. 3, p. 83-136.

FOLADORI, Guillermo; PIERRI, Naina. (coord.). **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. México: UAZ-Porrúa, 2005.

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 323-348, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25163.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2018.

FRANCO JR, Hilário. **Idade Média**: nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti A classe trabalhadora vai a universidade: análise das implicações político-pedagógicas a partir dos dados do departamento de geografia – USP. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, [S. l.], v. 13, n. 20, p. 209-235, jan./abr. 2017.

GLOBO. Expansão do polo naval tira mão de obra do comércio de Rio Grande, RS. **G1**, Rio Grande do Sul, 08 abr. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/04/expansao-do-polo-naval-gera-falta-de-mao-de-obra-no-comercio-no-sul-do-rs.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES,

Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora Almedina, 2009. p. 419-441.

GONZÁLEZ, Solana *et al.* Observatorios Socio-Ambientales y Escuelas Rurales: repensando una educación para la Justicia Ambiental. **Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**, La Habana, v. 7, p. 53-57, 2019.

GONZÁLEZ, Solana. **Observatorios sócio-ambientales desde las escuelas rurales de Uruguay**: uma ferramenta para la educación y la justicia ambiental. 2020. 204 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Rio Grande**. 2020. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/panorama>. Acesso em: 17 ago. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo da Educação Superior 2016**: Notas Estatísticas. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Evolução do ensino superior**: 1980-1998. Brasília: INEP, 1999. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. O que é justiça ambiental. **ANPPAS – Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 389-392, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2009000200012. Acesso em: 26 jun. 2018.

KITZMANN, Dione Iara *et al.* O estado da arte da adequação ambiental na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 15, n. 2, p. 243-260, maio./ago. 2015. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/6978>. Acesso em: 26 out. 2020.

KITZMANN, Dione Iara. Ambientalização Curricular de espaços educativos: aproximações conceituais e metodológicas. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 18, p. 553- 574, jan./jul. 2007. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol18/artespv18a382.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2009.

LADEIA, James. Da regulação para a emancipação: Os caminhos do século XXI. **Revista Pensar**, [S.l.], v. 1, p. 1-16, 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/39069842-Da-regulacao-para-a-emancipacao-os-caminhos-do-seculo-xxi.html>. Acesso em: 26 nov. 2020.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais**: Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAYRARGUES, Phillipe Pommier. Para onde vai a educação ambiental? o cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 388-411, ago./dez. 2012.

LAYRARGUES, Phillipe Pommier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação ambiental contemporânea no Brasil. *In: ENCONTRO "PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL" A PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL*, 6., 2011, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto, 2011.

LAYRARGUES, Phillipe Pommier; LIMA, Gustavo. Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

LEFF, Henrique. **Discursos sustentáveis**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Henrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. *In: REIGOTA, M. (org.). Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008. p. 97-111.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, [S.l.], v. VI, n. 2, p. 99-119, jul./dez. 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Carlos Roberto da Silva (org.). **A (in) sustentabilidade da qualidade e da democracia na educação e no ensino em Rio Grande São José do Norte (RS, Brasil)**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2013.

MACHADO, Carlos Roberto da Silva *et al.* Conflitos Socioambientais e Educação Ambiental: Reflexões sobre uma educação para a justiça ambiental. *In: CONGRESSO DE ALAS*, 31., 2017, Uruguay. **Anais...** GT19, Uruguay, 2017. Disponível em: http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/7221_machado_carlos_rs.pdf. Acesso em: 31 out. 2018.

MACHADO, Carlos Roberto da Silva *et al.* **Natureza, conflitos e injustiça ambiental: desenvolvimento, sustentabilidade e educação ambiental na produção da hegemonia capitalista no extremo sul do Brasil e Uruguai**. Projeto de Pesquisa Financiado pelo CNPq 2014-2017 (Edital Universal 2014).

MACHADO, Carlos Roberto da Silva; LOPES, João Teixeira. **Os conflitos ambientais e urbanos e a sociologia: reflexões sobre um objeto sociológico**.

Trabalho apresentado Encontro de Sociólogos do Uruguai, junho 2019.

MACHADO, Carlos Roberto da Silva; MACHADO, Tainara; TORTELLI, Guilherme; CAMARGO, João. **Ação dos oprimidos contra o vírus capitalista**: reflexões desde o vivido. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

MARRONI, Etiene Villela; ASMUS, Milton L. **Gerenciamento Costeiro**: uma proposta para o fortalecimento comunitário na gestão ambiental. Pelotas: Editora da União Sul-Americana de Estudos da Biodiversidade, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

NAVTEC. **Conferência Internacional em Tecnologias Naval e Offshore**. Rio Grande, 2014. Disponível em: <https://navtec.furg.br/>. Acesso em: 30 out. 2021.

NUNES, João Arriscado. O resgate da epistemologia. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora Almedina, 2009. p. 215-242.

ONU BRASIL. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PAPA PAULO III. **Sublimus Dei**: Sobre a Escravização e Evangelização dos Índios. 1537. Disponível em: <http://www.papalencyclicals.net/Paul03/p3subli.htm>. Acesso em: 22 jun. 2019.

PARADIGMA. *In*: SIGNIFICADOS. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.significados.com.br/paradigma/>. Acesso em: 31 set. 2020.

PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977)**. Paraná, 2019. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=72>. Acesso em: 29 nov. 2019.

PIEPER, Daniela da Silva; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. A (in)sustentabilidade da e na relação Sociedade\Meio Ambiente: Considerações sobre a Educação Ambiental no Ensino Superior. **DELLOS: Desarrollo Local Sostenible**, Peru, v. 11, n. 33, 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/dellos/33/sociedade-meio-ambiente.html>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PIEPER, Daniela da Silva; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. A Universidade na crise da modernidade: Contribuições de Boaventura de Sousa Santos à transição paradigmática. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio

Grande, v. 37, n. 4. Seção especial: XI EDEA - Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, p. 379-395, set./dez. 2020.

PIERRI, Naina. Historia del concepto de desarrollo sustentable. *In*: FOLADORI, Guillermo; PIERRI, Naina. (coord.). **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. México: UAZ-Porrúa, 2005. cap. 2, p. 27-81.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

POZENATO, Maryanna Oliveira. **Uma proposta de programa de Formação Ambiental continuada para os agentes da gestão ambiental (AGAS) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

PRADO, Daniel Porciúncula. Uma breve introdução acerca das estruturas mentais no período medieval. **Biblos**, Rio Grande, v. 12, p. 115-121, 2000.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. *In*: QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder, - eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. **Anuário Mariateguiano**, Lima/Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

QUIJANO, Anibal. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. *In*: QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 286-327.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as concept, or the Americas in the world-system. **International Social Science Journal**, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez. 2004.

REZENDE, Sergio Machado. Pergunta do momento: o que o governo fará com a educação superior pública? *In*: **OS ACADÊMICOS**, Recife, 02 maio. 2019. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/05/02/pergunta-do-momento-o-que-o-governo-fara-com-a-educacao-superior-publica/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

RODRIGUES, Eron da Silva; MACHADO, Carlos R. S.; AGUIRRE, Kathleen Kate Dominguez. As raízes históricas da desigualdade socioambiental no extremo sul do Brasil: um olhar sobre o surgimento da cidade do Rio Grande 1737. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 677-691, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/59826/36939>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SÁENZ, Orlando. *Panorama de la sustentabilidad en las Universidades de América Latina y el Caribe*. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, n. 3, p. 109-126,

2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência para um novo senso comum. A ciência o direito e a política na transição paradigmática – v. 1. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel pedagogia do Virus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 11-43, mar. 2008b. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/203921>. Acesso em: 31 jan. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A transição paradigmática**: da regulação à emancipação. Centro de estudos sociais, Coimbra, 1991. Disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/25.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI**: por uma reforma democrática e emancipatória da universidade. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal, 2008a. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Boaventura: Contra o “ecologismo dos ricos”, o “ecologismo dos pobres”. **Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**, Da carta maior, 11 dez. 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/12/11/boaventura-contra-o-ecologismo-dos-ricos-o-ecologismo-dos-pobres/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia de universidade à universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 27/28, p. 11-62, jun. 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **De Educación para otro mundo posible**. Buenos Aires: CLACSO; Medellín: CEDALC, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Ed Trilce, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007a. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF. Acesso em: 14 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a**

emancipação social. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition.** New York: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8489/10040>. Acesso em: 31 ago. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências.** Porto: História e Idéias, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Editora Almedina, 2009.

SANTOS, Caio Floriano dos. **O porto e a desigualdade social em Rio Grande (RS/Brasil): a Educação Ambiental na gestão “empresarial dos riscos sociais” e “social do território”.** 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

SANTOS, Caio Floriano dos; ARAÚJO, Claudionor Ferreira; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. Rio Grande (RS): uma “zona de sacrifício”. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 91-104, 2013.

SÃO PAULO. **SP contra o novo Coronavírus:** Boletim Completo. 2021. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/coronavirus/#>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das corrientes em educação ambiental. *In:* SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação ambiental: Pesquisa e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-46.

SOLER, Antonio Carlos. **Antropocentrismo e Crise Ecológica: Direito Ambiental e Educação Ambiental como meios de (re) produção ou superação.** Orientador: Carlos Roberto da Silva Machado. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

SUSTENTAR. *In:* DICIO Dicionário *On-line* Português. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 01 out. 2020.

SUSTENTAR. *In:* PRIBERAM dicionário. [S. l.]: Priberam Informática, 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sustentar>. Acesso em: 01 out. 2020.

TOMMASINO, Humberto; FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. *La crisis contemporânea mundial.* *In:* FOLADORI, Guillermo; PIERRI, Naina. (coord.). **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable.** México: UAZ-Porrúa, 2005. cap. 1. p. 9-26.

“UNIVERSIDADE deveria ser para poucos”, diz ministro da Educação. **Poder 360**, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/educacao/universidade->

deveria-ser-para-poucos-diz-ministro-da-educacao/. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Apresentação**. 2020. Disponível em: <https://www.furg.br/a-furg/apresentacao>. Acesso em: 17 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Catálogo Geral**. v. 12. Rio Grande: FURG, 2008a. Disponível em: https://acessoainformacao.furg.br/images/catalogos/catalogo_2008.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Catálogo Geral**. v. 19. Rio Grande: FURG, 2015. Disponível em: https://acessoainformacao.furg.br/images/catalogos/catalogo_2015.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **História**. FURG, 2021c. Disponível em: <https://www.furg.br/a-furg/historia>. Acesso em: 25 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Histórico do Plano de Desenvolvimento Institucional**. Rio Grande: FURG, 2021a. Disponível em: <https://pdi.furg.br/images/stories/documentos/historico%20do%20pdi.pdf>. 29 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Planejamento Estratégico**. Rio Grande: FURG, 2021b. Disponível em: <https://www.furg.br/a-furg/planejamento-estrategico>. Acesso em: 30 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2011-2014**. Anexo 1 – Resolução 016/2011/CONSUN. FURG, 2011b. Disponível em: <https://pdi.furg.br/images/stories/documentos/pdi%202011-2014.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Profissionais do Polo Naval participam de curso de soldagem com instituto do Reino Unido**. FURG, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://www.furg.br/es/noticias/noticias-arquivo/furg-26932>. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Projeto Pedagógico Institucional 2011-2022. Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2018**. Rio Grande: Editora e Gráfica da FURG, 2011a. Disponível em: <https://www.furg.br/arquivos/institucional/ppi-2011-2022-pdi-2015-2018-furg.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Relatório de Gestão – Exercício 2008**. Rio Grande: FURG, 2008b. Disponível em: https://acessoainformacao.furg.br/images/relatorios/relatorio_2008.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Resolução nº 32 Conselho Universitário, em 12 dez. 2014**. Dispõe sobre a Política Ambiental da FURG. Rio

Grande, 2014. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/arquivos/consun-deliberacoes/2014/03214.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2015.

VEIGA, Rita de Cássia Gnuztmann. **Lugar universitário coerente e processos educativos socioambientais no século XXI**: Plano Diretor de um Campus da universidade dos ecossistemas costeiros e oceânicos. 2011. 364 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

VERDE GHAIA. **Ciclo PDCA**: mais agilidade para a gestão de processos da sua empresa. 2017. Disponível em: <https://www.consultoriaiso.org/ciclo-pdca/>. Acesso em: 30 out. 2021.

VIEIRA, Eurípedes Falcão. **Rio Grande**: Geografia física, humana e econômica. Porto Alegre: Sagra, 1983.

WALLERSTEIN, Immanuel. Abrir las ciencias sociales. Tradução de Fernando Cubides. **Universidad Pedagógica Nacional**, n. 32, 1996. Disponível em: <https://educacion.ctera.org.ar/wp-content/uploads/2020/04/wallerstain.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

WIKIPEDIA. **Estado de emergência climática**. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_emerg%C3%Aancia_clim%C3%A1tica. Acesso em: 08 ago. 2019.